

f.j.: 4040

Ex.: 1003-02

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

RELATÓRIO
DAS ATIVIDADES
DO D.A.S.P. - 1959

350 000P SAID 89
BIBLIOTECA

BD/DASP

1960

35.077 - "1959" (047)

B823r

ex. 2

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO - 1960

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇOS GERAIS

RELATÓRIO
DAS ATIVIDADES
DO D.A.S.F. - 1960

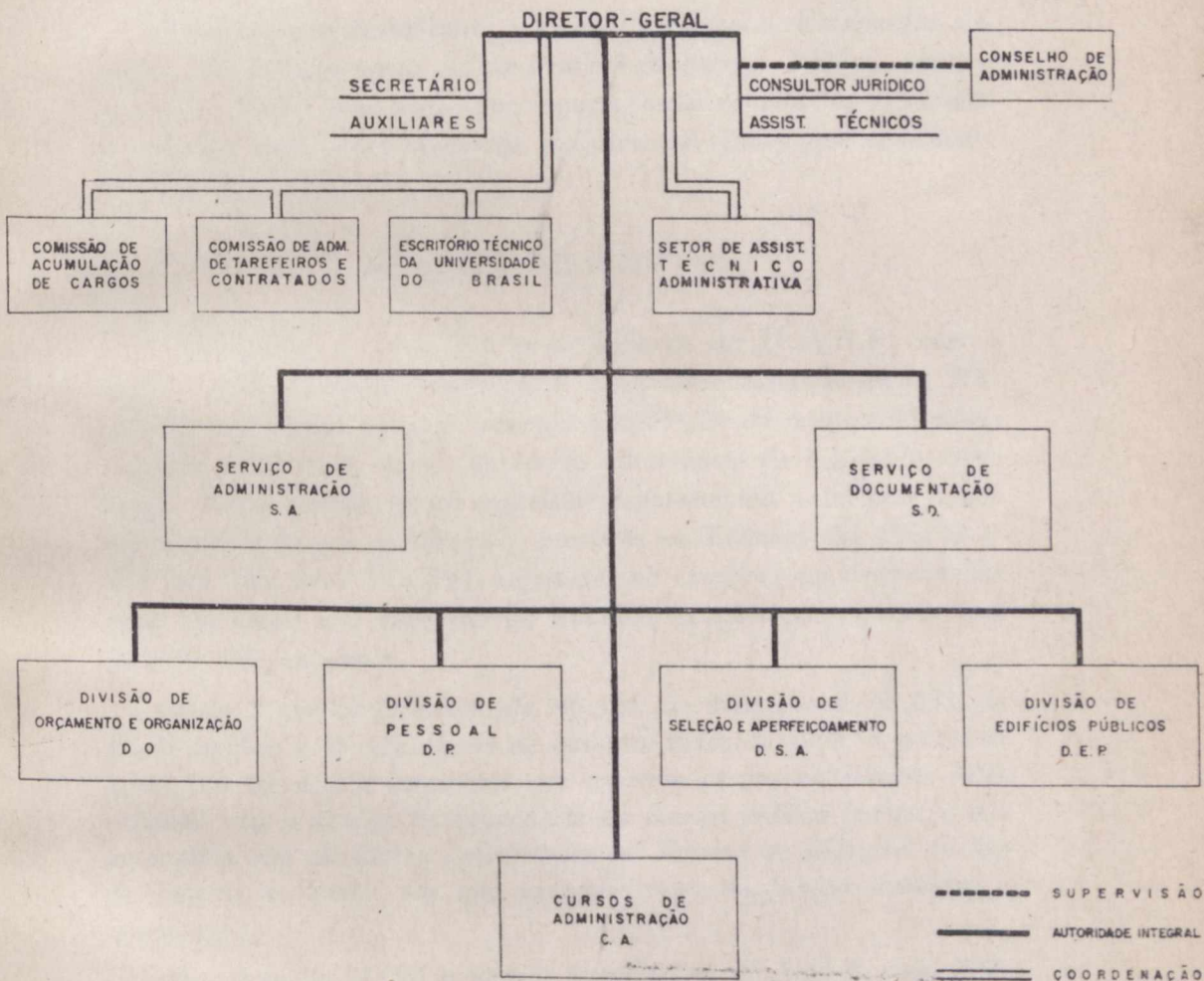
MTA
RGP 22232

BIBLIOTECA DO
D. A. S. F.
N.º 212
7A 8-8-60

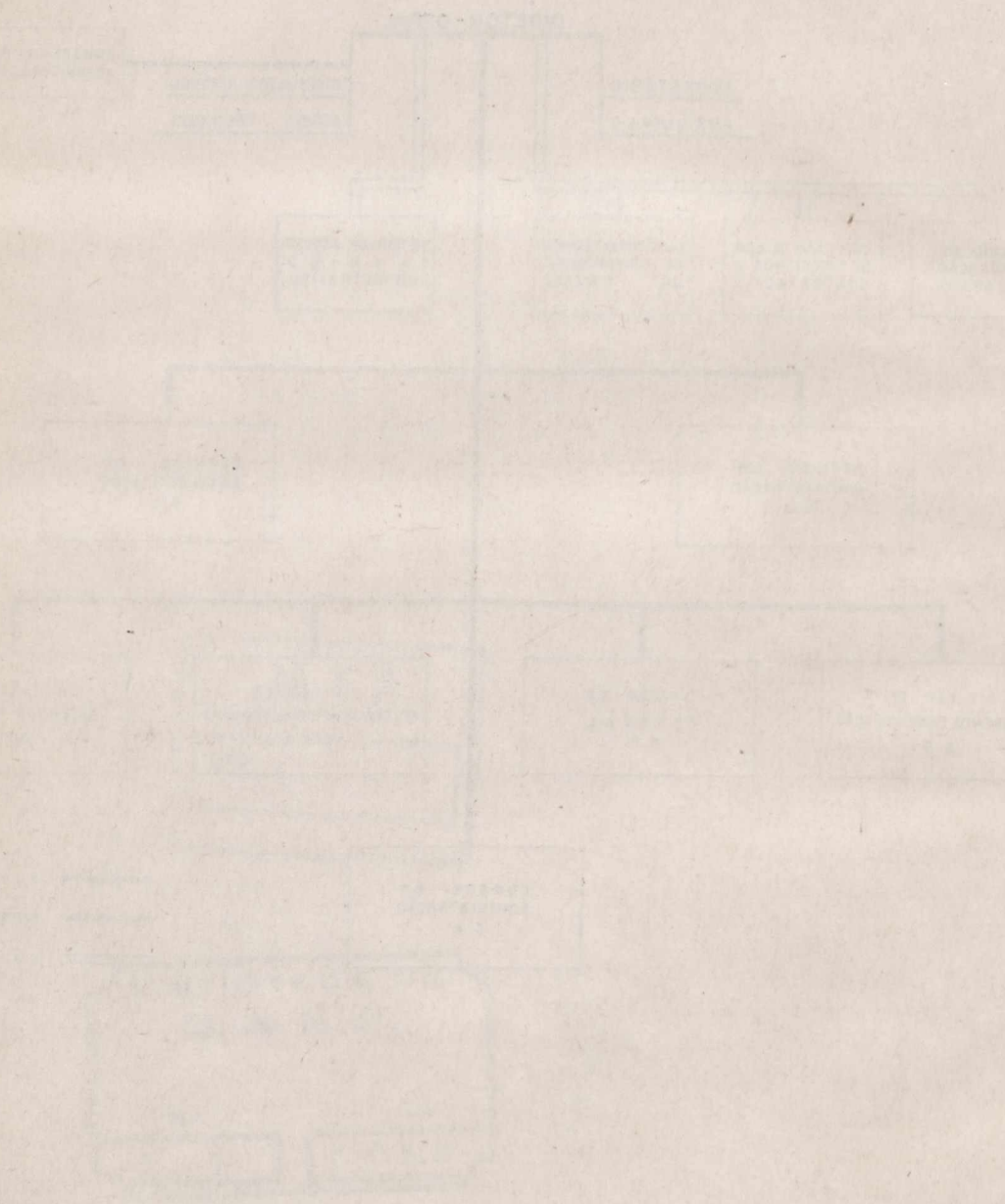
OD
1960
35.077 "1959" (047)
B823 n

SERVÍÇO DE DOCUMENTAÇÃO - 1960

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO



- - - - - SUPERVISÃO
 ————— AUTORIDADE INTEGRAL
 = = = = = COORDENAÇÃO



Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

Tenho a honra de submeter a Vossa Excelência o relatório das atividades do Departamento Administrativo do Serviço Público, relativo ao ano de 1959. Nas linhas que seguem, estão contidos os resultados da referida ação, correspondentes aos diversos setores que constituem este Departamento.

POLÍTICA DE PESSOAL

Continuaram a desenvolver-se os esforços do D.A.S.P., com o objetivo de aperfeiçoar e racionalizar a atividade administrativa. Numerosos atos foram baixados visando a aplicação de normas de administração de pessoal, dentro da estrita observância da legislação específica. Nesse sentido foram expedidos regulamentos, sobretudo relativos à concessão das gratificações previstas no Estatuto dos Funcionários (art. 145, itens V e VI), referentes ao exercício em determinadas zonas ou locais e à execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde.

Assim é que os Decretos n.ºs. 46.131, de 3 de junho, 47.053, de 20 de outubro e 47.022, de 14 de outubro, todos de 1959, concederam aquela vantagem aos servidores que exercem cargos ou funções relacionados com o serviço de engenharia no serviço público federal e nas autarquias, aos servidores civis lotados no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, e, ainda, aos que exercem cargo ou função inerentes à odontologia.

Em cêrca de 27.000 processos entrados no D.A.S.P., em 1959, aproximadamente 15.000 tratavam da concessão de direitos e vantagens a servidores públicos, sendo de ressaltar o esforço para assegurar, em cada caso, a adequada solução. Foram regulamentados o afastamento de servidores para viagem, missão ou estudo no estrangeiro (através do Decreto n.º 46.436, de 16 de julho de 1959); a aquisição de veículos para o serviço público federal, estabelecendo a obri-

gatoriedade de utilização de viaturas de fabricação nacional (Decreto n.º 47.172, de 5 de novembro de 1959); e bem assim consolidadas as disposições relativas às nomeações e admissões na administração direta e nas autarquias, mediante o Decreto n.º 47.021, de 14 de outubro de 1959.

A fim de ultimar-se o enquadramento do pessoal da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de que tratam as Leis n.ºs. 2.904, de 8 de outubro de 1956, e 2.193, de 9 de março de 1954, foram assinados os Decretos n.ºs. 45.389, de 4 de fevereiro de 1959, 47.211, de 10 de novembro de 1959, e 46.692, de 19 de agosto de 1959.

Mereceu, igualmente, a atenção do D.A.S.P., a aplicação da Lei n.º 3.531, de 19 de janeiro de 1959, que concedeu abono provisório aos servidores civis e militares do Poder Executivo e dos Territórios, e da Lei n.º 3.483, de 8 de dezembro de 1958, que equiparou o pessoal de verbas globais à categoria de extranumerário-mensalista, regulamentadas pelos Decretos n.ºs. 45.359 e 45.360, ambos de 28 de janeiro de 1959.

Outros projetos de regulamentação constituíram objeto de estudo. Referem-se à aplicação do acesso de extranumerários-mensalistas; à concessão das gratificações previstas no art. 145 do Estatuto dos Funcionários (itens V e VI), aos servidores lotados em estabelecimentos gráficos da União; item VI, aos servidores civis em exercício na Diretoria de Rotas Aéreas; e item VII, aos executores de trabalho técnico ou científico; à concessão de diárias (arts. 135 e 136 do Estatuto dos Funcionários) e à declaração de bens (art. 3.º da Lei n.º 3.164, de 1957).

SUPRESSÃO DE CARGOS E FUNÇÕES

Acontecimento da maior repercussão, em 1959, na política de pessoal, foi a supressão de 4.539 funções nas diversas tabelas de extranumerários-mensalistas dos Ministérios e Órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República. Essa providência resultou do Decreto n.º 45.367, de 31 de janeiro de 1959, proporcionando uma economia de Cr\$ 290.859.600,00 (duzentos e noventa milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil e seiscentos cruzeiros). Nesse total figuram 1.288 funções das tabelas do Departamento dos Correios e Telégrafos, em cujos quadros foram, ainda, suprimidos 14.834 cargos.

Em números, assim se discriminam o provimento e a vacância na administração direta, no ano de 1959:

Provimento

Reintegrações	7
Readmissões	39
Reversões	19
Aproveitamentos	5
Admissões	66
Nomeações vitalícias	132
Nomeações em Comissão	165
Nomeações efetivas	2.852
Nomeações interinas	1.047
Nomeações interinas (substituição)	88
	<hr/>
Total	4.420
	<hr/>

Vacância

Aposentadorias	3.718
Demissões	203
Dispensas	69
Exonerações	2.478
Falecimentos	188
	<hr/>
Total	6.656
	<hr/>

Repete-se, dêsse modo, a mesma tendência que vem caracterizando a escrupulosa política de ingresso de pessoal no serviço público, instaurada pelo atual Governo, a saber: o número de servidores que deixam a atividade ultrapassa o de provimento nos vários quadros de pessoal da administração direta.

Na administração indireta, o preenchimento de cargos e funções se processou com estrita observância do sistema de controle instituído no início do governo e reforçado, em 1959, pelo Decreto n.º 47.021, de 14 de outubro de 1959. Ainda nesse domínio, vários trabalhos foram realizados com o objetivo de regularizar a administração de pessoal nas autarquias, dentre eles se destacando os que reorganizaram a estrutura e o quadro de pessoal do Serviço de Assistência e Previdência Social (S.A.P.S.), do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (D.N.E.R.) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I.B.G.E.).

SELEÇÃO DE PESSOAL NO SERVIÇO PÚBLICO

No que diz respeito à seleção de pessoal para o serviço público, em 1959, o D.A.S.P. realizou 45 concursos e provas, além de 7 provas específicas de transferência para diversas séries funcionais. Dos primeiros, 25 se destinaram à administração direta e 20, em regime de colaboração, à administração descentralizada e a outros órgãos.

Foram elaboradas, além disso, instruções para diversos concursos, provas de habilitação e provas de transferência.

APERFEIÇOAMENTO

Ampliaram-se, consideravelmente, em 1959, as atividades administrativas concernentes ao aperfeiçoamento de servidores públicos. Para isso muito contribuiu a Escola do Serviço Público, que funciona junto ao D.A.S.P., em regime de colaboração com o Ministério da Educação e Cultura.

Criada no atual Governo, a Escola do Serviço Público vem influenciando, consideravelmente, não só para acelerar a formação de profissionais destinados à Administração, como, também, para promover a elevação do nível educacional do país. Prova-o o fato auspicioso de que, em 1959, contou com o total expressivo de 5.200 alunos nos diversos cursos por ela mantidos. Cabe notar que dêsse total, 2.200 são alunos que, através dos cursos por correspondência, recebem instrução no local em que residem, havendo candidatos pertencentes a todos os Estados do Brasil.

De outra parte, objetivando a consecução de níveis de maior eficiência no ensino da Administração, realizaram-se pesquisas, racionalmente conduzidas, abrangendo os setores fundamentais da atividade pública, como organização e métodos, administração de pessoal, orçamento, etc.

Foram baixadas instruções reguladoras e elaborados programas de cursos referentes a diversos setores, dentre os quais administração de pessoal, administração de material, orçamento, organização, administração local, relações públicas, assistência e previdência social, técnica de educação, estatística aplicada, secretariado e arquivística.

Empreendeu o D.A.S.P. uma campanha de desenvolvimento do ensino administrativo em todo o país, a qual se acha em andamento. A par da multiplicação dos atuais cursos por correspondência e da ampliação do plano de concessão de bolsas, está em estudos a inauguração de cursos de administração em diversas capitais do país, inclusive em Brasília.

No ano de 1959 teve início, através do Ponto IV, o regime de colaboração entre a Universidade da Califórnia do Sul, nos Estados Unidos da América, e a Escola de Serviço Público. Professôres daquela Universidade vieram desempenhar funções de consultor junto à referida Escola.

Com a vinda de especialistas, prosseguiu, também, em bases seguras, o programa de cooperação técnico-administrativa entre o nosso país e a França.

Em diferentes períodos, no ano de 1959, estiveram em aperfeiçoamento no estrangeiro 23 servidores brasileiros, sendo 10 na França e 13 nos Estados Unidos da América, através do programa de intercâmbio técnico-administrativo mantido entre êsses países e o Brasil, tendo como órgão de execução o Departamento Administrativo do Serviço Público.

Comprovando a aceitação dos cursos administrativos do D.A.S.P., nêles se inscreveram 5.838 alunos, em 1959.

OBRAS E EDIFÍCIOS PÚBLICOS

Quanto ao setor de obras e edifícios públicos, foi considerável, no período do ano findo, o número de projetos de obras encaminhados pelos vários Ministérios.

Foram examinados e aprovados 353 projetos de obras, atingindo ao montante de Cr\$ 996.684.079,00 (novecentos e noventa e seis milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil e setenta e nove cruzeiros). Últimou-se, ademais, o estudo do edifício-sede do D.A.S.P., em Brasília. Também foi elaborado projeto de galpão destinado ao almoxarifado-geral, em Brasília, na fase de execução da transferência da administração federal para a nova capital, em uma área de 1.800 m², com dependências para escritório, administração, recepção, expedição, plataforma de carga e descarga e depósito geral de materiais. A obra está sendo executada, após concorrência pública, no custo previsto de Cr\$ 9.890.000,00 (nove milhões e oitocentos e noventa mil cruzeiros).

Relativamente à Cidade Universitária, o seu Escritório Técnico deu prosseguimento às obras dos edifícios destinados à Faculdade Nacional de Arquitetura, à Escola Nacional de Engenharia, ao Hospital de Clínicas e ao alojamento para estudantes. Essas unidades deverão funcionar em 1960, uma vez que os recursos disponíveis estão sendo aplicados unicamente na sua conclusão.

TRANSFERÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL PARA BRASÍLIA

Acelerou-se, em 1959, o funcionamento do Grupo de Trabalho incumbido de realizar a transferência para Brasília dos servidores e dos órgãos da administração federal. No decorrer do ano findo, as atividades do mencionado Grupo de Trabalho colimaram a solução dos principais problemas atinentes à fase preliminar da execução da mudança. Assim, foram fixados os quantitativos correspondentes ao primeiro grupo de servidores do Poder Executivo que deverão ter exercício a 21 de abril de 1960, na nova capital, no total de 1.185 funcionários. No momento estão sendo ultimadas as relações nominais dos servidores a serem transferidos para Brasília.

Procedeu-se, ainda, ao levantamento das residências construídas pelos diversos Institutos e Caixas de Previdência e pelo I.P.A.S.E., as quais foram numeradas e classificadas para efeito de distribuição aos servidores, mediante o pagamento da Taxa de Ocupação. Estabeleceu-se, nesse sentido, um clima de mútua e estreita colaboração com o Poder Legislativo e com o Poder Judiciário, para os quais será dada toda a prioridade na destinação de unidades residenciais.

Em face da circunstância de que vários servidores a serem transferidos no primeiro grupo são ocupantes de funções de confiança direta das diversas autoridades superiores, e, portanto, sem definição de permanência efetiva na nova capital, realizou-se concorrência pública para mobilar 144 residências de 1, 2 e 3 quartos obtendo-se as melhores soluções para a ocupação e para disposição de mobiliário de boa qualidade por preço módico. Também por meio de concorrência pública, promoveu-se a aquisição de mobiliário indispensável ao funcionamento dos diversos Ministérios, evitando-se, dêsse modo, a remessa de material inadequado, nem sempre em bom estado de conservação, ao mesmo tempo que ficavam reduzidos os volumes a serem transportados.

Essa aquisição, que logrou o comparecimento de 14 licitantes, foi concluída, já se encontrando o mobiliário encomendado apenas à espera da conclusão dos edifícios públicos, aos quais se destina.

Acha-se, igualmente, em fase de construção um Parque de Material, com a área útil de 1.290 m², destinado à administração e armazenagem de materiais de expediente e de consumo indispensáveis ao funcionamento da Administração. O Parque de Material funcionará em regime de perfeita articulação e com a supervisão do Departamento Federal de Compras.

No que concerne ao problema de comunicações burocráticas, já se realizaram os indispensáveis estudos que permitem estabelecer comunicação por via aérea, entre as cidades do Rio de Janeiro e de Brasília, duas vezes por semana, com remessa, em malas especiais, da correspondência dos órgãos ministeriais e das repartições. Cogitou-se, também, do transporte das autoridades superiores, em número pelo menos de 3 pessoas por ministério, para cada viagem.

Já está concluído o plano geral da mudança, com a fixação de rotinas para o transporte de equipamentos dos Ministérios e bagagens dos servidores, bem como para a recepção de servidores e de suas famílias e seu encaminhamento às respectivas residências. Esse plano prevê a mudança dos equipamentos dos Ministérios e repartições, inclusive os órgãos do Congresso, do Poder Judiciário e da Presidência da República, o transporte dos servidores e membros do Congresso, do Poder Judiciário e do Poder Executivo, o fornecimento de passagens, e o transporte de bagagem dos servidores e de suas famílias. A execução do plano estende-se desde a fase de acondicionamento de material no Rio de Janeiro até a respectiva arrumação nas áreas destinadas aos diversos órgãos. Por outro lado, estabelece a indicação das pessoas que constituem o primeiro grupo e as providências tendentes à instalação definitiva dos apartamentos ou residências. Dois restaurantes serão instalados no Plano Pilôto, perto do bloco ministerial, para servidores em geral, em condições de servir 400 refeições cada vez. De acordo com o plano elaborado, cogita o Governo de iniciar a mudança no mês de fevereiro, a fim de possibilitar o funcionamento essencial dos serviços administrativos em Brasília, a partir de 21 de abril de 1960, nos termos da lei que dispõe sobre a matéria.

ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS

Em 1959, intensificou-se, no setor de organização e métodos, a atividade de caráter técnico e de cooperação do D.A.S.P., com diversas entidades nacionais e internacionais.

Numerosos projetos de reforma de órgãos administrativos foram transformados em decreto executivo, dentre os quais cumpre mencionar: o regimento e regulamento do Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (S.A.M.D.U.); o regimento e regulamento da Escola Nacional de Saúde Pública; regimento de reorganização do Serviço de Alimentação da Previdência Social (S.A.P.S.); o regimento do Departamento de Administração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; da Comissão Executiva de Armazéns e Silos;

da Penitenciária Professor Lemos Brito e dos Cursos do Departamento Nacional de Saúde Pública.

Outros projetos de organização e reestruturação de serviços e de regulamentação normativa continuam em estudos. Incluem-se neste número o regulamento da Escola Nacional de Agronomia; o regulamento para apuração de responsabilidades decorrentes de acidentes com veículos em rodovias federais ou sob a jurisdição do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem; o regimento do Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas; a estruturação das Delegacias Regionais e Agências da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos; a reorganização do Conselho de Contribuintes; o regimento do Gabinete do Ministro de Agricultura; o Estatuto da Universidade Rural de Pernambuco; o regimento do Estabelecimento Rural do Tapajós; e o regimento da Comissão Brasileira de Turismo.

São dados que traduzem o elevado índice de produtividade do D.A.S.P., quanto aos trabalhos de racionalização da atividade dos diversos serviços e simplificação das operações administrativas.

PLANOS DE APLICAÇÃO DE DOTAÇÕES GLOBAIS

O Decreto n.º 45.363, de 29 de janeiro de 1959, ao estabelecer as normas para a execução orçamentária daquele exercício, reforçou as instruções anteriormente baixadas, no tocante aos planos de aplicação, os quais continuam sujeitos à aprovação presidencial, quando superiores a Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros).

Assim, foram encaminhados à Presidência da República, durante o ano de 1959, 289 planos de aplicação, correspondentes a créditos no montante de Cr\$ 16.450.695.808,00 (dezesseis bilhões, quatrocentos e cinquenta milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, oitocentos e oito cruzeiros), o que representa, em confronto com o exercício anterior, um aumento de 106 planos, correspondendo a Cr\$ 1.975.624.791,00 (um bilhão, novecentos e setenta e cinco milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, setecentos e noventa e um cruzeiros).

Os elementos referentes aos quantitativos de pessoal, encaminhados juntamente com os planos de aplicação, vieram permitir o estudo de normas para admissão do pessoal móvel no serviço público federal, e determinar, mais exatamente, o montante das despesas com o pessoal tabelado, pago por créditos globais, inclusive os servidores equiparados ao pessoal extranumerário da União.

Em números globais, o movimento de planos de aplicação, por Ministério, assim se apresentou em 1959:

<i>Órgãos</i>	<i>N.º de Planos</i>	<i>Valor total dos Planos</i>
Ministério da Agricultura	152	3.199.836.853,00
Ministério da Educação e Cultura	56	9.476.597.460,00
Ministério da Justiça e Negócios Interiores ..	25	227.310.000,00
Ministério da Saúde	43	2.885.509.429,00
Presidência da República	5	99.189.000,00
Ministério das Relações Exteriores	3	27.700.000,00
Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio	1	15.000.000,00
Ministério da Viação e Obras Públicas	4	519.553.066,00
Total	289	16.450.695.808,00

Com o devido rigor e estrita observância da legislação pertinente, especialmente do Código de Contabilidade, foram examinadas e atendidas as solicitações sobre aplicação de créditos, considerando-se, em qualquer dos casos, o caráter de imprescindibilidade, por parte dos órgãos regionais dos vários Ministérios, de emprêgo dos recursos orçamentários.

RECEITA PÚBLICA EM 1959

A estimativa da Receita para a Proposta Orçamentária de 1959 fundamentou-se, principalmente, na reestimativa da arrecadação de 1958, a qual apresentou resultado excepcional, uma vez que foi praticamente igual à arrecadação real desse exercício. Esse fato ofereceu a maior segurança à estimativa da Receita para 1959, considerando-se que, desde os primeiros meses do ano anterior, foi possível considerar a arrecadação exata de todo o exercício.

No entanto, em dezembro de 1958, foram introduzidas grandes modificações na legislação dos impostos de renda e sêlo, já que se encontrava em fase final de elaboração, no Congresso Nacional, a lei que viria transformar por completo o sistema de arrecadação do impôsto de consumo.

A política de restrição à importação, levada a efeito pelo Govêrno, com o objetivo de reduzir o "deficit" do Balanço de pagamentos, repercutiu de forma sensível na produtividade do impôsto de importação e da taxa de despacho aduaneiro.

Essas alterações, que ocorreram posteriormente à prefixação da receita, tornaram obsoletas as estimativas constantes da Proposta Orçamentária e do Orçamento para 1959, obrigando a realização de novos cálculos baseados na arrecadação dos primeiros meses do exercício de 1959.

O quadro abaixo oferece uma comparação entre a Proposta Orçamentária, o Orçamento e a arrecadação provável de 1959, dos principais impostos federais e da Receita Geral Orçamentária.

	Proposta Orçamentária 1959	Orçamento 1959	Arrecadação Provável
(em milhões de cruzeiros)			
Imposto de Importação e Afins ..	19.500	156.200	19.000
Imposto de Consumo	44.300	46.900	51.000
Imposto de Renda	36.000	41.400	43.000
Imposto do Sêlo e Afins	13.600	13.600	17.300
Receita total	<u>138.000</u>	<u>156.200</u>	<u>151.000</u>

Fatores idênticos influenciaram na estimativa da Receita para 1960. Assim é que a arrecadação prevista para esse exercício se fixou em níveis extremamente realistas, susceptíveis de possibilitar razoável margem de segurança e evitar perigos de superestimativa.

Durante a tramitação da Proposta Orçamentária para 1960, no Congresso Nacional, puderam ser realizados estudos mais atualizados da produtividade dos impostos federais sob o novo regime, com base na arrecadação efetiva de vários meses de 1959.

Com exceção do imposto de importação e afins, cujos quantitativos foram reduzidos de cerca de 3 bilhões de cruzeiros, foi possível prever que os principais tributos apresentarão produtividade satisfatória conforme se pode observar no quadro abaixo:

	Proposta Orçamentária 1960	Orçamento 1960
(em milhões de cruzeiros)		
Imposto de Importação e Afins	24.900	22.000
Imposto de Consumo	55.500	62.500
Imposto de Renda	44.100	49.500
Imposto do Sêlo e Afins	18.200	20.500
Receita total	<u>167.800</u>	<u>179.500</u>

O levantamento do quadro da receita vinculada a projetos específicos demonstrou que 19,6% do total das rendas da União tinham destinação prefixada na Constituição Federal ou em leis ordinárias. A criação da SUDENE, com a vinculação de 2% da renda tributária ao novo órgão, veio elevar esse quantitativo para 22% da Receita Orçamentária para 1960, correspondente a cerca de 38 bilhões de cruzeiros.

COOPERAÇÃO BRASILEIRO-AMERICANA ATRAVÉS DO PONTO IV

A fim de atender à extensão dos programas de cooperação técnica entre o Brasil e os Estados Unidos da América, instituiu o Governo, pelo Decreto n.º 45.660, de 30 de março de 1959, o Escritório Técnico da Representação Brasileira junto ao Ponto IV. Aquêlê Decreto prevê a constituição de um Conselho de Coordenadores, integrado de dirigentes brasileiros dos projetos do Ponto IV, com a finalidade de encaminhar, devidamente estudados por setor administrativo, os projetos de cooperação técnico-administrativa, ao Representante do Governo Brasileiro.

Em 1959, os projetos em andamento totalizaram 56, estando igual número de pedidos de assistência técnica em estudos. As contribuições, tanto brasileiras como norte-americanas, elevaram-se, em 1959, a Cr\$ 950.000.000,00 (novecentos e cinqüenta milhões de cruzeiros) e U. S. \$ 8.700.000,00 (oito milhões e setecentos mil dólares). Do total em dólares, cêrca de 2 milhões e 500 mil destinaram-se ao programa da erradicação da malária. De modo geral, intensificou-se a cooperação bilateral em todos os setores da administração específica.

No setor da agricultura, o Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos coordenou, em 1959, a execução de 55 projetos, que abrangem o fomento à avicultura, à produção de cacau, à produção leiteira, à produção agrícola em Brasília, à intensificação da expansão rural e do crédito supervisionado, e ao funcionamento do curso piloto de extensão rural para a formação de professôres, junto à Escola de Agronomia de Viçosa, da Universidade de Minas Gerais.

Ampliaram-se as atividades do Serviço Especial de Saúde Pública que conta agora com 271 postos de saúde, 22 hospitais e presta assistência educacional a 6 escolas de medicina, 2 escolas de engenharia, 32 escolas de odontologia e 17 escolas de enfermagem.

Nos vários níveis educacionais também foi profícua a cooperação do Ponto IV. O Instituto de Educação de Belo Horizonte tornou-se um centro piloto para o aperfeiçoamento de professôres do ensino elementar. Assistência semelhante estendeu-se ao ensino industrial e ao ensino superior nos campos da engenharia aeronáutica, através do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, e da engenharia e arquitetura naval, através da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

Foi renovado, em 1959, o Acôrdo sôbre investigações de recursos naturais, ferrosos e não ferrosos, que visam estimular a produção mineral brasileira. Com o objetivo de formar os futuros geólogos brasileiros, está em andamento a assistência à campanha de formação de

RECEBIDO
SECRETARIA DE AGRICULTURA
E RECURSOS RURAIS
1959

geólogos do Ministério da Educação e Cultura, através de professores norte-americanos e de equipamento de laboratório e material didático.

Visando aperfeiçoar a formação de administradores, tanto para a empresa privada como para o serviço público, foram firmados acordos com as Universidades da Bahia, do Rio Grande do Sul, a Fundação Getúlio Vargas e a Escola de Serviço Público do D.A.S.P., estabelecendo um programa unificado de ensino de administração pública e de empresas. Proseguiu, ainda, a assistência à Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas. No campo específico da administração pública ampliou-se a cooperação do Ponto IV com o D.A.S.P., merecendo destaque a criação da Comissão de Estudos de Problemas Básicos de Administração Pública, formada por técnicos dos dois órgãos, a qual, dividida em subgrupos, está realizando estudos nos setores de organização, orçamento, contabilidade pública, administração de material e controle financeiro.

No setor de comunicações audiovisuais, firmaram-se diversos acordos que visam propiciar a assistência do Ponto IV aos centros regionais da Campanha Nacional de Educação Rural, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, dos Serviços de Extensão Agrícola e ao Departamento Nacional de Endemias Rurais.

Foram, também, iniciados os trabalhos de instalação do equipamento para proteção ao vôo no Rio de Janeiro, em São Paulo e Porto Alegre, nos termos de acordo entre o Ponto IV e a Diretoria de Rotas Aéreas.

Para complementar a assistência técnica prestada, foram enviados aos Estados Unidos, para estudos especializados, cerca de 400 técnicos brasileiros, elevando-se a 2.300 o total de bolsistas, desde o início do programa do Ponto IV no Brasil.

Essê treinamento abrangeu técnicos de todos os setores acima mencionados e mais os de administração e manutenção ferroviária, desenvolvimento de comunidades, usos pacíficos de energia atômica, etc. Para 1960 está previsto o mesmo desenvolvimento de atividades, devendo o número de técnicos do Ponto IV no Brasil elevar-se a mais de 160.

ENCERRAMENTO DEFINITIVO DO PLANO SALTE

A orientação seguida, quanto às atividades remanescentes do Plano SALTE, objetivou evitar dualidade de programa e paralelismo de execução de serviços e obras públicas. É que os recursos escriturados como "Restos a Pagar" à conta do Plano SALTE se destinam a empreendimentos previstos no programa de metas.

Desde que existiam dotações orçamentárias para fins idênticos, optou-se com o objetivo de economia, pela reversão de recursos do Plano SALTE ao Tesouro Nacional, no montante de Cr\$ Cr\$ 369.557.769,70 (trezentos e sessenta e nove milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, setecentos e sessenta e nove cruzeiros e setenta centavos), relativo a saldos que perderam a vigência quinquenal prevista em lei. Dêsse total Cr\$ 173.260.204,00 (cento e setenta e três milhões, duzentos e sessenta mil, duzentos e quatro cruzeiros) referir-se a recursos não aplicados no exercício de 1959. Por exercício, os dados abaixo transcritos revelam, com nitidez, as reversões realizadas :

Restos a pagar dos exercícios	Até 31/12/1958	Exercício de 1959	Totais
1950	102.553.145,20	874,00	102.554.019,20
1951	61.349.072,60	8.000,00	61.357.072,60
1952	2.994.006,70	5.843.657,70	8.837.664,40
1953	15.429.319,80	138.347.672,30	153.776.992,10
1954	13.972.021,40	29.060.000,00	43.032.021,40
Totais	<u>196.297.565,70</u>	<u>173.260.204,00</u>	<u>369.557.769,70</u>

Ressalte-se que o recolhimento de quantitativos não importou em paralisar as obras relacionadas e antes iniciadas do antigo Plano SALTE.

É de justiça assinalar que o Plano SALTE, fruto de idealismo inscrito no protocolo de política construtiva do "Acôrdio Interpartidário", constituiu primeira experiência de planejamento global tendente à solução dos problemas brasileiros.

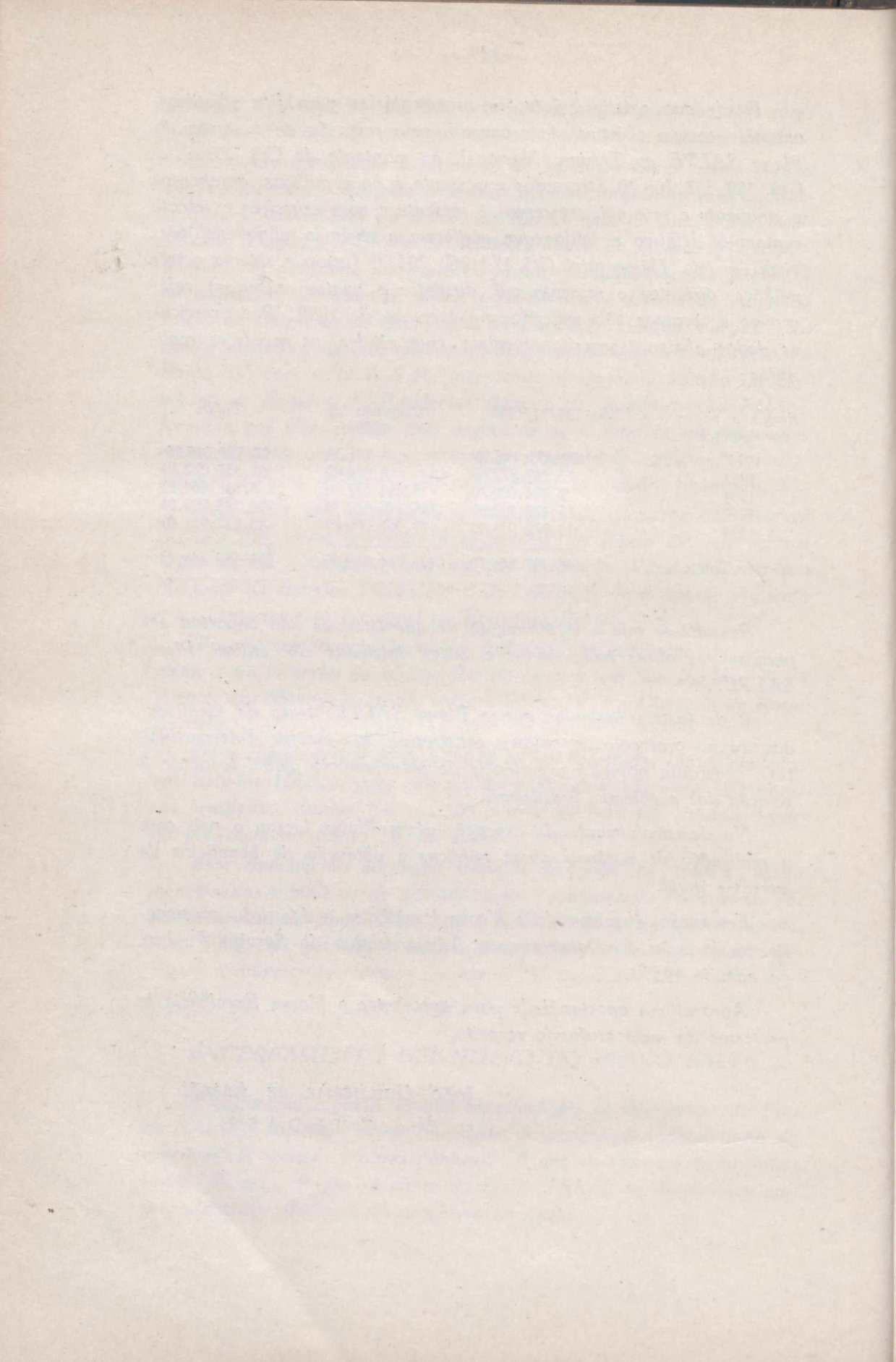
No desenvolvimento da execução dêsse Plano, lucrou o país com a realização de notáveis obras públicas e obtenção de benefícios de interesse geral.

Em anexo, é submetida a Vossa Excelência a descrição pormenorizada da ação do Departamento Administrativo do Serviço Público, no ano de 1959.

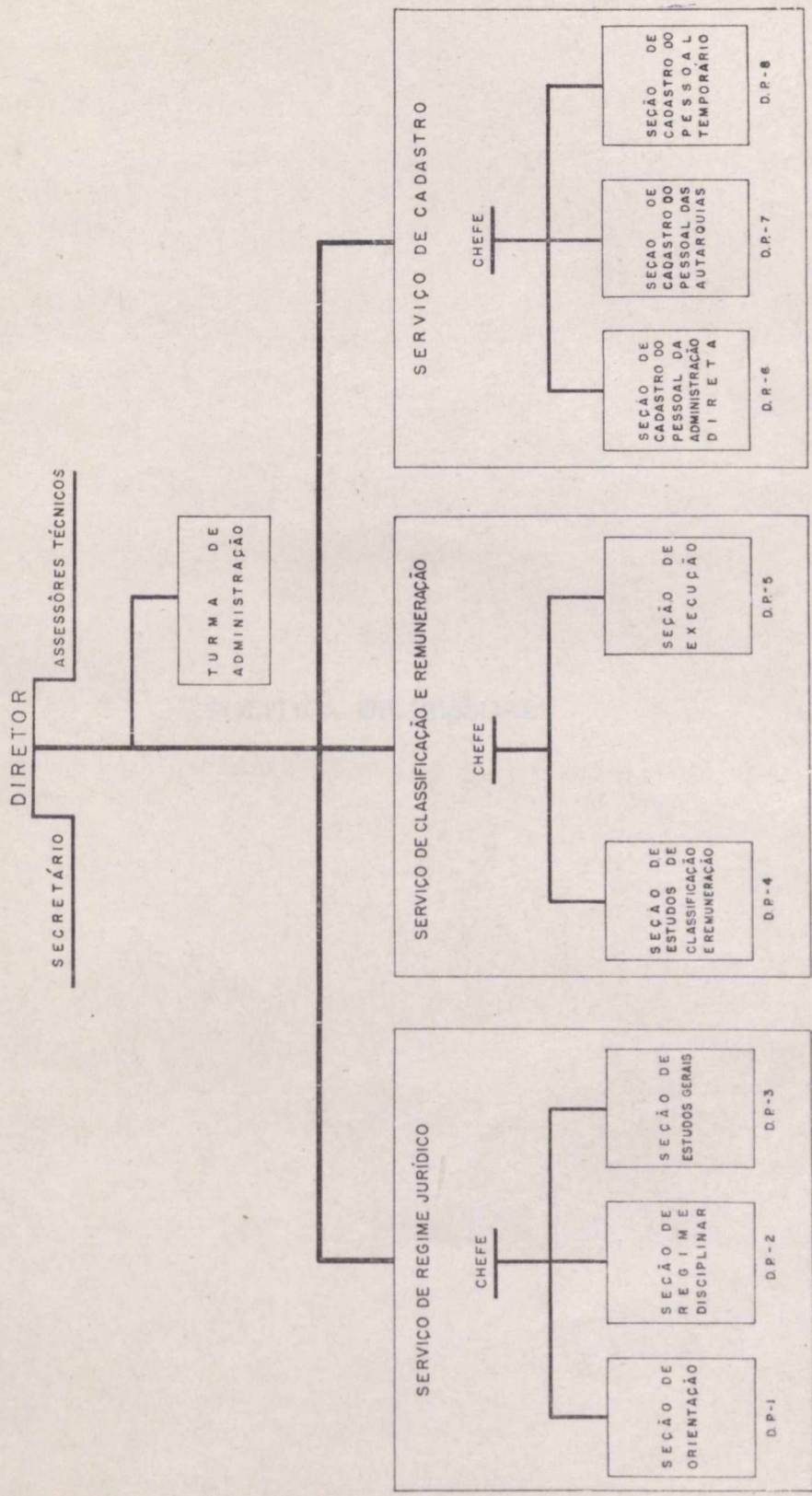
Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos do mais profundo respeito.

JOÃO GUILHERME DE ARAGÃO

Diretor-Geral do D.A.S.P.



DIVISÃO DE PESSOAL



POLÍTICA DE PESSOAL

Trabalho da maior importância realizou o D. A. S. P., no ano que findou, com o estudo de numerosos processos de caráter geral e com a elaboração de anteprojetos regulamentares, objetivando assegurar, cada vez mais, a aplicação de normas destinadas a solucionar os problemas de pessoal, dentro da estrita observância da legislação específica.

No trabalho de regulamentação destaca-se a parte relativa à concessão das gratificações previstas no Estatuto dos Funcionários, referentes ao exercício em determinadas zonas ou locais e à execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde (art. 145, itens V e VI).

Mediante a expedição dos Decretos n.ºs. 46.131, de 3 de junho de 1959, 47.053, de 20 de outubro de 1959, e 47.022, de 14 de outubro de 1959, foram beneficiados os servidores que exercem cargos ou funções relacionados com a engenharia no serviço público federal e nas autarquias, os civis lotados no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, bem como os que exercem cargo ou função inerente à odontologia.

Para que se tenha uma idéia da importância desses atos, é suficiente observar que em cerca de 15.000 processos relativos a direitos e vantagens, entrados no D.A.S.P. em 1959, a grande maioria trata da concessão das vantagens citadas.

Outros atos de regulamentação dignos de menção foram o que se refere ao afastamento de servidores para viagem, missão ou estudo no estrangeiro, consubstanciado no Decreto n.º 46.436, de 16 de julho de 1959; o que dispõe sobre a aquisição de veículos para o serviço público federal, matéria do Decreto n.º 47.172, de 5 de novembro de 1959; e o que consolida as disposições sobre admissões na administração direta e nas autarquias (Decreto n.º 47.021, de 14 de outubro de 1959).

Não há como omitir o trabalho realizado para o enquadramento, no serviço público, por força das Leis n.ºs. 2.904, de 8 de outubro de 1956, e 2.193, de 9 de março de 1954, do pessoal da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional. Dos projetos elaborados resultaram os Decretos n.ºs. 45.389, de 4 de fevereiro de 1959, 47.211, de 10 de novembro de 1959, e 46.692, de 19 de agosto de 1959.

Mereceu, igualmente, especial atenção do D.A.S.P. a aplicação da Lei n.º 3.531, de 19 de janeiro de 1959, que concedeu abono provisório aos servidores civis e militares do Poder Executivo e dos Territórios, e da Lei n.º 3.483, de 8 de dezembro de 1958, que equiparou o pessoal de verbas globais à categoria de extranumerário mensalista. Normas regulamentares sobre essas leis foram dadas, respectivamente, pelos Decretos n.ºs. 45.359 e 45.360, ambos de 28 de janeiro de 1959.

Além dos projetos de regulamentação convertidos em decreto, outros foram elaborados pelo D.A.S.P. Podem ser mencionados entre eles o referente à aplicação do acesso de extranumerários-mensalistas, os que tratam da concessão das gratificações previstas no art. 145 do Estatuto dos Funcionários (itens V e VI, aos servidores lotados em estabelecimentos gráficos da União; item VI, aos servidores civis em exercício na Diretoria de Rotas Aéreas; item VII, aos executores de trabalho técnico ou científico); e os relativos a diárias (arts. 135 e 136 do Estatuto dos Funcionários) e a declaração de bens (art. 3.º da Lei n.º 3.164, de 1957).

No setor de classificação e remuneração, em face do parecer do relator do Plano de Classificação de Cargos, no Senado Federal, reuniu o D.A.S.P. elementos para estudos, procedendo, principalmente, à coleta de dados para cálculo da despesa relativa às alterações introduzidas, tais como a elevação de níveis, supressão e criação de séries.

Em trabalhos de rotina, a ação do D.A.S.P. se desenvolveu no estudo de assuntos gerais, onde a par de serviços de execução (retificação e transferência de funções de Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários-Mensalistas; alteração de lotação; criação de funções gratificadas — tanto na administração direta quanto na indireta) são dados pareceres e elaboradas exposições de motivos (alteração do enquadramento de servidores autárquicos e da administração centralizada; reclassificação de cargos e de funções das autarquias; transformação de cargos e funções — na administração direta e nas autarquias).

De toda esta atividade, cumpre destacar, no cômputo dos trabalhos concluídos em 1959, entre outros:

— a revisão dos Quadros e Tabelas do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (I.A.P.I.) e a regularização da situação do pessoal sujeito à legislação trabalhista;

— a reorganização do Quadro do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (I.A.P.M.);

— a revisão dos Quadro e Tabela de Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (I.A.P.B.), dando origem ao Decreto n.º 46.171, de 5 de junho de 1959;

— a revisão do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Pinho;

— a revisão de retificação dos Quadros e Tabelas de Pessoal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I.B.G.E.);

— a organização dos Quadros de Pessoal dos Conselhos Regionais de Contabilidade de Minas Gerais e do Distrito Federal, consubstanciada nos Decretos n.º 47.221, de 12 de novembro de 1959, e 47.304, de 1 de dezembro de 1959, respectivamente;

— a fusão das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários-Mensalistas do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, do que resultou o Decreto n.º 46.433, de 15 de julho de 1959;

— a regularização da situação dos servidores da Comissão Federal de Abastecimentos e Preços (COFAP);

— a organização do Quadro de Pessoal do Serviço de Alimentação da Previdência Social (S.A.P.S.);

— a organização da Tabela da Pessoal Mensalista dos postos e restaurantes do S.A.P.S.;

— o aproveitamento dos servidores do Ministério da Marinha em funções de Professor, em decorrência da Lei n.º 3.410, de 16 de junho de 1958;

— a fusão das Tabelas de Extranumerários Mensalistas do Ministério das Relações Exteriores;

— os estudos sobre o Quadro de Pessoal da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos (C.A.P.F.E.S.P.);

— a elaboração de anteprojetos de lei, com mensagem, sobre a criação de cargos nas Escolas Agrícolas e de Iniciação Agrícola do Ministério da Agricultura, a incorporação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná à Universidade do mesmo Estado, e sobre o pessoal pago por economias administrativas do Ministério da Guerra.

Acham-se em fase de conclusão estudos sobre a organização da Tabela de Extranumerários Mensalistas do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (I.A.P.C.) e a transformação de tarefeiros em mensalistas do Ministério da Aeronáutica.

Assumi o aspecto da maior importância e repercussão do ano de 1959, na política de pessoal adotada pelo D.A.S.P., a supressão de 4.539 funções nas diversas tabelas de extranumerários-mensalistas dos Ministérios e Órgãos subordinados à Presidência da República. Essa providência resultou do Decreto n.º 45.367, de 31 de janeiro de 1959, proporcionando uma economia de Cr\$ 290.859.600,00 (duzentos e noventa milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil e seiscentos cruzeiros). No total figuram 1.288 funções das Tabelas do Departamento dos Correios e Telégrafos, em cujos quadros foram, ainda, suprimidos 14.834 cargos.

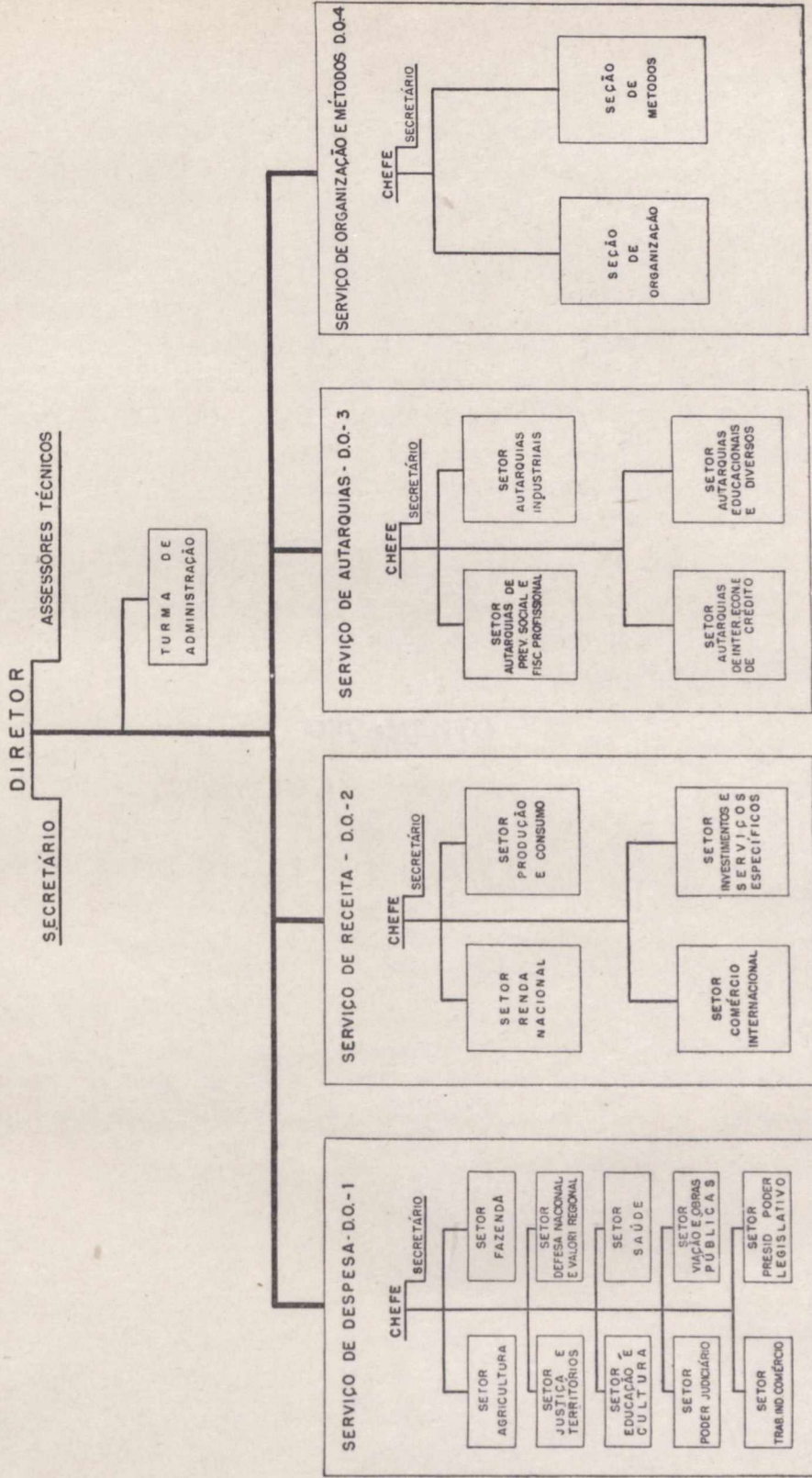
Em números, assim se discriminam o provimento e a vacância ocorridos na esfera centralizada, no ano de 1959:

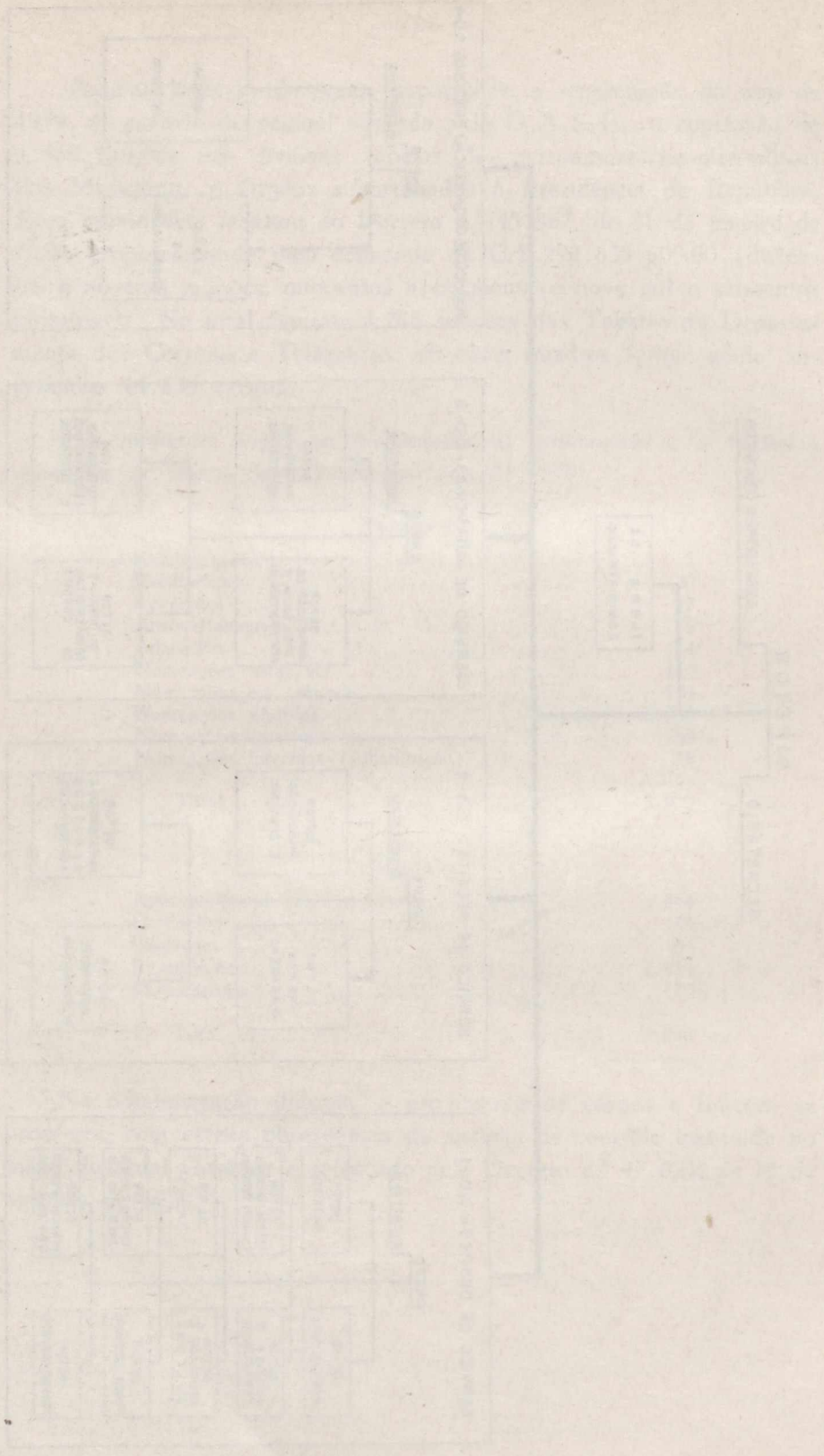
<i>Provimento</i>	
Reintegrações	7
Readmissões	30
Reversões	17
Aproveitamentos	5
Admissões	54
Nomeações vitalícias	110
Nomeações em comissão	144
Nomeações efetivas	2.756
Nomeações interinas	769
Nomeações interinas (substituição)	78
Total	3.970

<i>Vacância</i>	
Aposentadorias	3.294
Demissões	196
Dispensas	66
Exonerações	2.314
Falecimentos	179
Total	6.049

Na administração indireta, o provimento de cargos e funções se processou com estrita observância do sistema de controle instituído no início do atual Governo e reforçado pelo Decreto n.º 47.021, de 14 de outubro de 1959.

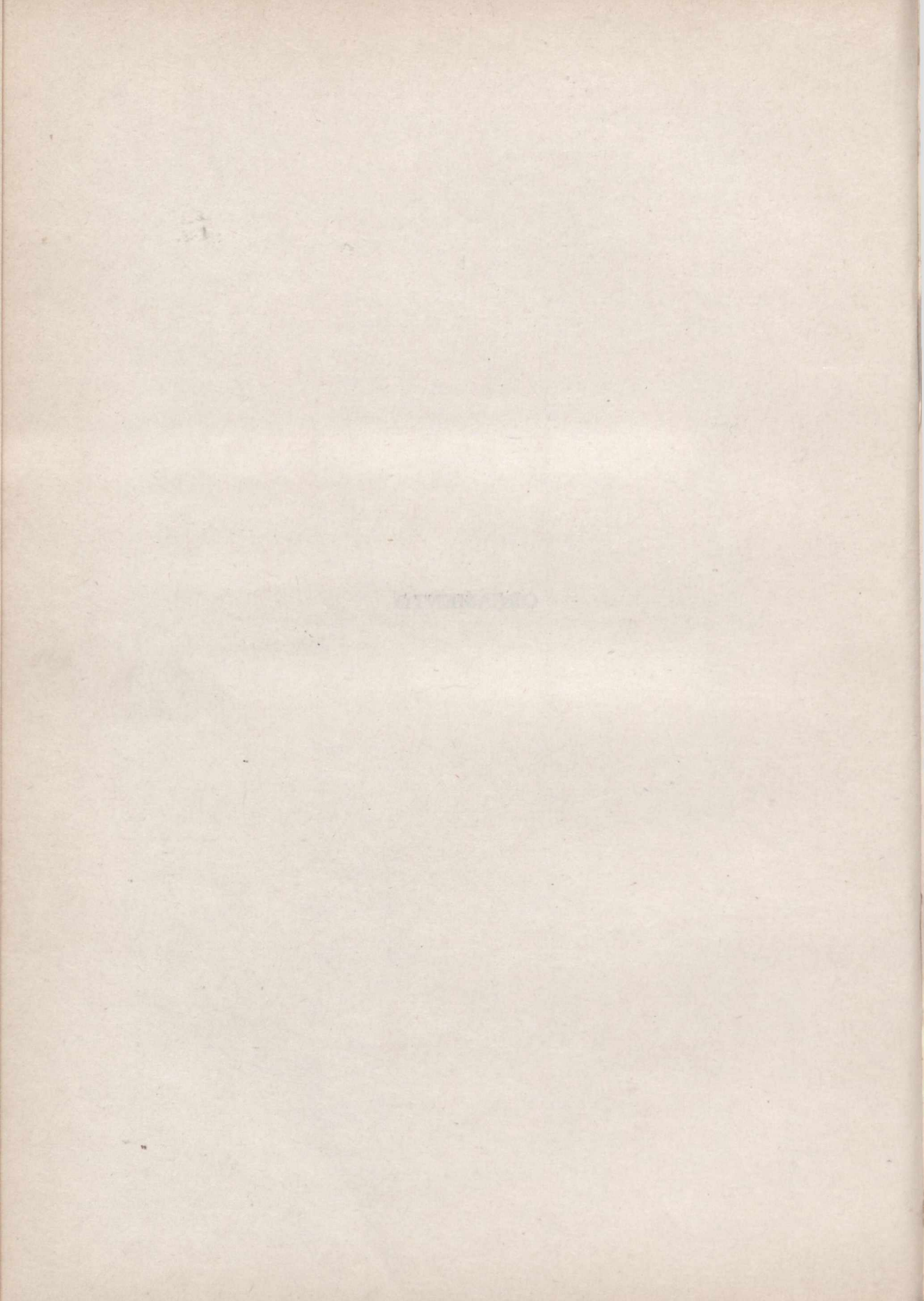
DIVISÃO DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO

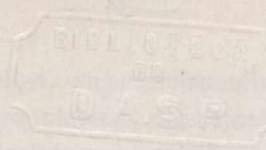




PLAN OF THE BUILDING

ORÇAMENTO





RECEITA PÚBLICA — EM 1959

Fundamentada, principalmente, na reestimativa da arrecadação de 1958, que apresentou resultado excepcional, uma vez que foi praticamente igual à arrecadação real desse exercício, a estimativa da receita para a Proposta Orçamentária de 1959 contou com uma base da maior segurança, tendo em mira que desde os primeiros meses do ano anterior foi possível considerar a arrecadação exata de todo o exercício.

No entanto, a política de restrição à importação, levada a efeito, com o objetivo de reduzir o "deficit" do balanço de pagamentos, repercutiu de forma sensível na produtividade do imposto de importação e da taxa de despacho aduaneiro.

Além disso, em dezembro de 1958 foram introduzidas grandes modificações na legislação dos impostos de renda e sêlo, já que se encontrava em fase final de tramitação, no Congresso Nacional, o projeto de lei que viria transformar por completo o sistema de arrecadação do imposto de consumo.

Essas alterações, que ocorreram posteriormente à prefixação da receita, tornaram inatuais as estimativas constantes da Proposta Orçamentária e do Orçamento para 1959, obrigando a novos cálculos, baseados na arrecadação dos primeiros meses do exercício de 1959.

O quadro seguinte oferece uma comparação entre a Proposta Orçamentária, o Orçamento e a arrecadação provável de 1959, dos principais impostos federais e da Receita Geral Orçamentária.

	<i>Proposta Orçamentária</i> 1959	<i>Orçamento</i> 1959	<i>Arrecadação Provável</i>
	<i>(em milhões de cruzeiros)</i>		
Imposto de Importação e Afins ..	19.500	24.000	19.000
Imposto de Consumo	44.300	46.900	51.000
Imposto de Renda	36.000	41.400	43.000
Imposto de Sêlo e Afins	13.600	13.600	17.300
Receita total	138.000	156.200	151.000

Fatores idênticos influenciaram na estimativa da Receita para 1960. Assim é que a arrecadação prevista para esse exercício se fixou em níveis extremamente realistas, susceptíveis de possibilitar razoável margem de segurança e evitar perigos de superestimativa.

Durante o exame da Proposta Orçamentária para 1960, no Congresso Nacional, com base na arrecadação efetiva de vários meses de 1959, puderam realizar-se estudos mais atualizados dos impostos federais sob o novo regime.

Excetuando o impôsto de importação e afins, cujos quantitativos foram reduzidos de cêrca de 3 milhões de cruzeiros, foi possível prever que os principais tributos apresentarão produtividade satisfatória, conforme se pode observar a seguir:

	<i>Proposta Orçamentária</i> 1960	<i>Orçamento</i> 1960
	<i>(em milhões de cruzeiros)</i>	
Impôsto de Importação e Afins	24.900	22.000
Impôsto de Consumo	55.500	62.500
Impôsto de Renda	44.100	49.500
Impôsto de Sêlo e Afins	18.200	20.500
Receita total	<u>167.800</u>	<u>179.500</u>

O levantamento do quadro da receita vinculada a projetos específicos demonstrou que 19,6% do total das rendas da União tinham destinação prefixada na Constituição Federal ou em leis ordinárias. A criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com a vinculação de 2% da renda tributária ao novo órgão, veio elevar esse quantitativo para 22% da Receita Orçamentária para 1960, o que corresponde a cêrca de 38 bilhões de cruzeiros.

PLANOS DE APLICAÇÃO DE DOTAÇÕES GLOBAIS

O Decreto n.º 45.363, de 29 de janeiro de 1959, ao estabelecer as normas para a execução orçamentária do exercício de 1959, reforçou as instruções anteriormente baixadas, no tocante aos planos de aplicação, tornando-os sujeitos à aprovação presidencial, quando superiores a cinco milhões de cruzeiros.

Assim, foram encaminhados à Presidência da República, durante o ano de 1959, 289 planos de aplicação, correspondentes a créditos no montante de Cr\$ 16.450.695.808,00 (dezesseis bilhões, quatrocentos e cinqüenta milhões, seiscientos e noventa e cinco mil, oitocentos e oito cruzeiros), o que representa, em confronto com o exercício anterior, o

aumento de 106 planos, equivalendo a Cr\$ 1.975.624.791,00 (um bilhão, novecentos e setenta e cinco milhões, seiscentos e vinte e quatro mil e setecentos e noventa e um cruzeiros).

Os elementos referentes aos quantitativos de pessoal, encaminhados juntamente com os planos de aplicação, vieram permitir o estudo de normas para admissão do pessoal móvel no serviço público federal, e determinar, com maior exatidão, o montante das despesas com o pessoal tabelado, pago por créditos globais, inclusive o equiparado ao pessoal extranumerário da União.

O movimento de planos de aplicação, por Ministério, apresentou-se em 1959 na forma abaixo:

<i>Órgãos</i>	<i>N.º de Planos</i>	<i>Valor total dos Planos</i>
Ministério da Agricultura	152	3.199.836.853,00
Ministério da Educação e Cultura	56	9.476.597.460,00
Ministério da Justiça e Negócios Interiores .	25	227.310.000,00
Ministério da Saúde	43	2.885.509.429,00
Presidência da República	5	99.189.000,00
Ministério das Relações Exteriores	3	27.700.000,00
Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio	1	15.000.000,00
Ministério da Viação e Obras Públicas	4	519.553.066,00
<hr/>	<hr/>	<hr/>
Total	289	16.450.695.808,00

Com o devido rigor e a estrita observância da legislação pertinente, especialmente do Código de Contabilidade da União, foram examinadas e atendidas as solicitações para aplicação de créditos, mediante adiantamento ou dispensa de concorrência pública, considerando-se, em qualquer dos casos, o caráter de imprescindibilidade de aplicação dos recursos orçamentários, por parte dos órgãos regionais dos vários Ministérios.

PLANO SALTE

Quanto às atividades remanescentes do Plano SALTE, a orientação do Governo se desenvolveu no sentido de evitar dualidade de programas e paralelismo de execução de serviços e obras públicas, visto que os recursos escriturados como "Restos a Pagar" à conta do Plano SALTE se destinam a empreendimentos previstos no programa de metas.

Desde que existiam dotações orçamentárias para fins idênticos, com o objetivo de economia, optou-se pela reversão de recursos do Plano SALTE ao Tesouro Nacional, no montante de Cr\$ Cr\$ 369.557.769,70 (trezentos e sessenta e nove milhões, quinhentos e

cinquenta e sete mil, setecentos e sessenta e nove cruzeiros e setenta centavos), relativo a saldos que perderam a vigência quinquenal prevista em lei. Dêsse total, Cr\$ 173.260.204,00 (cento e setenta e três milhões, duzentos e sessenta mil e duzentos e quatro cruzeiros) referem-se a recursos não aplicados no exercício de 1959.

Por exercício, os dados seguintes revelam, com nitidez, as reversões realizadas:

<i>Restos a pagar dos exercícios</i>	<i>Até 31/12/1958</i>	<i>Exercício de 1959</i>	<i>Totais</i>
1950	102.553.145,20	874,00	102.554.019,20
1951	61.349.072,60	8.000,00	61.357.072,60
1952	2.994.006,70	5.843.657,70	8.837.664,40
1953	15.429.319,80	138.347.672,30	153.776.992,10
1954	13.972.021,40	29.060.000,00	43.032.021,40
Totais	<u>196.297.565,70</u>	<u>173.260.204,00</u>	<u>369.557.769,70</u>

Cumpra assinalar que o recolhimento de quantitativos não importou em paralisação das obras relacionadas e antes iniciadas no antigo Plano SALTE.

Ressalte-se, por igual, que o Plano SALTE, fruto do idealismo inscrito na política construtiva do "Acôrdo Interpartidário", constituiu a primeira experiência de planejamento global tendente à solução dos problemas brasileiros. No desenvolvimento da execução dêsse Plano, lucrou o país com a realização de notáveis obras públicas e obtenção de benefícios de interêsse geral.

ORGANIZAÇÃO

ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS

Em 1959, intensificou-se, no setor de organização e métodos, a atividade de caráter técnico e de cooperação do D.A.S.P. com diversas entidades nacionais e internacionais.

Numerosos projetos de reforma de órgãos administrativos foram transformados em decreto executivo, dentre os quais cabe mencionar: regimento e regulamento do Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (S.A.M.D.U.) — Decretos n.ºs. 46.348 e 46.349, ambos de 3 de julho de 1959; regimento e regulamento da Escola de Saúde Pública — Decretos n.ºs. 46.258 e 46.259, ambos de 23 de junho de 1959; regimento de reorganização do Serviço de Alimentação da Previdência Social (S.A.P.S.) — Decreto n.º 46.912, de 29 de setembro de 1959; regimentos do Departamento de Administração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — Decreto n.º 47.035, de 15 de outubro de 1959, da Comissão Executiva de Armazéns e Silos, da Penitenciária Professor Lemos Brito — Decreto n.º 45.554, de 5 de março de 1959, e dos Cursos do Departamento Nacional de Saúde.

Outros projetos de organização e reestruturação de serviços e de regulamentação normativa continuam em estudos. Incluem-se, neste particular, o regulamento da Escola Nacional de Agronomia, o regulamento para apuração de responsabilidades decorrentes de acidentes com veículos em rodovias federais ou sob a jurisdição do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o regimento do Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas, a estruturação das Delegacias Regionais e Agências da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos, a reorganização do Conselho de Contribuintes, o regimento do Gabinete do Ministro da Agricultura, o Estatuto da Universidade Rural de Pernambuco, o regimento do Estabelecimento Rural do Tapajós e o regimento da Comissão Brasileira de Turismo.

Êsses dados traduzem o índice de produtividade do D.A.S.P., nos trabalhos que visam a racionalização da atividade dos diversos serviços e a simplificação das operações administrativas.

TRANSFERÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PARA BRASÍLIA

Acelerou-se o funcionamento do Grupo de Trabalho incumbido de realizar a transferência dos servidores e dos órgãos da administração federal para Brasília.

No decorrer de 1959, suas atividades colimaram a solução dos principais problemas atinentes à fase preliminar da execução da mudança. Dessa forma, foram fixados os quantitativos correspondentes ao primeiro grupo de servidores do Poder Executivo que deverão estar em exercício, a 21 de abril de 1960, na Nova Capital, em número de 1.185, tendo sido, também, ultimadas as relações nominais de servidores a serem transferidos para Brasília.

Procedeu-se, ainda, ao levantamento das residências construídas pelos diversos Institutos e Caixas de Previdência e pelo I.P.A.S.E., as quais foram numeradas e classificadas para efeito de distribuição aos servidores, mediante o pagamento da taxa de ocupação. Estabeleceu-se, nesse sentido, um clima de mútua e estreita colaboração com os Poderes Legislativo e Judiciário, para os quais será dada tódia a prioridade na destinação de unidades residenciais.

Atendendo à circunstância de que vários servidores a serem transferidos no primeiro grupo são ocupantes de funções de confiança direta das diversas autoridades superiores, e, portanto, não possuem definição de permanência efetiva na Nova Capital, realizou-se concorrência pública para mobilar 144 residências de 1, 2 e 3 quartos, obtendo-se as melhores soluções.

Do mesmo modo promoveu-se a aquisição do mobiliário indispensável ao funcionamento dos diversos Ministérios, evitada, por êsse meio, a remessa de material inadequado, nem sempre em bom estado de conservação, ao mesmo tempo que ficavam reduzidos os volumes a serem transportados. Essa aquisição, que logrou o comparecimento de 14 licitantes, foi concluída. O mobiliário encomendado já se encontra à espera da conclusão dos edifícios aos quais se destina.

Acha-se em fase de construção um Parque de Material, que funcionará em regime de perfeita articulação e com a supervisão do Departamento Federal de Compras, com área útil de 1.290 m², destinado à administração e armazenagem de materiais de expediente e de consumo indispensáveis ao funcionamento da Administração.

No que concerne ao problema de comunicações burocráticas, já se realizaram estudos que permitem estabelecer comunicação por via aérea, entre as cidades do Rio de Janeiro e Brasília, duas vezes por semana, com remessa, em malas especiais, da correspondência dos órgãos ministeriais e de outras repartições.

Já está concluído o Plano geral da mudança, prevendo, com a fixação de rotinas, o transporte de equipamentos públicos e bagagem dos membros e servidores dos três Podêres, desde a fase de acondicionamento do material, no Rio de Janeiro, até a respectiva colocação nas áreas de destino, bem como transporte, recepção e encaminhamento às respectivas residências, dos servidores e suas famílias.

Por outro lado, o plano estabelece a indicação das pessoas que constituem o primeiro grupo, bem como as providências tendentes à instalação definitiva dos apartamentos ou casas.

Dois restaurantes serão localizados no Plano-Pilôto, perto do bloco ministerial, para servidores em geral, em condições de fornecer 400 refeições cada vez.

De acôrdo com o que está planejado, no mês de fevereiro será iniciada a mudança, a fim de possibilitar o funcionamento essencial dos serviços administrativos em Brasília, a partir de 21 de abril de 1960.

COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASIL-ESTADOS UNIDOS
DA AMÉRICA

Devido à extensão dos programas de cooperação técnica entre o Brasil e os Estados Unidos da América, instituiu o Governo, pelo Decreto n.º 45.660, de 30 de março de 1959, um Escritório Técnico de Coordenação dos Projetos e Ajustes Administrativos, funcionando junto à Representação Brasileira do Ponto IV, e constituído por um Conselho de Coordenadores, um Diretor-Executivo e cinco Setores (Saúde, Educação, Agricultura, Assuntos Diversos e Administração-Geral).

O Conselho de Coordenadores compõe-se, além do Representante Brasileiro junto ao Ponto IV, que o dirige, dos representantes do D.A.S.P. e dos Ministérios da Fazenda e das Relações Exteriores, e ainda do Diretor-Executivo e dos Coordenadores dos projetos e ajustes de administração específica.

Ao Conselho compete deliberar sobre a questão da prioridade e apreciar os projetos e ajustes de assistência técnica do Ponto IV no Brasil, em discussão, examinar as formas de financiamento e os recursos orçamentários a eles destinados, submeter à aprovação do Representante Brasileiro junto ao Ponto IV, mediante parecer circunstanciado, os projetos e ajustes a serem executados, finalmente acompanhar e fiscalizar a execução a cargo dos diferentes ministérios.

Em 1959, os projetos em andamento totalizaram 56, estando em estudo igual número de pedidos. As contribuições, brasileiras e norte-americanas, elevaram-se a Cr\$ 950.000.000,00 (novecentos e cinquenta milhões de cruzeiros) e US\$ 8.700.000,00 (oito milhões e setecentos mil dólares). Do total de dólares, cerca de dois milhões e quinhentos mil destinaram-se ao programa de erradicação da malária. De modo geral, intensificou-se a cooperação bilateral em todo os setores da administração específica.

No setor agrícola, o Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos coordenou a execução de 55 projetos que abrangem a intensificação da expansão rural e do crédito supervisionado, o funcionamento do curso-piloto de extensão para a formação de professores, junto à Escola de Agronomia de Viçosa, e o fomento à avicultura, à produção de cacau, à produção leiteira, à produção agrícola em Brasília.

Ampliaram-se as atividades do Serviço Especial de Saúde Pública, atualmente com 271 postos de saúde e 22 hospitais, e prestando assistência educacional a 6 escolas de medicina, 2 escolas de engenharia, 32 escolas de odontologia, e 17 escolas de enfermagem.

Nos vários níveis educacionais também foi profícua a cooperação do Ponto IV. O Instituto de Educação de Belo Horizonte tornou-se um centro para o aperfeiçoamento de professores do ensino elementar. Assistência semelhante estendeu-se aos ensinos industrial e superior, nos campos da engenharia aeronáutica e da arquitetura e engenharia naval, através do Instituto Tecnológico de Aeronáutica e da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, respectivamente.

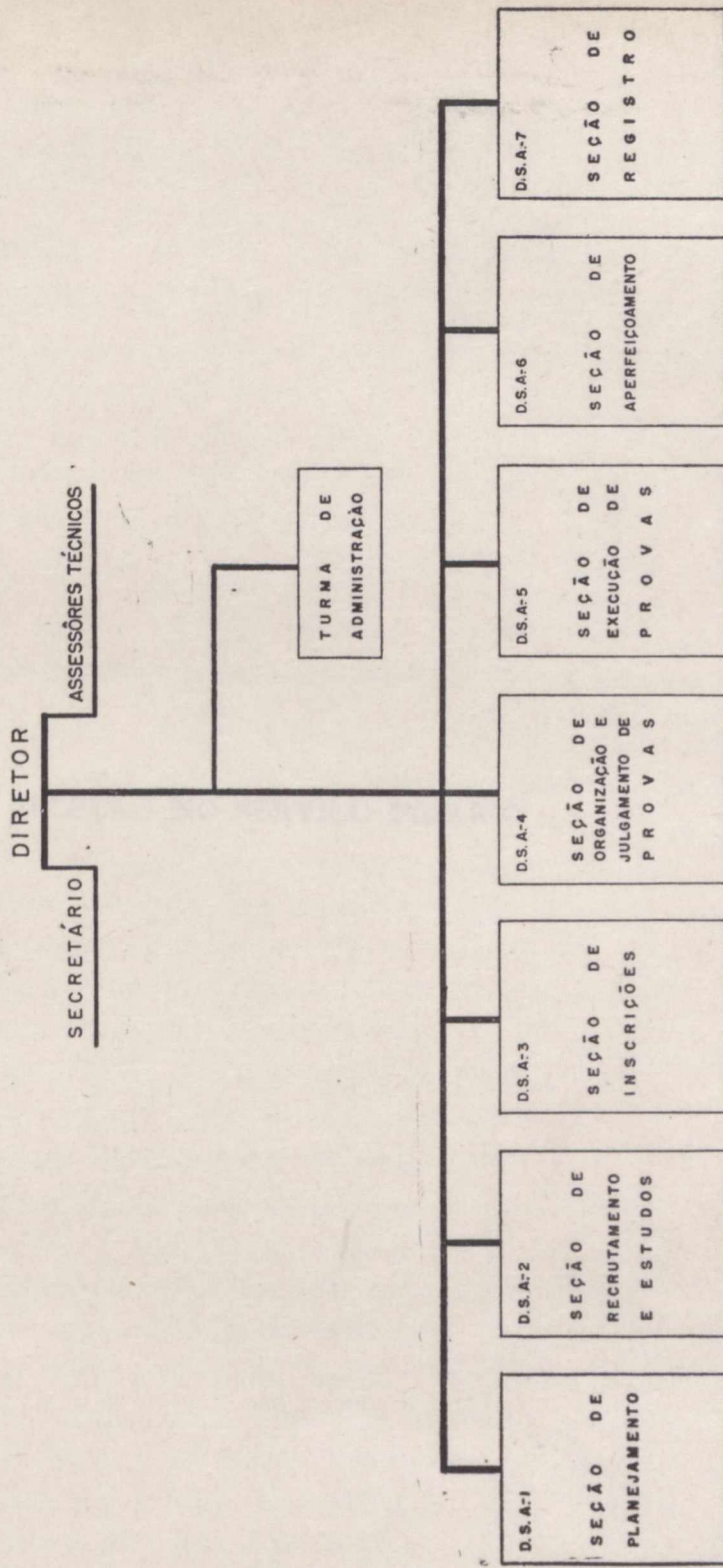
Foi renovado o Acôrdo sôbre investigações de recursos naturais, ferrosos e não ferrosos, no sentido de estimular a produção mineral brasileira. Com professores norte-americanos e equipamento de laboratório e material didático, desenvolve-se a campanha de formação de geólogos do Ministério da Educação e Cultura.

Estabelecendo um programa unificado de ensino da administração pública e de emprêsas, foi firmado acôrdo com as Universidades da Bahia e do Rio Grande do Sul, a Fundação Getúlio Vargas e a Escola de Serviço Público do D.A.S.P. Continuou a ser prestada assistência à Escola de Administração de Emprêsas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas. No campo específico da administração pública, merece destaque a criação da Comissão de Estudos de Problemas Básicos de Administração Pública, formada por técnicos do D.A.S.P. e do Ponto IV, a qual, dividida em subgrupos, vem realizando estudos de organização, orçamento, contabilidade pública, administração de material e contrôle financeiro.

No setor de comunicações audiovisuais, firmaram-se diversos acôrdos propiciando a cooperação do Ponto IV ao Departamento Nacional de Endemias Rurais e aos outros centros regionais da Campanha Nacional de Educação Rural, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e dos Serviços de Extensão Agrícola.

A fim de complementar a assistência técnica prestada, foram enviados aos Estados Unidos da América, para estudos especializados, cerca de 400 técnicos brasileiros. Esse treinamento abrange técnicos de todos os setores acima mencionados e mais os de administração e manutenção ferroviária, desenvolvimento de comunidades, usos pacíficos de energia atômica, etc. Para o ano de 1960, está previsto o mesmo ritmo de expansão, devendo elevar-se a mais de 160 o número de técnicos do ponto IV no Brasil.

DIVISÃO DE SELEÇÃO E APERFEIÇOAMENTO



SELEÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO

PRINTED BY EDWARD PIERCE

Em 1959, realizou o D.A.S.P. 45 concursos e provas, sendo 25 para a administração centralizada e 20, em colaboração, para a administração descentralizada e outros órgãos.

Além desses concursos e provas, foram executadas sete provas, específicas de transferência, para diversas séries funcionais.

Os dados abaixo relacionados mostram o que foi a atividade do D.A.S.P., no que se refere à seleção do pessoal para o serviço público.

Concursos realizados para a administração direta:

Afinador de Metais, para o Ministério da Fazenda
Ajudante de cozinheiro, para o Ministério da Agricultura
Artífice, para o Ministério da Agricultura
Artífice de manutenção, para o Ministério da Fazenda
Auxiliar Administrativo, para o Ministério da Agricultura
Auxiliar de Inspetor, para o Ministério de Agricultura
Condutor de Serviços Técnicos, para o Ministério da Fazenda
Copeiro, para o Ministério da Agricultura
Cunhador de Moedas, para o Ministério da Fazenda
Dactiloscopista, para o serviço Público em geral
Eletricista, para o Ministério da Fazenda
Escrevente-dactilógrafo, para o Ministério da Agricultura
Estatístico, para o Ministério da Fazenda
Fundidor, para o Ministério da Fazenda
Galvanoplasta, para o Ministério da Fazenda
Gravador, para o Ministério da Fazenda
Guarda, para o Ministério da Agricultura
Impressor de Valores, para o Ministério da Fazenda
Lavadeira, para o Ministério da Agricultura
Mecânico, para o Ministério da Agricultura.
Mecânico, para o Ministério da Fazenda
Medalhista, para o Ministério da Fazenda

Operário Agrícola, para o Ministério da Agricultura

Polícia Especial, para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores

Prático de Laticínios, para o Ministério da Agricultura.

Concursos realizados, em colaboração, para a administração indireta e outros órgãos:

Contador, para o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico

Motorista, para o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico

Escriturário, para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários

Almoxarife, Assistente Social, Auxiliar, Bibliotecário, Contador, Desenhista, Documentarista, Estatístico, Estatístico-auxiliar, Guarda, Inspetor de Imigração, Mecânico, Mensageiro, Radiotelegrafista e Servente, todos para o Instituto de Imigração e Colonização

Economista, para o Conselho Nacional de Economia

Dactilógrafo, para o Tribunal de Contas.

Elaboraram-se, ainda, instruções para as seguintes carreiras ou séries funcionais:

Concursos:

Astrônomo-Auxiliar, para o Ministério da Educação e Cultura

Biologista, para o Ministério da Saúde

Calculista, para o Ministério da Agricultura

Engenheiro, para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

Estatístico-Auxiliar, para o serviço público federal

Farmacêutico, para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores

Médico Sanitarista, para o Ministério da Saúde

Meteorologista, para o Ministério da Agricultura

Operário de Imprensa, para o Ministério da Marinha

Técnico de Material, para o Ministério da Fazenda

Tecnologista, para o Ministério da Fazenda.

Provas de transferência:

Assistente de Ensino

Farmacêutico, para o serviço público federal

Fiscal de Rendas, para o Ministério da Fazenda

Mestre, para o serviço público federal

Tratorista, para o serviço público federal

Provas de Habilitação:

Escrevente de Polícia, para o Ministério da Justiça e Negócios
Interiores

Guarda Civil, para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores

Identificador, para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores

Investigador, para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores

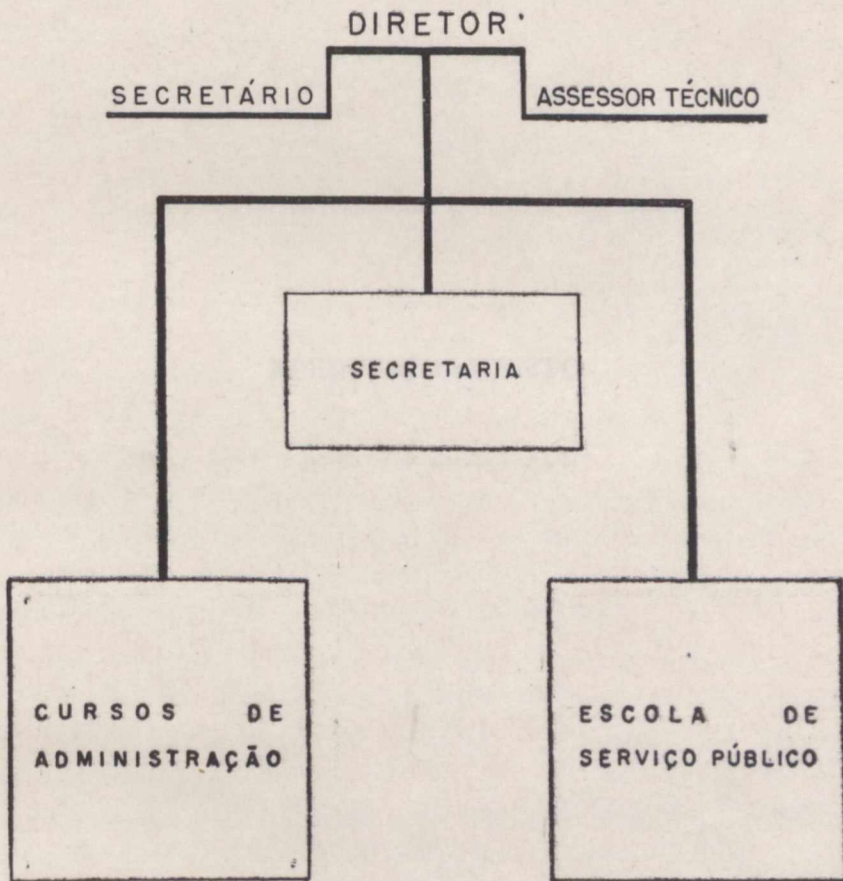
Marinheiro, para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores

Mensageiro, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores

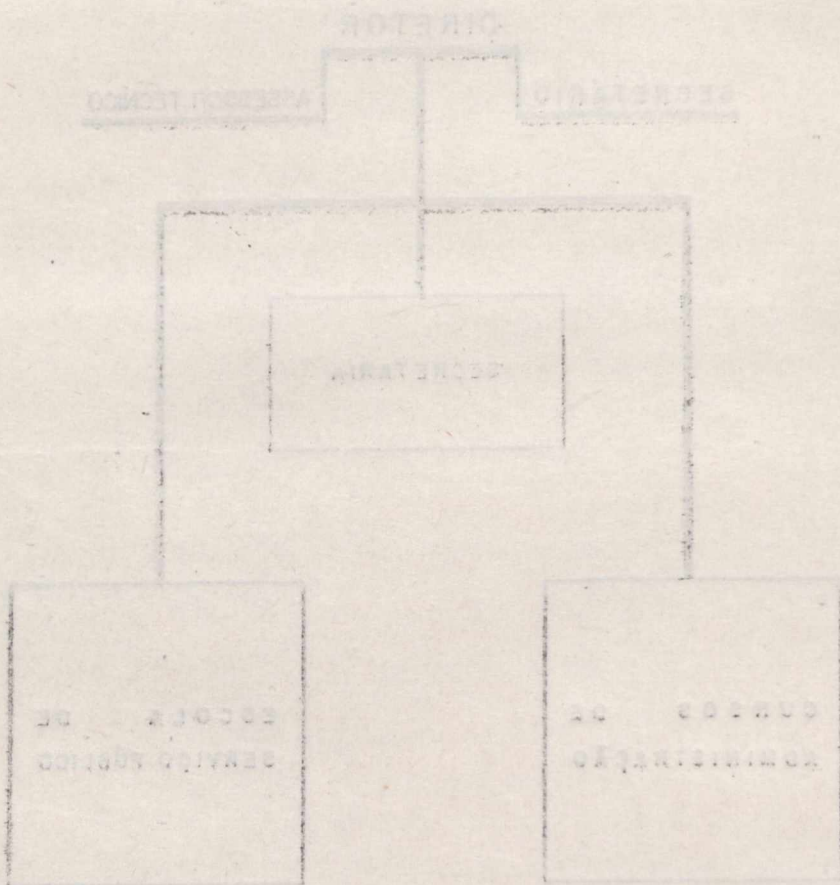
Patrão, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

No mesmo período anual de 1959, o D.A.S.P. fez entrega de 1.218 certificados a candidatos habilitados nos diversos concursos ou provas de habilitação.

CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO



CURSO DE ADMINISTRAÇÃO



APERFEIÇOAMENTO

Com o funcionamento da Escola de Serviço Público, instituída em regime de colaboração com o Ministério da Educação e Cultura, as atividades do D.A.S.P., em 1959, ampliaram-se consideravelmente, no que diz respeito a aperfeiçoamento.

A Escola de Serviço Público, criada no atual Governo, muito vem contribuindo, tanto na formação de profissionais da Administração, em particular, como na elevação do nível educacional do país, em geral. Prova-o o fato auspicioso de que, em 1959, contou com o número expressivo de 5.200 alunos nos diversos cursos que mantém. Dêsse total, 3.049 são alunos de todos os Estados que, através dos cursos por correspondência, recebem instrução no próprio local em que residem.

Objetivando obter níveis de maior eficiência no ensino da administração, realizou o D.A.S.P. pesquisas, racionalmente conduzidas, abrangendo setores fundamentais da atividade pública, como sejam organização e métodos, administração de pessoal, orçamento, etc.

Como resultado do trabalho realizado, podem ser citadas as instruções reguladoras e os programas de cursos referentes à administração de pessoal e de material, orçamento, organização, administração local, relações públicas, assistência e previdência social, técnica de educação, estatística aplicada, secretariado e arquivística.

Atualmente, o ensino administrativo expande-se de tal forma que não pode mais ficar circunscrito a cursos avulsos. Há necessidade de lei orgânica que venha dar-lhe estrutura, de acordo com a sua importância.

Acha-se em desenvolvimento uma campanha visando ao aperfeiçoamento dos serviços públicos em todo o país. Assim, a par da multiplicação dos atuais cursos por correspondência e da ampliação do plano de concessão de bolsas, está em estudos a inauguração de cursos de administração em diversas capitais do país, inclusive em Brasília.

No programa de intercâmbio técnico-administrativo entre o Brasil e outros países, dois fatos devem ser ressaltados: o início do programa de colaboração com a Universidade da Califórnia do Sul, nos Estados Unidos da América, através do Ponto IV, e a conclusão de um acordo com a França, cujo texto vai a seguir transcrito.

Acôrdo sôbre Cooperação Técnico-Administrativa entre o Brasil e a França

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Govêrno brasileiro, desejoso de consolidar e desenvolver a cooperação técnico-administrativa entre o Brasil e a França, e de colocá-la, ao mesmo tempo, em bases duradouras, considera oportuno e conveniente, nos têrmos dos entendimentos havidos entre os senhores João Guilherme de Aragão, Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público, e Henri Bourdeau de Fontenay, Diretor da "Ecole Nationale d'Administration", concluir um Acôrdo do seguinte teor:

Art. 1.º A cooperação técnico-administrativa, definida no presente Acôrdo, se exercerá, pelo Brasil, sob a autoridade do Ministério das Relações Exteriores, e, pela França, sob a autoridade da Embaixada da França no Brasil. A execução do presente Acôrdo será assegurada, na França, pelo Diretor da "École Nationale d'Administration", e no Brasil pelo Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público (D.A.S.P.).

Art. 2.º A cooperação técnico-administrativa entre as Partes se realizará da seguinte maneira:

a) pela participação de professôres franceses na formação geral dos funcionários do Govêrno Federal brasileiro, nas escolas ou centros de aperfeiçoamento existentes, ou a serem criados, particularmente na Escola do Serviço Público;

b) pela participação de professôres, ou de especialistas franceses, na formação especializada de funcionários brasileiros nos estabelecimentos nacionais de ensino;

c) pelo envio de funcionários brasileiros para estagiar em escolas, ou serviços técnicos franceses;

d) pela participação de técnicos no estudo de novas técnicas administrativas, de reformas, ou de novos métodos de ensino, por conta de uma ou de outra Parte;

e) pelo envio, ao Brasil, e, particularmente, ao D.A.S.P., de funcionários franceses;

f) pelo envio, à França, de funcionários, ou de personalidades do Brasil, particularmente, ao «Centre des Hautes Études Administratives» e ao "Centre de Formation des Experts Internationaux";

g) pela participação de professôres brasileiros na formação geral dos funcionários do Govêrno francês.

Art. 3.º No primeiro semestre de cada ano de aplicação do presente Acôrdo, será fixado, mediante entendimento direto entre as Partes, o programa de cooperação técnico-administrativa a ser executado durante o ano seguinte.

Art. 4.º A fim de facilitar a execução do programa de cooperação técnico-administrativa, prevista neste Acôrdo, as Partes comunicar-se-ão, em tempo útil, tôdas as informações necessárias sôbre os programas de formação e de aperfeiçoamento de seus próprios funcionários, quanto às suas necessidades em professôres ou técnicos, assim como a respeito da natureza dos acôrdos concluídos, sôbre o assunto, com outros Governos.

Art. 5.º As partes determinarão as condições de exceção imediata da cooperação técnico-administrativa, especialmente no caso de não poderem certas disposições relativas a prazos ser aplicadas, desde a entrada em vigor do presente Acôrdo.

Art. 6.º 1. As partes estipularão anualmente o número e a natureza dos lugares de ensino que serão confiados, no Brasil, a professôres franceses para a formação geral do funcionalismo público. O Ministério das Relações Exteriores dará a conhecer, dentro de três meses, a partir da assinatura do Acôrdo, as especialidades e o número d'esses professôres para o primeiro ano de atividade.

2. A documentação relativa aos professôres propostos será entregue ao Ministério das Relações Exteriores, pelo menos seis meses antes do início de suas funções. Durante o mês que se seguir ao envio dessa documentação, o Ministério das Relações Exteriores dará a conhecer os nomes dos candidatos que receberem a aprovação do Governo brasileiro, e confirmará a indicação, a natureza do ensino a ser ministrado e a duração do curso.

Art. 7.º 1. As partes fixarão anualmente o número e a natureza dos lugares de ensino que serão confiados, na França, a professôres brasileiros para a formação geral do funcionalismo público. Para o primeiro ano, o Governo brasileiro concordará com o envio de um professor brasileiro. A Embaixada da França no Brasil comunicará, dentro de três meses a partir da assinatura do Acôrdo, a especialidade dêsse professor.

2. As disposições do artigo 6.º, § 2.º, concernentes à apresentação e aprovação dos candidatos, serão aplicáveis, "mutatis mutandis", no caso do presente artigo.

Art. 8.º 1. Para o aperfeiçoamento, na França, dos funcionários públicos brasileiros, o Governo francês concederá bôlsas de duas

categorias diferentes, reservada a primeira a funcionários de nível superior. A distribuição dos candidatos pelas duas categorias será efetuada pelo órgão brasileiro competente.

2. O Governo francês fixará anualmente o número das bolsas. Para o primeiro ano, será fixado o número de nove bolsas para a primeira categoria e de sete bolsas para a segunda.

Art. 9.º As bolsas da primeira categoria darão acesso nos seguintes cursos ou estágios:

a) cursos normais da "Ecole Nationale d'Administration", para funcionários brasileiros que reúnam as condições estabelecidas para admissão, pelo Conselho de Administração da Escola;

b) ciclos especiais de formação, organizados pela E.N.A. para ouvintes estrangeiros;

c) estágios no «Centre des Hautes Etudes Administratives» para funcionários brasileiros de 30 anos, pelo menos, e 45 no máximo, que tenham exercido funções públicas de alta responsabilidade durante seis anos pelo menos:

d) estágios no «Centre de Formation des Experts Internationaux», que funciona na "Fondation Nationale des Sciences Politiques";

e) estágios organizados junto ao Conselho de Estado, "Inspection des Finances", "Cour des Comptes", ou outros serviços superiores do Estado.

Art. 10. As bolsas de segunda categoria dão acesso, particularmente, às seguintes escolas: "Ecole du Trésor", "Ecole des Impôts", "Ecole des Douanes", "Ecole de l'Institut de Statistique, et d'Etudes Economiques", "Ecole Nationale Supérieure de la Santé Publique", "Ecole Nationale Supérieure des P.T.T."

Art. 11. A distribuição das bolsas entre os programas de ensino e de estágio será objeto de consulta entre as Partes, anualmente. A documentação relativa aos candidatos será entregue, anualmente, à Embaixada da França, seis meses antes da data prevista para o início do estágio, ou do curso, e as decisões tomadas a respeito serão dadas a conhecer pela Embaixada dentro de três meses, antes daquela data".

Art. 12. 1. Para a formação profissional, no Brasil, do funcionalismo francês, o Governo brasileiro concederá, igualmente, bolsas da primeira e da segunda categorias, cujo número e natureza será fixado para cada ano da execução do Acôrdo, e darão direito a estágios no D.A.S.P. ou em outra entidade que fôr julgada conveniente. As

bolsas da primeira categoria serão por um período de doze meses e as bolsas da segunda categoria, por um período de três a seis meses. Para o primeiro ano, serão concedidas uma bolsa da primeira e outra da segunda categoria.

2. A documentação relativa aos candidatos será entregue, anualmente, pela Embaixada da França, seis meses antes da data prevista para o estágio, e as decisões tomadas a respeito serão comunicadas aos interessados dois meses após o recebimento da documentação.

Art. 13. 1. Sem prejuízo da decisão final da Parte concedente, os pedidos de bolsas, previstos nos artigos 8, 9 e 10, serão examinados, anualmente, por uma comissão designada pelo Governo brasileiro. Os pedidos relativos à obtenção de bolsas previstas no artigo 12, serão examinados por um organismo constituído pelas autoridades francesas competentes.

2. Será beneficiado com bolsas para a França somente o candidato que tenha curso da Escola de Serviço Público, ou de instituição congênere ou tenha exercido função pública de responsabilidade, a critério do órgão competente. A documentação que não incluir declaração da Aliança Francesa, que ateste conhecimento suficiente da língua francesa, não poderá ser submetido à comissão.

Art. 14. 1. Cada Parte poderá organizar viagens de estudos para personalidades ou solicitar à outra Parte a colocação de técnicos à sua disposição;

a) para o estudo de novas técnicas administrativas;

b) para a elaboração de reformas;

c) na ocasião da criação de serviços novos;

d) e, de uma maneira mais geral, a título de conselheiros técnicos, para o desenvolvimento do programa de cooperação administrativa, principalmente no domínio da formação dos funcionários em todas as disciplinas.

2. As modalidades dessas permutas serão determinadas, em cada caso, por entendimento entre as Partes.

Art. 15. Os professores que estiverem em missão, nos termos dos artigos 6.º e 7.º do presente Acôrdo, continuarão a receber os seus vencimentos normais no país de origem, e receberão, ainda, uma ajuda mensal complementar da outra Parte, a qual se encarregará do pagamento da viagem de volta do professor e de sua esposa, caso ela o acompanha, e, desde que a missão tenha tido a duração de, pelo menos, seis meses.

Art. 16. 1. Os funcionários ou estagiários chamados a efetuar estágios, de acôrdo com os artigos 9.º, 10 e 12, receberão, da Parte que os acolher, bôlsas de cooperação técnica, de valores diferentes, segundo sejam elas de primeira ou de segunda categoria. O valor das bôlsas será objeto de comunicações entre as Partes, anualmente.

2. Por outro lado, as autoridades da Parte que os receber, tomarão a seu cargo as despesas de viagem de volta.

Art. 17.1. As despesas relativas à viagem e à permanência dos técnicos ou personalidades mencionadas no art. 14, serão determinadas por entendimentos entre as Partes.

2. A presente Nota e a resposta de Vossa Excelência constituirão, entre nossos Governos, um Acôrdo sôbre a matéria, o qual entrará em vigor imediatamente e permanecerá em vigência até seis meses depois de recebida notificação escrita de denúncia.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração. — *Horácio Lafer*.

A Sua Excelência, o senhor Bernard Hardion, Embaixador da França.

AMBASSADE DE FRANCE AU BRÉSIL

Rio de Janeiro, le 6 Octobre de 1959.

Monsieur le Ministre,

Par lettre en date d'aujourd'hui votre Excellence a bien voulu me faire savoir que le Gouvernement des Etats-Unis du Brésil, désireux de consolider et de développer la coopération technique administrative entre le Brésil et la France, et de la placer sus des bases des negociations qui ont été menées par M.M. João Guilherme de Aragão, Directeur Général du "Departamento Administrativo do Serviço Público, et Henri Bourdeau de Fontenay, Directeur de l'Ecole Nationale d'Administration, un accord ayant le contenu suivant:

Article 1er — La coopération technique administrative définie dans le présent accord s'exercera, pour la France, sous l'autorité de l'Embassade de France au Brésil et, pour le Brésil, sous l'autorité du Ministère des Relations Extérieures. L'exécution du présent accord sera assuré, en France, par le Directeur de l'Ecole Nationale d'Administration et au Brésil par le Directeur Général du "Departamento Administrativo do Serviço Público" (D.A.S.P.).

Article 2 — La coopération technique administrative entre les parties se réalisera de la manière suivante:

a) par la participation de professeurs français a la formation générale des fonctionnaires du Gouvernement Fédéral brésilien dans les écoles ou centres de perfectionnement ouverts ou à ouvrir, notamment à l'Ecole du Service Public.

b) par la participation de professeurs ou de techniciens français a la formation spécialisée de fonctionnaires brésiliens dans les établissements d'enseignement brésiliens.

c) par l'envoi de fonctionnaires brésiliens en stage dans les écoles ou services techniques français.

d) par la participation d'experts à l'étude, pour le compte de l'une ou de l'autre partie, de techniques administratives nouvelles, de réformes ou de nouvelles méthodes d'enseignement.

e) par l'accueil au Brésil, et notamment par le D.A.S.P., de fonctionnaires français.

f) par l'accueil en France de fonctionnaires ou de personnalités du Brésil, notamment au Centre des Hautes Etudes Administratives, et au Centre de Formation des Experts Internationaux.

g) par la participation de professeurs brésiliens à la formation générale des fonctionnaires du Gouvernement français.

Article 3 — Dans le premier semestre de chaque année d'application du présent accord, les Parties arrêteront d'un commun accord le programme de coopération technique administrative à mettre en oeuvre au cours de l'année suivante.

Article 4 — Afin de faciliter la mise en oeuvre du présent accord, les Parties se communiqueront, en temps utile, tous les renseignements nécessaires sur les programmes de formation et de perfectionnement de leurs propres fonctionnaires, sur les besoins en professeurs ou experts ainsi que sur la nature des accords conclus avec d'autres Gouvernements, pour l'exécution, en France ou au Brésil, d'un programme de coopération technique administrative.

Article 5 — Les parties détermineront les conditions d'application immédiate de la coopération technique administrative dans la mesure, notamment, où certaines dispositions concernant les délais ne pourront pas être appliqués dès la mise en vigueur du présent accord.

Article 6 — 1) Les parties arrêtent chaque année le nombre et la nature des postes d'enseignement qui seront confiés au Brésil à des professeurs français pour la formation générale des cadres de la fonction publique. Le Ministère des Relations Extérieures fera connaître

dans un délai de trois mois à dater de la signature de l'accord, les spécialités et le nombre de ces professeurs pour la première année.

2) Les dossiers des professeurs proposés seront remis au Ministère des Relations Extérieures six mois ou moins avant leur prise de fonctions. Dans le mois suivante, le Ministère des Relations Extérieures fera connaître les noms des candidats que auront reçu l'agrément du Gouvernement brésilien et confirmera leur affectation, la nature de leur enseignement et la durée de leur cours.

Article 7 — 1) Les Parties arrêtent chaque année le nombre et la nature des postes d'enseignement qui seront confiés en France à des professeurs brésiliens pour la formation générale des cadres de la fonction publique. Pour la première année, le Gouvernement français demande et le Gouvernement brésilien accepte l'envoi d'un professeur brésilien. L'Ambassade de France au Brésil fera connaître dans un délai de trois mois à dater de la mise en vigueur de l'accord, la spécialité de ce professeur.

2) Les dispositions de l'article 6, alinea 2, concernant la présentation et l'agrément des candidates sont applicables *mutatis mutandis*, dans le cadre du présent article.

Article 8 — 1) Pour le perfectionnement en France des fonctionnaires publics brésiliens, le Gouvernement français accorde des bourses de deux catégories différentes, la première étant réservée à des fonctionnaires de rang supérieure. La repartition des candidats entre ces deux catégories sera effectuée par l'organisme brésilien compétent.

2) Le Gouvernement français fixera chaque année le nombre des bourses. Pour la première année, il accordera neuf bourses de la première catégorie et sept de la seconde.

Article 9 — Les bourses de la première donnent accès aux enseignements ou stages suivants:

a) Cours normaux de l'"E.N.A.", pour des fonctionnaires brésiliens réunissant les conditions fixées pour leur admission par le Conseil d'Administration de l'Ecole;

b) Cycles spéciaux de formation organisés par l'"E.N.A.", pour des auditeurs étranger;

c) Stages au Centre des Hautes Etudes administratives pour des fonctionnaires brésiliens de 30 ans ou moins et 45 ans au plus, avant occupé des emplois publics de haute responsabilité pendant six ans au moins;

d) Stages au Centre de Formation des Experts internationaux, fonctionnant au sein de la Fondation Nationale des Sciences Politiques;

e) Stages organisés auprès du Conseil d'Etat, de l'Inspection des Finances, de la Cour des Comptes ou de Services supérieures de l'Etat.

Article 10 — Les bourses de la deuxième catégorie donnent accès notamment aux écoles suivantes: Ecole du Trésor, Ecole des Impôts, Ecole des Douanes, Ecole de l'Institut de statistiques et d'études économiques, Ecole Nationale Supérieure de la Santé Publique, Ecole Nationale des P.T.T..

Article 11 — La répartition des bourses entre ces enseignements et ces stages, fera, chaque année, l'objet d'une consultation entre les Parties. Les dossiers des candidats seront remis chaque année à l'Ambassade de France six mois avant le commencement des cours ou des stages et les décisions prises à leur sujet seront communiquées par l'Ambassade trois mois avant cette date.

Article 12 — 1) Pour la formation professionnelle au Brésil des cadres de la fonction publique française, le Gouvernement brésilien accordera également des bourses de première et de deuxième catégorie dont il fixera chaque année le nombre et la nature et qui donneront droit à des stages au D.A.S.P., ou dans tout autre organisme approprié. Les bourses de la première catégorie comporteront une durée de douze mois, celles de seconde catégorie une durée de trois à six mois. Pour la première année seront attribués une bourse de la première catégorie et une bourse de la seconde.

2) Les dossiers des candidats seront transmis chaque année par l'Ambassade de France six mois avant la date prévue pour le début du stage et les décisions prises à leur sujet seront communiquées aux intéressés deux mois après réception des dossiers.

Article 13 — 1) Sans prejudice de la décision finale de la partie concédante, les demandes en vue de l'obtention des bourses prévues aux articles, 8, 9 et 10 ci-dessus seront examinées chaque année par une commission désignée par le Gouvernement brésilien. Celles relatives à l'obtention des bourses prévues à l'article 12 seront examinées par un organisme constitué par les Autorités françaises compétentes.

2) Seuls seront admis au bénéfice d'une bourse en France, les candidats ayant, ou satisfait aux examens de l'Ecole du service public ou d'un établissement analogue, ou effectivement exercé des fonctions considérées par l'organisme compétent comme des fonctions de responsabilité. Les dossiers ne comportant par un certificat de l'Alliance Française attestant une connaissance suffisante de la langue française, ne pourront être soumis à la commission.

Article 14 — 1) Chacune des parties signataires pourra, soit organiser des voyages d'études pour les personnalités, soit solliciter de l'autre la mise à la disposition d'experts:

- pour l'étude de techniques administratives nouvelles;
- pour l'élaboration de réformes;
- à l'occasion de la création de services nouveaux;
- d'une manière plus générale, à titre de conseillers techniques pour le développement du programme de coopération administrative, principalement dans le domaine de la formation des fonctionnaires de toutes disciplines.

2) Les modalités de ces échanges seront déterminées dans chaque cas par une entente entre les Parties.

Article 15 — Les professeurs effectuant des missions dans le cadre des articles 6 ou 7 du présent accord, continueront de percevoir leur traitement normal dans leur pays d'origine et recevront en outre une indemnité mensuelle complémentaire du pays qui les accueille. Les autorités du pays d'accueil prendront à leur charge les frais du voyage de retour ainsi que ceux du voyage de retour de l'épouse, si elle suit son mari, lorsque la mission aura une durée supérieure ou égale à six mois.

Article 16 — 1) Les fonctionnaires ou stagiaires appelés à effectuer des stages dans le cadre des articles 9, 10 et 12 recevront du pays qui les accueille, des bourses de coopération technique d'un montant différent selon qu'il s'agit d'une bourse de première ou de deuxième catégorie. La valeur des bourses fera chaque année l'objet d'une communication entre les Parties.

2) En outre, les autorités du pays d'accueil prendront à leur charge les frais du voyage de retour.

Article 17 — Les dépenses relatives au voyage et au séjour des experts ou personnalités visés à l'article 14 seront réglées par accord entre les Parties.

Votre Excellence ajoutait que sa lettre et ma réponse constitueraient, entre nos Gouvernements, un accord qui entrerait en vigueur immédiatement, et dont la validité ne prendrait fin qu'après un délai de six mois postérieurement à sa dénonciation écrite par l'une des Parties.

J'ai l'honneur de vous confirmer l'accord du Gouvernement de la République française sur ce qui précède.

Je saisis cette occasion pour renouveler à Votre Excellence les assurances de ma plus haute considération. — *Bernard Hardion*, Ambassadeur de France au Brésil.

Durante o ano de 1959, em diferentes períodos, estiveram em aperfeiçoamento no estrangeiro 23 servidores, sendo 10 na França e 13 nos Estados Unidos da América.

Os dados seguintes mostram o que foi, em 1959, o movimento dos cursos de aperfeiçoamento realizados pelo D.A.S.P.

CURSOS EM FUNCIONAMENTO

Técnico de Administração

	<i>Insc.</i>	<i>Mat.</i>	<i>Aprov.</i>
1.º ano	107		107
2.º ano	25		25

Especialização

Técnico de Educação	77		51
---------------------------	----	--	----

Aperfeiçoamento

Auxiliar de Administração	126		122
Administração de Pessoal	34		34
Administração Orçamentária	19		19
Administração de Material	20		20
Administração de Empresas	29		29
Relações Públicas	55		55
Relações Humanas	55		55
Chefia (Princípios e Técnicas)	36		36
Aperfeiçoamento de Professores para o Ensino Comercial (Inscrições ainda abertas)	—		—

Avulsos

Língua Inglesa	189		174
Estatística Aplicada	33		33
Treinamento em fiscalização — Agente do Imposto de Renda	48		48
Extensão de Astronomia	18		18
Treinamento Técnico e Prático em Administração de Pes- soal (Bolsistas Estaduais)	11		11
Aperfeiçoamento para Pessoal de Arquivo	97		97

Cursos por correspondência

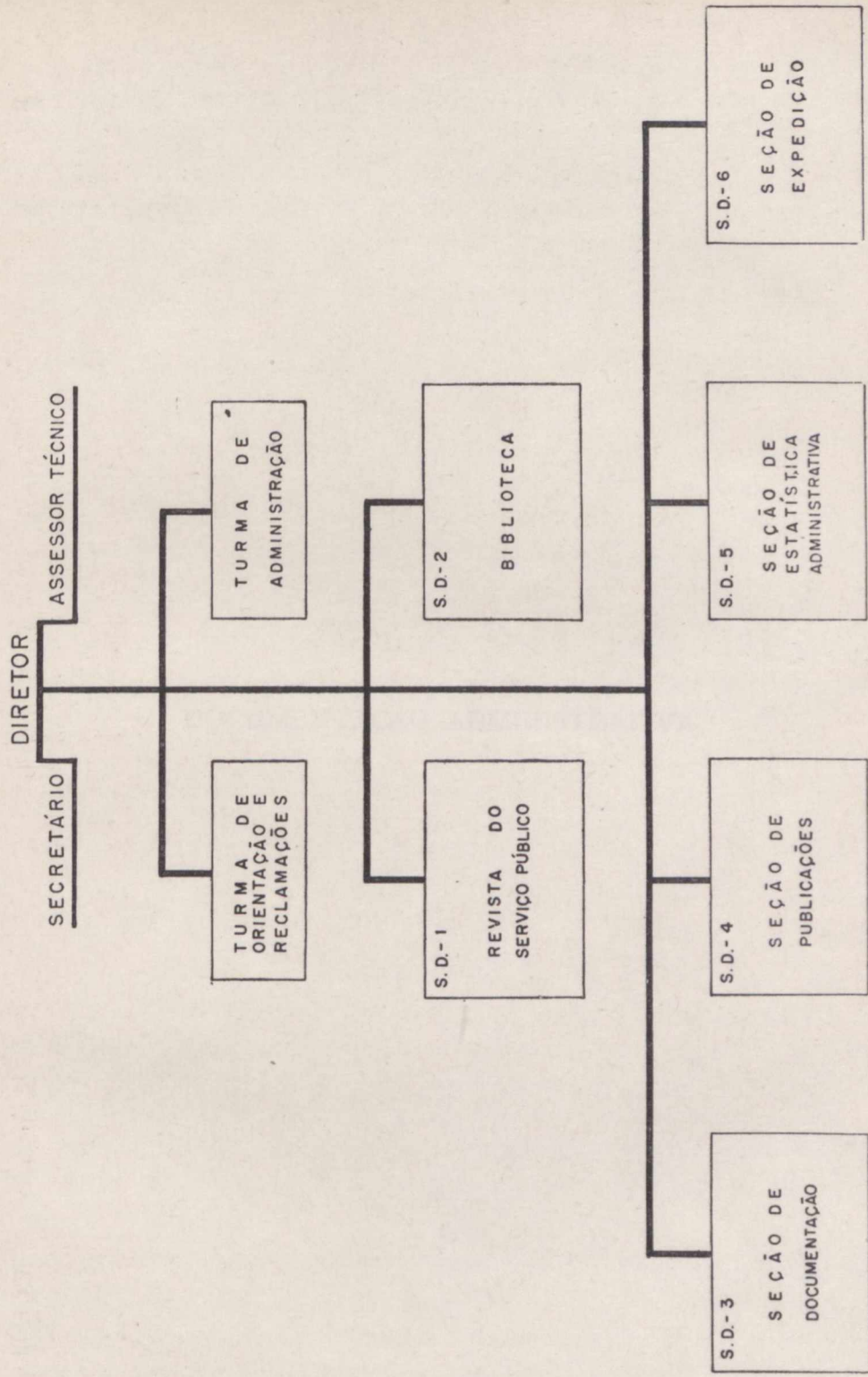
Administração e Legislação de Pessoal	500		360
Legislação Fazendária	500		416
Matemática e Elementos de Estatística	500		460
Noções Gerais de Direito	500		407
Português e Redação Oficial	500		472
Total	<u>3.479</u>		<u>3.049</u>

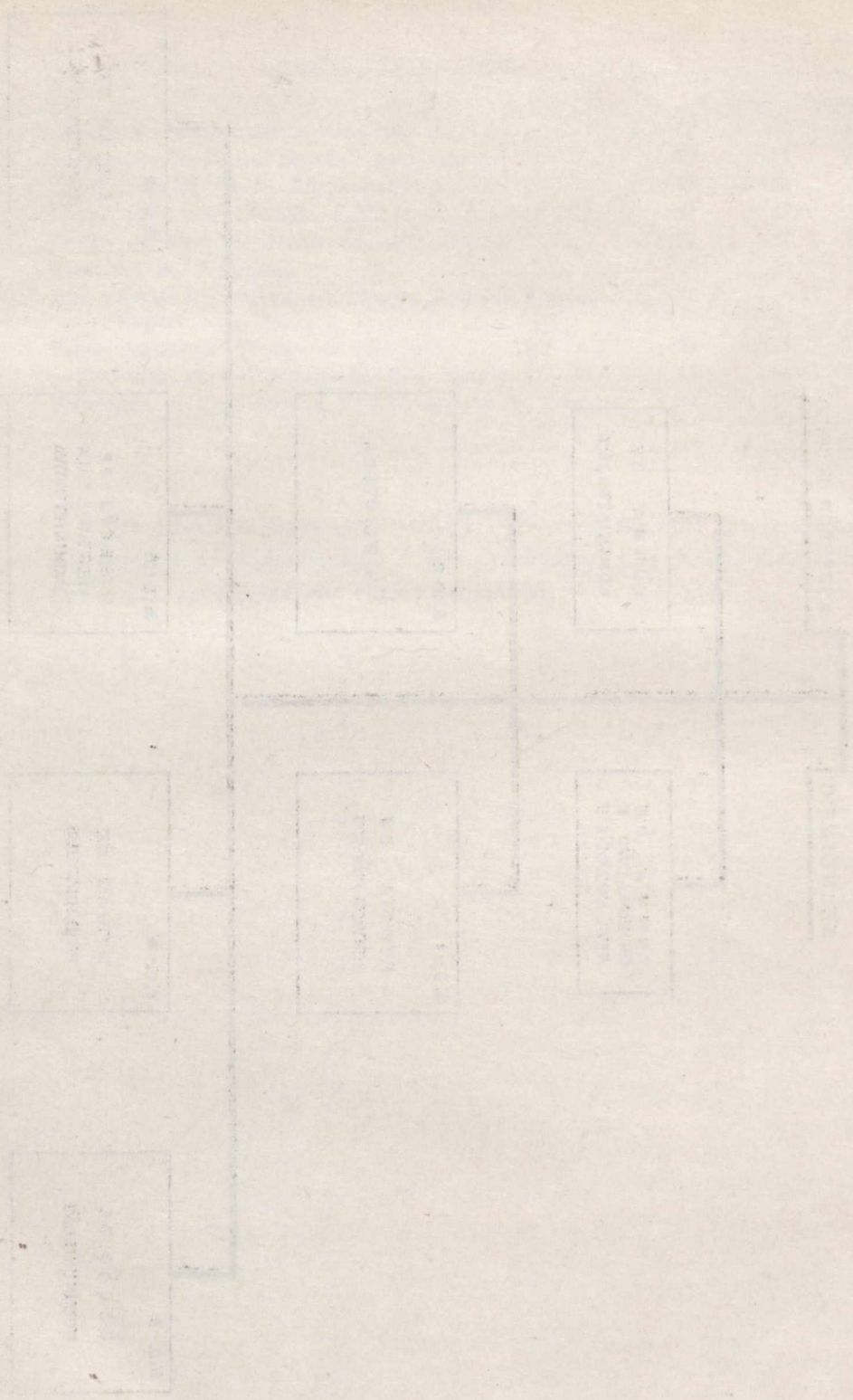
CURSOS TERMINADOS

	Insc.	Mat.	Aprov.
Astronomia, Topografia e Geodésia	107	107	18
Preparação de Pessoal Auxiliar para Arquivo	79	79	19
Treínamento de Oficial Administrativo	1.661	1.480	—
Legislação e Contabilidade Pública	44	44	30
Frática de Atividade de Mecanização	37	37	31
Formação de Secretários	20	20	14
Elementos de Matemática e Estatística Aplicada à Admi- nistração	112	96	13
Especialização de Técnico de Migração	221	221	15
Conferências sobre Administração-Geral Aplicada	64	64	55
Preparação de Candidatos a Aperfeiçoamento na França	14	14	6
Total	<u>2.359</u>	<u>2.162</u>	<u>201</u>

Em números globais, no ano de 1959, o D.A.S.P. inscreveu em seus cursos de administração 5.838 candidatos, com 5.200 matriculados e 201 aprovados nos cursos terminados.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO





RECORD OF ELECTRICAL WORK

DOCUMENTAÇÃO ADMINISTRATIVA

DOCUMENTO SUPPLEMENTARIO

A documentação administrativa realizada pelo D.A.S.P., prosseguiu, em 1959, no ritmo ascendente dos últimos anos. Ampliou-se de tal forma que, presentemente, se projeta fora do âmbito departamental como poderoso auxiliar de todos os estudiosos dos assuntos administrativos.

Seja mediante o trabalho informativo, rotineiro, de documentar, seja sob o aspecto dinâmico de divulgação, a documentação no D.A.S.P. atingiu, hoje, integralmente, à sua finalidade, constituindo, na expressão da palavra, parte indispensável à engrenagem do órgão.

REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO

Na divulgação de matéria doutrinária, informativa, crítica e noticiosa, contribuindo para maior difusão de conhecimentos especializados, tem lugar destacado a Revista do Serviço Público.

Por meio das edições saídas em 1959, forneceu a seus leitores temas os mais variados, em artigos não só de interesse direto da Administração, como, também, trabalhos outros que se enquadram no campo das ciências sociais.

A mudança da Capital da República, assunto dos mais atuais, esteve focalizada em numerosos trabalhos do maior interesse, dentre os quais podem ser citados "Brasília, a grande metrópole", "Brasília, realidade iminente" e "A área do novo Distrito Federal, condições de solo, clima e recursos naturais". Igualmente a Revista dedicou o seu número de outubro exclusivamente ao memorável acontecimento internacional que foi o III Congresso dos Tribunais de Contas, realizado no Rio de Janeiro.

Em 1959, foram editados 11 números da Revista do Serviço Público, abrangendo o período de julho de 1958 a agosto de 1959, com um total de 71.550 exemplares. A sua distribuição regular alcançou um total de 56.848 exemplares, sendo 51.848 remetidos para o país e 5.000 para o exterior. Já a expedição avulsa, que atende a pedidos, atingiu a 4.621 para o país e 582 para o exterior.

OUTRAS PUBLICAÇÕES

Não apenas por intermédio da Revista do Serviço Público contribuiu o D.A.S.P. para maior conhecimento de matéria de importância para o estudo da Administração Pública. Essa publicidade estendeu-se a outros trabalhos editoriais, onde a quantidade e, principalmente, a qualidade, vêm colocar o D.A.S.P. em primeiro plano no campo da documentação administrativa, no país.

Do que foi feito em matéria de publicações, é dada a seguir relação das obras remetidas, em 1959, ao Departamento de Imprensa Nacional, para impressão e que assim se discriminam:

— Afirmações na prática do direito internacional, de Manoel de Oliveira Franco Sobrinho;

— O comércio exterior e a inflação brasileira, de Francisco das Chagas Melo;

— O pensamento filosófico de Clóvis Bevilacqua, de Alcântara Nogueira;

— Relatório das atividades do D.A.S.P., em 1958, do Serviço de Documentação;

— Resultados e perspectivas do Ponto IV no Brasil, de J. Guilherme de Aragão;

— Ementário de decisões administrativas — Volume 2, do Serviço de Documentação do D.A.S.P.;

— Visita do Presidente Juscelino Kubitschek ao D.A.S.P., do Serviço de Documentação;

— Problemas de organização dos quadros administrativos, de Claudionor Luttgardes Cardoso de Castro;

— História maravilhosa das palavras, de Mário R. Martins;

— Importância do 3.º Congresso Internacional de Contas do Rio de Janeiro, de J. Guilherme de Aragão;

— Introdução ao direito administrativo, de Amilcar de Araújo Falcão;

— O abuso do poder administrativo no Brasil (conceito e remédios) de Caio Tácito da série "D.A.S.P./I.B.C.A.";

— Da descentralização funcional do Tribunal de Contas, de João Lyra Filho, separata da Revista do Serviço Público;

— Notas de um observador administrativo, de J. Guilherme de Aragão;

— Perspectivas da economia brasileira, de Celso Furtado;

— A Polimorfia de Nabuco, de Carlos Xavier Paes Barreto, da série "Pequenos estudos sobre administradores brasileiros";

— O Presidente Jerônimo de Souza Monteiro, de Maria Stella de Novaes, da mesma série do título anterior;

— O regime jurídico da COFAP, de A. Machado Paupério, separata da Revista do Serviço Público.

— Regulamentos do Estatuto dos Funcionários Públicos, do Serviço de Documentação do D.A.S.P., em reedição revista e atualizada.

— Rotina do processamento das concorrências pública e administrativa e da coleta de preços, da série "Rotinas";

— Formação e seleção dos funcionários locais, de Manoel Caetano Bandeira de Mello;

— Rotina do processamento da admissão de contratado e da alteração do respectivo contrato, da série "Rotinas";

— A oratória atual do Brasil, de Josué Montello.

Contando, sempre, com a boa vontade característica do órgão oficial de imprensa, que é o Departamento de Imprensa Nacional, e apesar das dificuldades naturais que êste enfrenta, pôde o D.A.S.P., em 1959, reafirmar o seu "slogan" da presente administração — *um livro por semana*.

Entre as publicações recebidas do Departamento de Imprensa Nacional já impressas, figuraram as seguintes:

— O abuso do poder administrativo no Brasil (conceito e remédios), de Caio Tácito, da série "D.A.S.P./I.B.C.A", edição de 3.000 exemplares;

— Aquarela do Brasil, de Assis Chateaubriand, edição de 3.000 exemplares;

— O centenário da "Origem das Espécies" — 1859/1959, de Manoel Caetano Bandeira de Mello, edição de 3.000 exemplares;

— Circulares da Secretaria da Presidência da República 1951/1958 — do Serviço de Documentação do D.A.S.P., edição de 3.000 exemplares;

— Classificação de cargos no serviço público (fascículo I), em tradução de original da Public Personnel Association, edição de 1.500 exemplares;

— Da descentralização funcional do Tribunal de Contas, de João Lyra Filho, separata da Revista do Serviço Público, edição de 1.500 exemplares;

— História da imprensa no Maranhão, de Antônio Lopes, edição de 2.000 exemplares;

— Desenvolvimento econômico e social dos municípios fluminenses — Operação Rio de Janeiro, de Araujo Cavalcanti, da série "D.A.S.P./I.B.C.A", edição de 4.000 exemplares;

— Estatuto dos funcionários da Prefeitura do Distrito Federal — Comentado, de Edgar de Carvalho, edição de 2.000 exemplares;

— Introdução à sociologia, de Paulo Dourado de Gusmão, edição de 4.000 exemplares;

— Organização diplomática e consular brasileira, de G. E. do Nascimento e Silva, separata da Revista do Serviço Público, edição de 1.500 exemplares;

— Formação e seleção dos funcionários locais, de Manoel Caetano Bandeira de Mello, edição de 4.000 exemplares;

— O pensamento filosófico de Clóvis Bevilacqua, de Alcântara Nogueira, edição de 2.500 exemplares;

— Regente Feijó, de Alfredo Balthazar da Silveira, da série "Pequenos estudos sobre administradores brasileiros", edição de 1.500 exemplares;

— O sentido nacional dos problemas do nordeste brasileiro, de Barreto Guimarães, da série "D.A.S.P./I.B.C.A", edição de 2.000 exemplares;

— Relatório das atividades do D.A.S.P., em 1958, do Serviço de Documentação, edição de 2.000 exemplares;

— Resultados e perspectivas do Ponto IV no Brasil, de J. Guilherme de Aragão, edição de 3.000 exemplares;

— Aimorés — Análise antropológica de um programa de saúde, de L.F. Raposo Fontenelle, edição de 1.000 exemplares;

— Visita do Presidente Juscelino Kubitschek ao D.A.S.P., do Serviço de Documentação, edição de 3.000 exemplares;

— A oratória atual do Brasil, de Josué Montello, edição de 3.000 exemplares;

— Índice da Revista do Serviço Público — Ano XX, edição de 1.500 exemplares;

Além dessas publicações, o D.A.S.P., com seus próprios recursos tipográficos, em multilith, deu a público mais estas obras:

— Circulares da Secretaria da Presidência da República expedidas em 1958, edição de 1.200 exemplares;

— A Biblioteca, n.º 10, julho/dezembro de 1958, edição de 1.200 exemplares.

— A Biblioteca, n.º 11, janeiro/março de 1959, edição de 1.200 exemplares;

— Legislação — Código de ética e instruções eleitorais;

— Mensagem de fé municipalista;

— Outline of the structure and operation of the brazilian financial administration.

ESTATÍSTICA ADMINISTRATIVA

No campo da estatística administrativa, a realização de maior vulto do D.A.S.P., em 1959, foi a conclusão da obra "Do trabalho — Sua justa distribuição salarial no serviço público". De grande interesse, sem dúvida, trata, em sua primeira parte, do equacionamento do problema do trabalho, colocando-o no conjunto geral das atividades humanas.

A segunda parte contém o estudo e fórmula de solução da justa distribuição salarial no serviço público.

Nas preliminares dessa parte, são encontradas pequenas exposições, estreitamente ligadas à justa distribuição salarial, tais como os efeitos benéficos ou maléficos da Lei n.º 284, de 28 de outubro de 1936, a análise à luz das situações anômalas decorrentes da política de remuneração, e os desestímulos e seus reflexos no problema das relações humanas.

Ainda, na segunda parte, a justa distribuição salarial é relacionada aos planos de pagamento vigentes desde a Lei n.º 284, citada, pondo-se em perspectiva o estudo comparativo dos vencimentos e das vantagens dos funcionários civis e militares, o comportamento dos seus vencimentos reais no período 1948/1959 e a capacidade aquisitiva desses vencimentos, em cruzeiros de 1948.

PUBLICIDADE DADA AOS ATOS DO D.A.S.P. NA IMPRENSA DIÁRIA

Setor dos mais atuantes é aquêle que trata da divulgação dos fatos relacionados com o D.A.S.P.

Dentro de critério objetivo, em atendimento ao exato sentido da informação do regime democrático, vêm sendo dadas à publicidade, diàriamente, notas que não só informam o grande público como esclarecem a ação do órgão. Da necessidade de tal serviço, dizem as 17.143 referências feitas ao D.A.S.P., em 1959, na imprensa diària do país.

DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICAÇÕES

O movimento de distribuição de publicações apresentou, no decorrer de 1959, os seguintes números, prova da aceitação pelo público do trabalho construtivo realizado:

1 — *Publicações entregues no próprio D.A.S.P.*

<i>Título</i>	<i>Quantidade</i>
Acidentes do trabalho	10
Administração pública das águas	10
Alimentação, população e progresso social	10
A apuração do merecimento no serviço federal brasileiro	16
Aspectos do planejamento financeiro	12
Assistência aos doentes mentais	10
Avaliação de cargos	10
A base ecológica da administração pública	25
A Biblioteca do D.A.S.P. — Guia n.º 2	21
A Biblioteca — fevereiro de 1944	7
A Biblioteca — março e abril de 1945	23
A Biblioteca — maio e junho de 1945	10
A Biblioteca — julho e agosto de 1945	12
A Biblioteca — setembro e outubro de 1945	12
O D.A.S.P. visto por um técnico de administração norte-americano	10
O Departamento Administrativo do Serviço Público	10
Circulares do D.A.S.P. — de 1938 a 1947	10
A carta dos municípios	10
A Casa de Ruy Barbosa	10
O estatuto de 1952 e suas inovações	15
Chefia — sua técnica e seus problemas	2
Circulares da Secretaria da Presidência da República — 1949	10
A força social da cooperação	7
Full-time para carreiras especializadas	19
Estudo da administração pública comparada	5
Carta municipalista de São Vicente	10
A despesa no processo orçamentário	10
A Biblioteca — março e abril de 1946	2
O direito administrativo no Brasil	7
A Biblioteca — janeiro a junho de 1947	3
Conferência — problemas de administração — 2.º vol.	1
Evolução histórica do seguro social	8
2.º Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros	10
Fertilização do solo na política agrária brasileira	9
Governo e administração na França	10
O programa brasileiro de reforma administrativa	1
Circulares da Secretaria da Presidência da República, de 1948	7
À margem do planejamento econômico da Amazônia	35
Normas para catalogação de impresso	10
Técnica de planejamento	1
O governo é o maior cliente dos produtos nacionais	37
A Biblioteca — julho a dezembro de 1957	5
Teoria da estrutura em organização	10
Circulares da Secretaria da Presidência da República, de 1937/1943	3
Do material elétrico para instalação de laboratórios	25
Contrôle administrativo	7
D.A.S.P. — Cursos de Administração	15
Modelos de decretos	5
Curso sumário de direito municipal	15
O Governo e o fomento da produção animal	2

<i>Título</i>	<i>Quantidade</i>
Monografia profissional do Estatístico-auxiliar	21
Sistema tributário brasileiro	1
A Biblioteca — janeiro a junho de 1948	5
Discurso — instalação do D.A.S.P.	26
Circulares da Secretaria da Presidência da República, de 1954	5
Método comparativo e ciência administrativa	10
O ensino e a biblioteca	10
Escola Nacional de Administração	15
A reorganização administrativa dos Estados como fator da unidade nacional	1
A entrevista no processo de seleção psicotécnica	15
Estudos municipais — 1 a 10	15
Questões orçamentárias dos Estados e Municípios	6
Circulares da Secretaria da Presidência da República, 1951	5
A Biblioteca — julho a dezembro de 1948	10
Relações da administração com o público	5
Comunicações administrativas	10
A organização como técnica a serviço do Estado	10
Ensinando o uso de livro e bibliotecas	15
A Biblioteca — janeiro a dezembro de 1954	16
O material no serviço público	1
Elaboração do orçamento público	15
Circulares da Secretaria da Presidência da República, de 1946	3
A Biblioteca — maio a agosto de 1949	5
Ensaio sobre justiça distributiva	15
Relações de organização	2
Circulares da Secretaria da Presidência da República, de 1955	3
Os planos de desenvolvimento e o fator administrativo	25
A Biblioteca — maio a agosto de 1949 — suplemento	10
Circulares da Secretaria da Presidência da República, de 1953	2
O município e os serviços públicos de primeira necessidade	10
A Biblioteca — setembro a dezembro de 1949	6
A conjuntura brasileira em 1952	10
O Brasil na Comissão de Tutela	18
O município na América	5
A Biblioteca — janeiro a abril de 1950	7
Circulares da Secretaria da Presidência da República, de 1947	7
A Biblioteca — janeiro a abril de 1953	23
Circulares da Secretaria da Presidência da República, de 1952	7
A Biblioteca — setembro a dezembro de 1950	3
A compra centralizada	1
Circulares do D.A.S.P. — 1938/1950	5
A Biblioteca — maio a dezembro de 1953	23
O Bureau de Orçamento nos Estados Unidos	11
Circulares da Secretaria da Presidência da República, de 1950	5
A Biblioteca — janeiro a março de 1955	15
A Biblioteca — janeiro a dezembro de 1957	93
A Biblioteca — abril a dezembro de 1955	10
A biblioteca central da Cidade Universitária	15
Regimento do D.A.S.P.	799
Ementário de decisões administrativas — fasc. IV	463
Índice da Revista do Serviço Público — ano XVIII	2.487
Estudos brasileiros de direito e administração	180
A mulher no serviço público federal	501
Regulamentos do Estatuto dos Funcionários Públicos	1.661
As empreitadas de obras públicas no direito brasileiro	1.525
Problemas de governo e administração do Espírito Santo	716
Ensaio de administração — Introdução ao estudo da documentação	667
Reforma administrativa do Brasil	1.838
Índice da Revista do Serviço Público — Ano XV	1.986
Índice da Revista do Serviço Público — Ano XVI	2.987
A programação no orçamento federal norte-americano	1.429

Título	Quantidade
Reorganização administrativa e desenvolvimento planificado de Fernando de Noronha	1.612
Descrições de cargos	336
Três ensaios de administração	1.181
Índice da Revista do Serviço Público — Ano XVII	1.990
Elementos de técnica de avaliação de cargos	67
Integração do Piauí nos planos de desenvolvimento nacional	1.181
A Biblioteca — janeiro a dezembro de 1957	915
Índice da Revista do Serviço Público — Ano XIX	2.846
Mobilização contra o subdesenvolvimento (Operação Alagôas)	1.077
O sistema geral da Operação-Município e seu enquadramento nos planos de desenvolvimento nacional	1.708
La formation du fonctionnaire et l'Ecole Nationale d'Administration Française	687
Ensaio de administração — perspectiva da economia brasileira	485
Catálogo das publicações do D.A.S.P.	690
A Biblioteca — janeiro a março de 1958	978
Le D.A.S.P. et la fonction publique au Brésil	1.978
Relatório das atividades do D.A.S.P., em 1957	19
A Biblioteca — abril a junho de 1958	1.984
Ensaio de administração. — Introdução ao orçamento público	765
Ensaio de administração — O controle financeiro pelo Tribunal de Contas	592
Ensaio de administração — Estudos de política fiscal	1.259
Almirante Balthazar da Silveira	437
Alguns parlamentos estrangeiros	479
Índice da Revista do Serviço Público — Ano XX	484
Da descentralização funcional do Tribunal de Contas	159
O abuso do poder administrativo no Brasil	89
Circulares da Secretaria da Presidência da República, de 1951/1958	219
Visita do Presidente Juscelino Kubitschek ao D.A.S.P.	218
Resultados e perspectivas do Ponto IV no Brasil	269
O sentido nacional dos problemas do nordeste brasileiro	782
Desenvolvimento econômico e social dos municípios	2.721
Introdução à sociologia	2.607
Alguns aspectos da administração de pessoal	27
Explicações das marcas de autor — Cutter-Sanborn	35
Aimorés — análise antropológica de um programa de saúde	243
Circulares da Secretaria da Presidência da República, de 1948	159
O centenário da "Origem das Espécies" — 1859/1959	2.344
Regente Feijó	458
Estatuto dos Funcionários da P.D.F.	1.800
Classificação de cargos no serviço público — Fasc. I	246
Relatório das atividades do D.A.S.P., em 1958	138
O pensamento filosófico de Clóvis Bevilacqua	206
Organização diplomática e consular brasileira	326
Aquarela do Brasil	1.648
Administração de pessoal	1
Ruralismo e municipalismo	10
Previdência social	1
Breve estudo sobre os terrenos de marinha	14
Paulo Fernandes Viana	276
Mauá	24
Burocracia e democracia	29
Administração financeira e contábil	8
Aspectos constitucionais das empresas de serviço público	36
O Conselho Técnico de Economia e Finanças	33
O escoamento das águas	10
O processo administrativo	1
Ferreira Viana	381
Princípios de administração científica	13
O tabu da unidade jurisdicional	9
O controle político do orçamento	5

<i>Título</i>	<i>Quantidade</i>
Manual de classificação de cargos e fixação de salários	57
Da publicação de lei, objeto de veto parcial, antes da apreciação deste pelo Poder Legislativo	133
Pequena introdução ao estudo do comércio exterior do Brasil	14
Organização administrativa da Campanha contra a tuberculose	6
O problema dos aquestos no direito civil brasileiro	2
A era do administrador profissional	4
Barão do Rio Branco	2
Recuperação moral na administração pública	7
A Biblioteca — abril a dezembro de 1955	3
Circulares da Secretaria da Presidência da República, de 1953	2
Circulares da Secretaria da Presidência da República, de 1954	2
História administrativa do Brasil — vol. I	1
Os vencimentos no serviço publico federal	2
Circulares da Secretaria da Presidência da República, de 1955	1
História administrativa do Brasil — vol. II	17
Racionalização administrativa do Brasil	3
Amaro Cavalcanti	10
O plano de classificação de cargos	3
O relatório técnico sobre a nova capital da República	65
Estatutos dos funcionários públicos civis da União	355
Problemas fundamentais dos municípios brasileiros	1
Administração municipal de Guaranésia — Vol. III — Tomo II	4
Índice da Revista do Serviço Público — Ano VII	4
Ementário de decisões administrativas — Fasc. II	11
Índice da Revista do Serviço Público — Ano VIII	4
Leituras de administração municipal	1
A codificação municipal de João Pessoa	3
Dos recursos contra os atos da administração	2
A administração municipal de Guaranésia — Vol. III — Tomo I	2
Ementário de decisões administrativas — Fasc. III	70
A C.N.E.R. — uma experiência em administração pública	13
Índice da Revista do Serviço Público — Ano X	13
Variações sobre o tema: opinião pública	1
Cidade Universitária da Universidade do Brasil	13
Índice da Revista do Serviço Público — Ano XI	2
A Biblioteca — janeiro a dezembro de 1956	32
Circulares da Secretaria da Presidência da República, de 1956	5
História administrativa do Brasil — Vol. III	474
Pareceres do Consultor Jurídico do D.A.S.P. — novembro de 1952 a junho de 1955	72
Índice da Revista do Serviço Público — Ano XIV	13
Manual de simplificação do trabalho	176
Índice da Revista do Serviço Público — Ano XIII	4
Abastecimento d'água para pequenas comunidades	5
Índice da Revista do Serviço Público — Ano IX	7
Índice da Revista do Serviço Público — Ano XII	5
O veto — aspectos constitucionais do orçamento	9
O Departamento de Referência (3ª edição)	22
Duarte Coelho	7
Do Tribunal de Contas como tribunal de justiça	5
Política econômica e financeira do Brasil	7
A codificação municipal de Florianópolis	9
Curso de direito municipal	32
Relatório das atividades do D.A.S.P., em 1956	1
A Biblioteca — julho a dezembro de 1958	3
A Biblioteca — janeiro a março de 1959	13
Racionalização do trabalho ocular nas repartições e oficinas do Estado	1
Indicador dos pareceres da Comissão de Acumulação de Cargos	1
Parques nacionais	1
Competência do Poder Executivo para criar funções gratificadas	1

<i>Título</i>	<i>Quantidade</i>
História da imprensa no Maranhão	72
Administração municipal — Urbanismo e organização	1
A oratória atual do Brasil	90
Formação e seleção dos funcionários locais	390
Aspectos da evolução do direito orçamentário no Brasil e orçamento nas autarquias	1
Elaboração do orçamento na despesa	1
A classificação de cargos e a revisão do nível de vencimentos do funcionalismo civil da União	1
Total	60.564

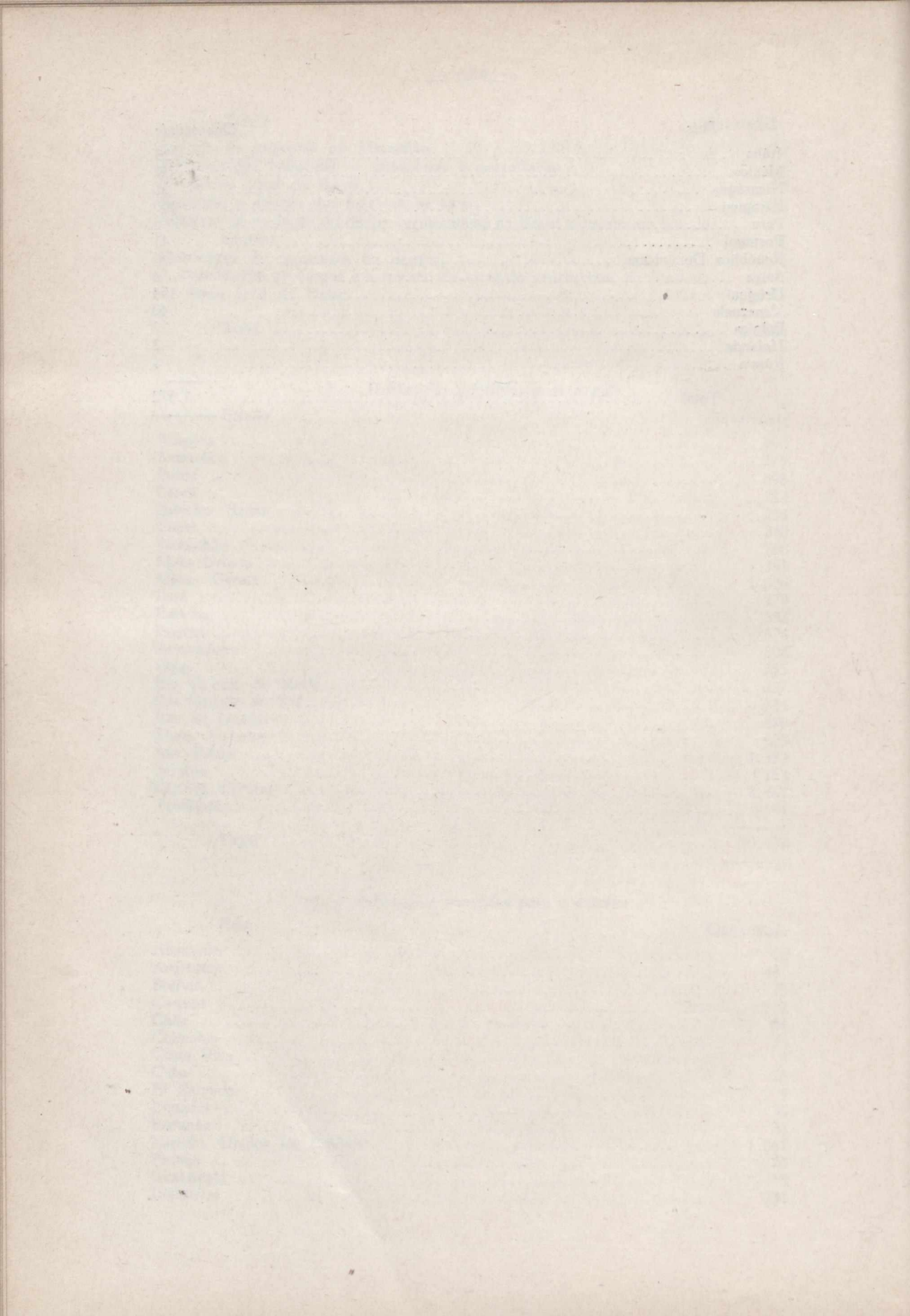
2 — *Publicações remetidas para o país*

<i>Estado</i>	<i>Quantidade</i>
Alagoas	190
Amazonas	275
Bahia	898
Ceará	714
Espirito Santo	253
Goiás	340
Maranhão	760
Mato Grosso	351
Minas Gerais	1.326
Pará	279
Paraíba	538
Paraná	625
Pernambuco	608
Piauí	255
Rio Grande do Norte	337
Rio Grande do Sul	844
Rio de Janeiro	870
Santa Catarina	426
São Paulo	1.382
Sergipe	163
Distrito Federal	8.462
Territórios	44
Total	20.407

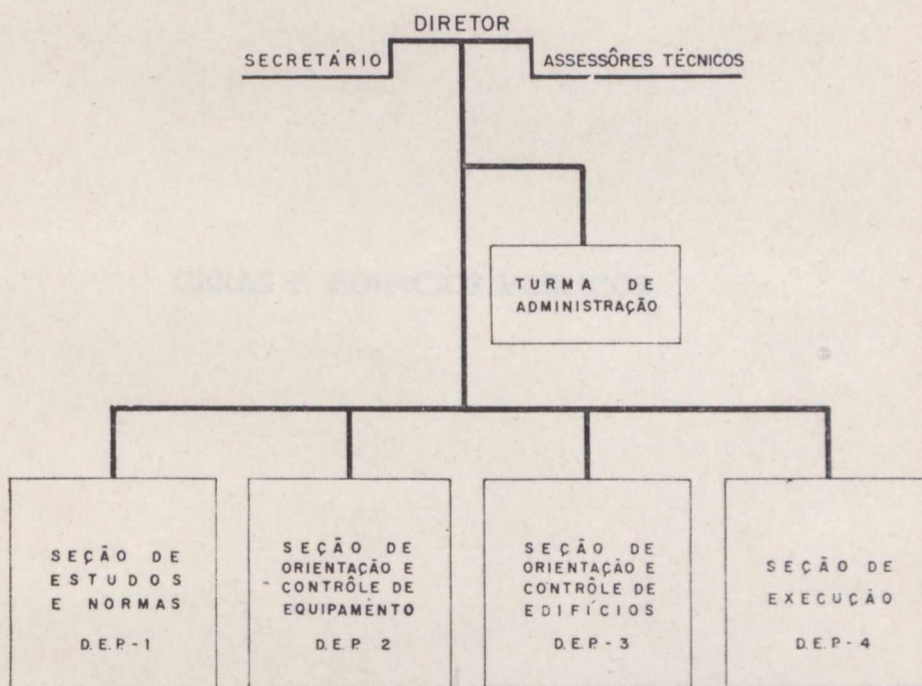
3 — *Publicações remetidas para o exterior*

<i>País</i>	<i>Quantidade</i>
Alemanha	10
Argentina	447
Bolívia	43
Canadá	2
Chile	64
Colômbia	33
Costa Rica	4
Cuba	26
El Salvador	4
Equador	36
Espanha	33
Estados Unidos da América	1.061
França	20
Guatemala	18
Inglaterra	231

<i>País</i>	<i>Quantidade</i>
Itália	23
México	32
Nicarágua	36
Paraguai	150
Peru	6
Portugal	41
República Dominicana	44
Suíça	4
Uruguai	154
Venezuela	40
Bélgica	2
Holanda	2
Rússia	1
Total	2.572



DIVISÃO DE EDIFÍCIOS PÚBLICOS



OBRAS E EDIFÍCIOS PÚBLICOS

1907 DEPT. STATE OF
BIBLIOTECA

OPERA & REPERTORY THEATRES

19 8142 1000 914
LONDON

Com referência ao setor de obras e edifícios públicos, em serviços de rotina, destacaram-se, em 1959, pelo volume e importância, o exame e a revisão de projetos de obras encaminhados ao D.A.S.P. pelos vários Ministérios.

Recebidos 269 processos, foram dados pareceres sobre 353 projetos, tendo atingido a Cr\$ 996.684.079,00 (novecentos e noventa e seis milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil e setenta e nove cruzeiros) o valor global dos orçamentos dos trabalhos analisados.

Os quadros seguintes demonstram, minuciosamente, o que foi esse trabalho:

Processos que transitaram pelo D.A.S.P. em 1959, em número de 269, assim distribuídos:

P R O C E D Ê N C I A	P R O C E S S O S	
	entradas	saídas
Ministério da Agricultura.....	157	156
Ministério da Educação e Cultura.....	27	26
Ministério da Fazenda.....	9	7
Ministério da Justiça e Negócios Interiores.....	29	28
Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.....	5	5
Ministério da Saúde.....	18	18
Ministério da Viação e Obras Públicas.....	5	5
Presidência da República.....	19	18
TOTAL.....	269	263

Desses processos o D.A.S.P. examinou e deu parecer sobre 353 projetos de obras assim discriminados por procedência:

PROCEDÊNCIA	PROJETOS
Ministério da Agricultura.....	185
Ministério da Educação e Cultura.....	26
Ministério da Fazenda.....	1
Ministério da Justiça e Negócios Interiores.....	71
Ministério da Saúde.....	59
Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.....	5
Ministério da Viação e Obras Públicas.....	6
TOTAL.....	353

O valor global dos orçamentos dos trabalhos analisados atingiu a Cr\$ 996.684.079,00 (novecentos e noventa e seis milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil e setenta e nove cruzeiros), abaixo detalhado por procedência e orçamento:

PROCEDÊNCIA	ORÇAMENTOS APROVADOS
Ministério da Agricultura.....	526.857.727,70
Ministério da Educação e Cultura.....	192.529.567,00
Ministério da Fazenda.....	95.000.000,00
Ministério da Justiça e Negócios Interiores.....	59.682.713,00
Ministério da Saúde.....	103.904.537,00
Ministério da Viação e Obras Públicas.....	18.709.934,30
TOTAL.....	996.684.079,00

ORÇAMENTOS PARCIAIS E DOTAÇÕES, EM 1959, DOS TRABALHOS ANALISADOS

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO Cr\$	DOTAÇÃO 1959 Cr\$
495	3-4-59	Universidade Rural da CNEPA. Km. 47 antiga Rodovia Rio São Paulo.....	Obras de construção de um bloco de alojamento de alunos da referida Universidade.....	1.927.000,00	2.000.000,00
496	3-4-59	Centro Nacional de Ensinos e Pesquisas Agronômicas no Km. 47 da antiga Rodov. Rio S Paulo	Serviços de ampliação e substituição da rede de Abastecimento d'água potável na área territorial do dito Centro.....	992.700,00	1.000.000,00
497	3-4-59	Escola Fluminense de Medicina Veterinária, Niterói — Estado do Rio de Janeiro.....	Obras de reparos e adaptações em dependências da dita Escola.....	297.500,00	400.000,00
499	3-4-59	Fazenda Experimental Getúlio Vargas em Uberaba — Estado de Minas Gerais.....	Execução de ligeiros reparos no edifício da referida Fazenda Experimental.....	99.000,00	100.000,00
500	3-4-59	Grupo Escolar Presidente Dutra no Km. 47 da antiga Rodovia Rio São Paulo.....	Obras de ampliação de diversas dependências do referido Grupo Escolar.....	1.808.200,00	2.000.000,00
572	14-4-59	Escola Fluminense de Medicina Veterinária — Niterói Estado do Rio de Janeiro.....	Construção de um Pavilhão de Aulas, Biblioteca, etc. na referida Escola.....	1.994.850,00	2.000.000,00
574	14-4-59	Laboratório de Produção Mineral, em Campina Grande — Estado da Paraíba.....	Execução de obras de reforma no referido Laboratório.....	602.500,00	600.000,00
575	14-4-59	Escola de Agronomia do Nordeste em Arica — Estado da Paraíba.....	Execução de obras em diversos edifícios da citada Escola.....	500.000,00	500.000,00

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO C.r.\$	DOTAÇÃO 1959 C.r.\$
576	14-4-59	Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas no Km. 47 da antiga rodovia Rio S. Paulo	Construção de três conjuntos de casas geminadas tipo T - 6 na área territorial do referido CNEPA	2.573.730,00	3.000.000,00
597	15-4-59	Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas no Km. 47 da antiga rodovia R. S. Paulo	Prosseguimento de obras de construção de um Ginásio e Colégio na área territorial do referido C.N.E.P.A.	4.926.200,00	5.000.000,00
599	15-4-59	Instituto de Zootecnia, no Km. 47 da antiga rodovia Rio São Paulo.	Execução de obras de reparos no Almoarifado do referido Instituto.	251.200,00	6.570.000,00
600	15-4-59	Ministério da Agricultura.	Execução de obras de pequenos reparos em dependências do edifício sede do Ministério.	509.600,00	1.500.000,00
738	2-5-59	Instituto de Óleos na Rua Mata Machado nesta Capital.	Execução de obras de pequenos reparos nos pavilhões do referido Instituto.	200.000,00	200.000,00
743	2-5-59	Jardim Botânico, nesta capital.	Prosseguimento de obras de construção de um Pavilhão para o citado Jardim.	492.939,00	492.939,00
854	15-5-59	Subestação Experimental de Machado, Estado de Minas Gerais.	Execução de obras de reparos no imóvel n.º 15 da referida subestação.	50.940,00	800.000,00
856	15-5-59	Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas no Km. 47 da antiga rodovia R. S. Paulo	Prosseguimento das obras de construção do conjunto de piscinas na Universidade Rural do referido C.N.E.P.A.	5.995.400,00	4.000.000,00
906	19-5-59	Fábrica de Leite em Pó, em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.	Complementação dos serviços de instalação e montagem de equipamentos, adaptação em anexos externos no edifício sede da referida fábrica.	8.910.291,00	30.000.000,00
907	20-5-59	Instituto Agronômico do Oeste, Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.	Execução de obras de modificação e reparos em diversos galpões do referido Instituto.	1.973.466,00	15.000.000,00
910	20-5-59	Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, nesta Capital.	Execução de pequenas obras de reparos no edifício sede da referida Superintendência.	296.000,00	4.000.000,00

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO Cr.\$	DOTAÇÃO 1959 Cr.\$
912	20-5-59	Instituto Agronômico do Nordeste, em Recife, Estado de Pernambuco.....	Construção de uma caixa d'água subterrânea para 130.000 litros e de um reservatório elevado para 100.000 litros no referido Instituto.....	1.150.700,00	2.000.000,00
914	20-5-59	Escola Agrotécnica "Visconde da Graça", em Petrolas, Estado do Rio Grande do Sul.....	Execução de obras de ampliação e reforma do Pavilhão Refeitório da referida Escola.....	2.719.345,00	15.000.000,00
915	20-5-59	Instituto de Ecologia e de Experimentação Agrícola no Km. 47 da antiga rodovia Rio S. Paulo	Execução de obras de construção de 2 casas, tipo F para funcionários e de 3 grupos de casas geminadas tipo T-6.....	4.943.352,00	5.000.000,00
923	22-5-59	Centro Nacional de Ensino e Pesquisas, Agronômicas (CNEPA) no Km. 47 da antiga Rodovia Rio São Paulo.....	Aquisição de um transformador trifásico de 500 KVA para reforço da capacidade de transformação de energia elétrica da casa de força para distribuição de energia à Zona residencial do referido Centro.....	934.100,00	1.000.000,00
925	22-5-59	Parque Nacional do Iguaçu, Estado do Paraná.....	Prosseguimento e conclusão das obras de acabamento e reforço da ancoragem do Elevador do Salto Floriano, no referido Parque.....	6.906.120,00	10.000.000,00
926	22-5-59	Escola Superior de Agricultura e Veterinária, em Curitiba, Estado do Paraná.....	Execução de obra de reparos na referida Escola.....	1.796.400,00	2.000.000,00
931	22-5-59	Departamento de Produção Mineral, na Av. Pasteur, nesta Capital.....	Construção de uma subestação elétrica rebaixadora de tensão no referido Departamento.....	2.000.000,00	500.000,00
1031	6-6-59	Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná, em Curitiba, Estado do Paraná.....	Construção de um estábulo para 30 vacas leiteiras e de um silo para 30 toneladas.....	1.373.592,00	1.400.000,00
1047	9-6-59	Subestação Experimental de Lavras, Estado de Minas Gerais.....	Execução de obra e reparos na referida Subestação.....	75.000,00	incluída na dotação da E. M. 854.
1048	9-6-59	Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA) no Km. 47, da antiga Rodovia Rio. S. Paulo.....	Prosseguimento das obras de construção do Serviço Médico do referido Centro.....	11.989.000,00	12.000.000,00

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO Cr-\$	DOTAÇÃO 1959 Cr-\$
1050	9-6-59	Instituto de Fermentação.....	Execução das obras de reparos no laboratório do pósto e análises e vinhos, em Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.....	544.244,00	600.000,00
1052	9-6-59	Laboratório da Produção Mineral na Av. Pasteur, nesta Capital.....	Execução de obras de pequenos reparos na sede do referido Laboratório.....	307.480,00	2.200.000,00
1105	15-6-59	Instituto de Zootecnia, no Km. 47 da antiga Rodovia Rio São Paulo.....	Construção de dois silos de 100 toneladas no referido Instituto.....	525.750,00	1.500.000,00
1106	15-6-59	Subestação Experimental de Pombas, no Estado de Minas Gerais.....	Execução de obras de reparos na referida Subestação.....	105.500,00	Incluída da dotação da E. M. 854.
1107	15-6-59	Instituto Agronômico do Oeste em Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.....	Execução de diversas obras de reparos em imóveis do referido Instituto.....	151.130,00	Incluída da dotação da E. M. 854.
1108	15-6-59	Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas no Km 47 da antiga Rodovia Rio S. Paulo..	Prosseguimento de obras de construção do Hospital do Serviço Médico do referido Centro.....	8.557.000,00	2.000.000,00
1111	15-6-59	Estação Experimental de Patos, Estado de Minas Gerais.....	Execução de obras de reparos em quatro imóveis da referida Estação.....	150.240,00	Incluída na E. M. n.854
1197	29-6-59	Estação Experimental de Água Limpa, Estado de Minas Gerais.....	Execução de obras de reparos em diversos imóveis da referida Estação.....	150.000,00	Incluída na E. M. n.º 854
1198	29-6-59	Escola Agrotécnica de Teresina, Estado do Piauí..	Construção de um pavilhão para Almoxarifado na referida Escola.....	1.460.277,60	3.000.000,00
1199	29-6-59	Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas no Km 47 da antiga rodovia Rio S Paulo..	Prosseguimento da construção da Fábrica — Escola de Laticínios na área territorial, do referido Centro.....	2.996.212,80	3.000.000,00
1202	29-6-59	Subestação Experimental de Anápolis, Estado de Goiás.....	Execução de obras de acréscimo e reparos na Casa de Servidor da referida Subestação.....	50.000,00	Incl. na E. M. nº. 854
1203	29-6-59	Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, nesta Capital.....	Execução de obras de pequenos reparos em diversos galpões da referida Divisão.....	409.000,00	2.500.000,00

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO Cr.\$	DOTAÇÃO 1959 Cr.\$
1204	29-6-59	Jardim Botânico, nesta Capital.....	Execução de obras de reparos nos Edifícios sede e Biblioteca do referido Jardim.....	1.306.176,00	1.306.176,00
1205	29-6-59	Departamento Nacional da Produção Mineral, nesta Capital.....	Execução de obras de reforma em diversos prédios ocupados pelo referido Departamento.....	1.293.100,00	Incluída na E. M. 1.062
1319	22-7-59	Instituto Agronômico do Oeste, em Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.....	Aquisição de poltronas e acessórios para Auditório do referido Instituto.....	2.039.400,00	30.000.000,00
1320	22-7-59	Instituto Agronômico do Oeste, em Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.....	Execução de obras e reparos de imóveis da Estação Experimental do referido Instituto.....	74.337,00	Incl. n.a E. M. 854
1321	22-7-59	Entrepósito de Pesca e Policlínica dos Pescadores, em São Lourenço do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.....	Prosseguimento das obras de construção do referido Entrepósito e aquisição e instalação de equipamentos frigoríficos e de um grupo Gerador Diesel.....	21.292.530,00	5.000.000,00
1322	22-7-59	Instituto Agronômico do Oeste em Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.....	Construção de uma barragem e de canais de irrigação nos terrenos do referido Instituto.....	1.086.820,00	8.000.000,00
1323	22-7-59	Armazens de Expurgo de Produtos Vegetais, nesta Capital.....	Execução de obras de reparos no Edifício dos referidos armazens.....	129.100,00	Incluída na E.M. 1.203
1325	22-7-59	Instituto de Química Agrícola, nesta Capital....	Execução de obras de acréscimo, adaptações e reparos do Edifício do Laboratório e Almoxarifado do referido Instituto.....	2.499.800,00	2.500.000,00
1326	22-7-59	Departamento Nacional da Produção Animal no 9.º pavimento do Edifício de Caça e Pesca, na Praça 15 de Novembro nesta Capital.....	Execução de obras de pequenos reparos nas salas ocupadas pela Seção Administrativa, Assistente Jurídico e Protocolo do referido Departamento.....	120.000,00	Incluída na E.M. 599
1329	22-7-59	Universidade Rural, no Km 47 da antiga rodovia Rio-São Paulo.....	Execução de obras de reparos e adaptações em imóveis da referida Universidade.....	1.030.374,00	1.500.000,00

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO Cr.\$	DOTAÇÃO 1959 Cr.\$
1350	22- 7-59	Fábrica de Leite em Pó, em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.....	Execução de obras de reparos das avarias causadas pelas chuvas nas obras de construção da referida fábrica.....	1.715.500,00	4.800.000,00
1408	4- 8-59	Escola Agrotécnica Beniamin Constant, em Quissamã, Estado de Sergipe.....	Execução de obras de pequenos reparos no Pavilhão de Aulas da referida Escola.....	80.000,00	Incluída na E.M. 910
1409	4- 8-59	Laboratório da Produção Mineral, em Delo Horizonte, Estado de Minas Gerais.....	Execução de obras de reparos no Gabinete do referido Laboratório.....	79.975,00	Incluída na E.M. 1.052
1410	4- 8-59	Universidade Rural, no Km 47 da antiga rodovia Rio São Paulo.....	Construção de uma casa tipo F-21 no Posto Experimental de Biologia e Piscicultura da referida Universidade.....	1.037.562,00	500.000,00
1411	4- 8-59	Entrepôsto de Pesca de Aracaju, Estado de Sergipe.....	Prosseguimento das obras de construção, aquisição e instalação de equipamento frigorífico.....	15.030.525,00	2.000.000,00
1415	4- 8-59	Entrepôsto de Pesca de Santos, Estado de São Paulo.....	Prosseguimento e conclusão das obras de construção e de instalação de equipamentos elétricos e hidráulicos no referido Entreposto.....	12.705.280,00	6.000.000,00
1472	14- 8-59	Entrepôsto de Pesca de Penedo, Estado de Alagoas	Execução de obras e aquisição e montagem de equipamento de uma subestação abastecedora de tensão elétrica.....	4.855.750,00	2.000.000,00
1473	14- 8-59	Escola de Iniciação Agrícola Frederico Westphalen, no Estado do Rio Grande do Sul.....	Conclusão das obras de construção do Pavilhão de Aulas da referida Escola.....	4.962.495,00	7.800.000,00
1474	14- 8-59	Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, no Km 47 da antiga rodovia Rio São Paulo.....	Construção de uma casa para trabalhador tipo I-7 na área territorial do referido Centro.....	581.660,00	3.000.000,00
1475	14- 8-59	Escola Agrotécnica Nilo Peçanha, em Pinheiral, Estado do Rio de Janeiro.....	Execução de obras de reparos nos dormitórios da referida Escola.....	300.000,00	Incluída na E.M. N.º 910
1476	14- 8-59	Entreposto de Pesca de Salvador, Est. da Bahia	Construção de um "pier" para encostamento de embarcações no referido Entreposto.....	2.841.000,00	3.500.000,00

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO Cr-\$	DOTAÇÃO 1955 Cr-\$
1528	21- 8-59	Parque Nacional da Serra dos Órgãos.....	Execução de obras de construção de um pontilhão, de uma casa popular, reforma da residência do Administrador, reforma e ampliação de um abrigo, fornecimento e instalação de uma Rede de abastecimento d'água no referido Parque...	2.473.553,00	2.473.553,00
1529	21- 8-59	Escola Agrotécnica de Teresina, Estado do Piauí	Conclusão das obras de construção de dois alojamentos na referida Escola.....	4.594.568,00	180.000.000,00
1530	21- 8-59	Parque Nacional de Itatiaia, Estado do Rio de Janeiro.....	Execução de obras de reforma, de reparos, de ampliação e prosseguimento de obras de adaptação em diversas dependências do referido Parque.....	5.522.858,70	5.000.000,00
1531	21- 8-59	Entrepôsto de Pesca de Maceió, Estado de Alagoas	Aquisição e instalação de equipamentos frigoríficos, elétricos e execução de obras nas câmaras frigoríficas e da casa da subestação abaixadora de tensão eléctrica e demais obras no referido Entrepôsto.....	30.856.990,00	4.000.000,00
1555	24- 8-59	Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná, na cidade de Curitiba.....	Conclusão das obras de construção destinada à biblioteca, almoxarife e dependências do Diretório Acadêmico da referida Escola.....	1.776.827,00	1.000.000,00
1663	8- 9-59	Instituto Agronômico do Oeste, em Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.....	Prosseguimento das obras de construção de residências para técnicos, funcionários e operários especializados no referido Instituto.....	10.610.756,00	Incluída na E.M. n.º 1319
1664	8- 9-59	Escola Agrotécnica João Coimbra, em Barreiros, Estado de Pernambuco.....	Execução de obras de reparos no conjunto de edifícios da Administração, Alojamento, Pavilhão de Aulas e residência do Director da referida Escola.....	215.660,00	Incluída na E.M. n.º 910
1665	8- 9-59	Escola Agrícola "Manoel Barata", em Icoraci, Belém, Estado do Pará.....	Execução de obras de reparos nos prédios da referida Escola.....	221.000,00	Incluída na E.M. n.º 910

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO C+§	DOTAÇÃO 1959 C+§
1666	8- 9-59	Escola Agrotécnica "Visconde da Graça" em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.....	Execução de obras de reparos gerais no Pavilhão de Máquinas, Enfermaria e Instalações Sanitárias da referida Escola.....	480.000,00	Incluída na E.M. n.º 910
1667	8- 9-59	Parque Nacional de Paulo Afonso, Estado de Pernambuco.....	Prosseguimento e conclusão de obras de construção de 3 casas tipo Rural, de um Galpão e de uma residência para Agrônomo.....	2.130.982,00	2.000.000,00
1668	8- 9-59	Jardim Botânico, nesta Capital.....	Construção de um reservatório elevado de 50.000 litros no referido Jardim.....	265.000,00	250.000,00
1669	8- 9-59	Escola Agrotécnica "Visconde da Graça" em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.....	Conclusão das obras de construção de 2 alojamentos da referida Escola.....	957.863,00	Incluída na E.M. n.º 1529
1671	8- 9-59	Escola Rural do Instituto Agronômico do Nordeste, em Curado, Estado de Pernambuco.....	Execução de obras de reforma e acréscimo no pavilhão da referida Escola.....	586.370,00	600.000,00
1672	8- 9-59	Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agromômicas, Km 47 da antiga rodovia Rio São Paulo.....	Execução de obras de reparos e conservação de prédios do referido Centro.....	3.995.728,00	4.000.000,00
1673	8- 9-59	Departamento Nacional da Produção Mineral, na Av. Pasteur, nesta Capital.....	Execução de obras de construção e conclusão de um incinerador, de reforma do restaurante, suas dependências e instalações, reforma da cobertura do corpo central e reconstrução do passeio público, no edifício-sede do referido Departamento.....	500.000,00	500.000,00
1674	8- 9-59	Serviço de Informação Agrícola no edifício sede do Ministério.....	Execução de obras de reparos nas dependências ocupadas pelo referido Serviço.....	299.980,00	300.000,00
1724	14- 9-59	Instituto de Fermentação no 3.º andar do edifício sede do Ministério, nesta Capital.....	Execução de obras de pequenos reparos nas dependências ocupadas pelo referido Instituto.....	55.460,00	Incluída na E.M. n.º 1050

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO C+\$	DOTAÇÃO 1959 C+\$
1725	14-9-59	Escola Agrotécnica "Diaulas Abreu" em Barbacena, Estado de Minas Gerais.....	Conclusão das obras de construção da residência para Diretor da referida Escola.....	2.602.660,00	Incl. na E. M. 914
1726	14-9-59	Jardim Botânico, nesta Capital.....	Construção do Pavilhão de Botânica Aplicada e Herbário, no referido Jardim.....	3.353.980,00	3.353.980,00
1728	14-9-59	Rádio Rural do Serviço de Informação e Agricultura em Benfica, nesta Capital.....	Construção de um pavilhão para depósito e da Entrada da referida Rádio Rural.....	1.500.760,00	1.500.000,00
1729	14-9-59	Instituto de Zootecnia, no Km 47 da antiga rodovia Rio-São Paulo.	Construção da casa geminada de tipo T-4 para trabalhadores do referido Instituto.....	897.072,00	2.800.000,00
1730	14-9-59	Pósto de Fomento de Piscicultura em Itapina, Estado do Espírito Santo.....	Construção de uma casa para operário especializado, no referido Pósto.....	668.560,00	1.000.000,00
1731	14-9-59	Escola de Agronomia "Eliseu Maciel" em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.....	Aquisição e montagem do equipamento para coleta e recalque de vapor condensado, e execução de obras para sua instalação e construção de fundações de concreto para duas caldeiras, na referida Escola.....	527.946,00	7.000.000,00
1732	14-9-59	Escola "Agrotécnica "Diaulas Abreu" em Barbacena, Estado de Minas Gerais.....	Conclusão da construção de um alojamento para o curso de Economia Rural Brasileira da referida Escola.....	5.447.700,00	Incl. na E. M. 1529
1735	14-9-59	Instituto Agronômico do Oeste, em Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.....	Execução de obras e instalação para a rede de água potável, pluviais, regatas, rede elétrica no referido Instituto.....	28.759.310,00	Incluído na E. M.
1804	24-9-59	Escola Agrícola de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.....	Construção do Pavilhão de Aulas na referida Escola.....	15.657.948,00	8.000.000,00
1806	24-9-59	Escola de Iniciação Agrícola do Araguari, no Estado de Santa Catarina.....	Construção de um Galpão para maquinarias, na referida Escola.....	761.850,00	2.000.000,00

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO Cr\$	DOTAÇÃO 1959 Cr\$
1807	24-9-59	Instituto Agronômico do Sul, em Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.....	Construção de um Galpão para armazenamento de cereais na Estação Experimental no referido Instituto.....	918.975,00	1.000.000,00
1808	24-9-59	Entreposto Federal de Pesca nesta Capital.....	Execução de obras de reparos no Edifício do referido Entreposto.....	2.002.855,00	Incluído na E. M. 599
1809	24-9-59	Instituto Agronômico do Sul, em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.....	Execução de obras de reparos de imóveis do referido Instituto.....	500.000,00	500.000,00
1839	28-9-59	Divisão de Defesa Sanitária Animal, nesta Capital.....	Execução de obras de reparos no almoxarifado da referida Divisão.....	158.000,00	76.000.000,00
1855	28-9-59	Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, no Km 47 da antiga rodovia Rio São Paulo.....	Construção de uma casa tipo T-7 na área territorial do referido Centro.....	581.660,00	Incluído na E. M. 597
1856	28-9-59	Horto Florestal de Saltinho, Estado de Pernambuco.....	Construção de três casas para trabalhadores, de um Laboratório, de galpão e de um ripado no referido Horto.....	6.484.406,00	1.503.000,00
1871	29-9-59	Escola Agrícola Visconde Mauá em Inconfidentes, Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.....	Execução de obras de reparos na cozinha e reupararia da referida Escola.....	116.710,00	Incluído na E. M. 910
1979	12-10-59	Serviço de Meteorologia, no Edifício de Caça e Pesca, à Praça 15 de Novembro, nesta Capital.	Execução de Serviços de desmontagem de três mastros de madeira e aquisição e montagem de quatro torres metálicas, na sede do referido Serviço	430.000,00	500.000,00
1981	12-10-59	Instituto Agronômico do Sul, em Pelotas; Estado do Rio Grande do Sul.....	Complementação da construção da estação de tratamento d'água e complementação de aquisição de equipamentos para tratamento de 34.000 litros de água por hora, do referido Instituto.....	256.186,00	Incl. na E. M. n. 1.731
1982	12-10-59	Escola Agrotécnica do Maranhão, em S. Luís.....	Construção de um alojamento para 60 alunos na referida Escola.....	5.305.620,00	5.000.000,00

E. M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ARÇAMENTO OPROVADO Cr-\$	DOTAÇÃO 1959 Cr-\$
1985	12-10-59	Escola Agrícola de Pinheiral, Estado do Rio de Janeiro.....	Conclusão das obras de construção de um alojamento de alunos da referida Escola.....	1.709.652,50	Incl. na E. M. n.º 1529
1984	12-10-59	Escola de Aeronomia "Eliseu Muciel", em Pelotas Estado do Rio Grande do Sul.....	Construção de uma casa de operário especializado, de uma casa popular e de duas casas de operários rurais na referida Escola.....	2.330.605,50	3.300.000,00
1985	12-10-59	Instituto de Óleos nesta Capital.....	Construção de um pavilhão para laboratório, adaptação e instalação do pavilhão de Administração.....	9.458.695,00	14.000.000,00
1986	12-10-59	Instituto Agrônômico do Nordeste, em Recife, Estado de Pernambuco.....	Prosseguimento das obras de pavimentação da estrada de ligação do referido Instituto à Perimetral 3.....	4.228.672,00	4.200.000,00
2140	27-10-59	Estação Experimental de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.....	Execução de obras de construção de duas casas de operários rurais e de uma casa popular na referida Estação.....	1.641.988,70	1.500.000,00
2141	27-10-59	Escola de Aeronomia do Nordeste, em Arcaiz, Estado da Paraíba.....	Construção de alojamento para 60 alunos em quatro unidades geminadas, na referida Escola.....	5.865.660,00	3.000.000,00
2142	27-10-59	Estação Experimental de Água Limpa, Estado de Minas Gerais.....	Prosseguimento das obras de adaptação do "Pavilhão de Indústrias Rurais" na referida Estação.....	437.830,00	3.000.000,00
2143	27-10-59	Divisão de Defesa Sanitária Animal no 2.º andar do Edifício do Entrepósito Federal de Pesca, nesta Capital.....	Execução de obras de pequenos reparos na sede da referida Divisão.....	80.000,00	Incluída na E. M. n.º 599
2144	27-10-59	Entrepósito de Pesca de Fortaleza, Estado do Ceará.....	Construção do "pier" para descarga de Pescado no referido Entrepósito.....	12.104.600,00	5.000.000,00
2145	27-10-59	Escola de Iniciação Agrícola de Escada, Estado de Pernambuco.....	Prosseguimento das obras de construção de um Pavilhão de aulas na referida Escola.....	3.048.610,00	2.000.000,00

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO Cr\$	DOTAÇÃO 1959 Cr\$
2147	27-10-59	Instituto Agronômico do Sul em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.....	Execução de obras da construção de uma casa de operário rural e de uma casa popular na sede do referido Instituto.....	1.026.219,60	1.800.000,00
2148	27-10-59	Escola Agrotécnica de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.....	Construção de um alojamento para 60 alunos na referida Escola.....	5.305.756,20	3.000.000,00
2149	27-10-59	Parque Nacional do Iguaçu, Estado do Paraná..	Execução de obras adicionais no grupo-gerador Diesel de emergência no referido Parque.....	989.800,00	Incluído na E.M. 925
2170	29-10-59	Instituto de Biologia Animal, no Km 47 da antiga Rodovia Rio-São Paulo.....	Prosseguimento das obras de construção de uma casa tipo F. 21 para funcionário e conclusão de 4 casas geminadas tipo I-4 para trabalhador..	3.646.792,00	3.000.000,00
2282	13-11-59	Estação Experimental de Ponta Grossa, Estado do Paraná.....	Execução de obras de construção de uma casa econômica e de uma casa, ambas para funcionários, na referida Estação.....	2.200.866,30	1.100.000,00
2284	13-11-59	Escola Agrotécnica "Benjamin Constant", em Quissamã, Estado de Sergipe, e na Escola Agrícola "Gustavo Dutra", em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, e de Uruatã no Estado de Goiás..	Construção de três conjuntos de Pavilhões de Indústrias na referida Escola.....	21.332.940,00	Incluído na E.M. 1529
2285	13-11-59	Parque Nacional do Iguaçu, Estado do Paraná..	Serviços de reforma do canal e de reparos dos registros das turbinas e parte da instalação da Usina transformadora de energia elétrica, no referido Parque.....	607.700,00	Incluído na E.M. 925
2286	13-11-59	Divisão de Caça e Pesca.....	Execução de obras de construção da Estrada de penetração e acesso ao Parque de Reserva, Refúgio e Criação de Animais Silvestres "Sooretama", em Linhares, Estado do Espírito Santo, subordinados à referida Divisão.....	197.000,00	200.000,00
2287	13-11-59	Instituto Agronômico do Leste em Cruz das Almas, Estado da Bahia.....	Construção de um galpão para carpintaria e de um secador de cereais no referido Instituto....	1.246.790,00	1.000.000,00
2289	13-11-59	Estação Experimental de Rio Caçador - Estado de Santa Catarina.....	Construção de um secador de sementes na referida Estação.....	648.250,00	500.000,00

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO C-§	DOTAÇÃO 1959 C-§
2290	13-11-59	Instituto de Zootecnia, no Km 47 da antiga rodovia Rio-São Paulo.	Execução de obras de reparos em duas residências do referido Instituto.	225.624,00	Incluída na E.M. n.º 599
2291	13-11-59	Parque Nacional de Iguazu, no Estado do Paraná	Execução de obras de reparos nas instalações elétricas do referido Parque.	1.478.392,00	Incluída na E.M. n.º 925
2292	13-11-59	Instituto Agronômico do Sul, em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.	Execução de obras de construção de um alojamento completo para 300 alunos e de um restaurante para alunos no referido Instituto.	53.010.486,00	5.700.000,00
2380	19-11-59	Escola Agrícola "Frederico Westphalen", em Frederico Westphalen, no Estado do Rio Grande do Sul.	Construção do Centro Social na referida Escola.	17.582.986,00	Incluída na E.M. n.º 1473
2381	19-11-59	Escola Agrícola de Rio Pomba, no Estado de Minas Gerais.	Construção de dois alojamentos para 60 alunos na referida Escola.	9.653.928,00	Incluída na E.M. n.º 1529
2382	19-11-59	Escola Agrotécnica de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.	Construção de um pavilhão de Aulas na referida Escola.	15.854.527,50	Incluída na E.M. n.º 2148
2383	19-11-59	Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal, no edifício do Entrepósito Federal de Pesca, nesta Capital.	Execução de pequenos serviços em dependências da referida Divisão.	91.500,00	Incluída na E.M. n.º 599
2384	19-11-59	Escola Agrotécnica "Nilo Peçanha" em Pinheiral, Estado do Rio de Janeiro.	Execução de obras de conservação do Centro Social na referida Escola.	6.906.412,00	500.000,00
2385	19-11-59	Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas, no Km 47 da antiga rodovia Rio-São Paulo.	Execução de 7.000 m² de pavimentação da estrada de ligação da rodovia Presidente Dutra à Universidade Rural do referido Centro.	2.998.000,00	3.000.000,00

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO Cr\$	DOTAÇÃO 1959 Cr\$
2386	19-11-59	Instituto Agronômico do Sul, e Escola de Agronomia "Eliseu Maciel" em Pelotas, Estado do Rio-Grande do Sul.....	Execução de obras de construção de uma nova subestação elétrica "A", aquisição de equipamento elétrico para a nova subestação "A", construção de uma linha aérea de 15,2 Kv e aumento da subestação elétrica "B", da sede do referido Instituto da referida Escola.....	2.764.000,00	Incluída na E.M. n.º 1731
2387	19-11-59	Escola de Agronomia "Eliseu Maciel", em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.....	Serviços complementares de instalação de equipamentos na referida Escola.....	104.500,00	Incluída na E.M. n.º 1731
2388	19-11-59	Escola Agrícola "Visconde de Mauá" em Ouro Fino, Estado de Minas Gerais.....	Construção da Escola de Tratoristas, anexo à referida Escola Agrícola.....	8.534.523,80	1.000.000,00
2389	19-11-59	Fábrica de Leite em Pó, em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.....	Execução de obras de reparos dos danos causados pelas últimas enchentes na referida Fábrica..	1.135.500,00	Incluída na E.M. n.º 1330
2390	19-11-59	Estação Experimental de Curitiba, Estado do Paraná.....	Construção de duas pontes de concreto armado sobre o rio Palmital, na referida Estação.....	1.603.368,00	1.500.000,00
2423	23-11-59	Escola Agrotécnica de Goiânia, Estado de Goiás	Construção de um prédio para restaurante e lavanderia na referida Escola.....	9.994.456,00	3.000.000,00
2495	26-11-59	Escola de Iniciação Agrícola de Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte.....	Prosseguimento de obras de construção do Pavilhão de Administração, da Casa do Diretor, do Almoarifado, do Refeitório, etc, na referida Escola.....	1.784.404,00	2.000.000,00
2642	10-12-59	Escola de Iniciação Agrícola de Lavras de Mangabeira, no Estado do Ceará.....	Prosseguimento de obras do Pavilhão de oficinas do Pavilhão de Saúde e de uma Possilga para 100 animais.....	2.228.520,00	3.000.000,00
2645	10-12-59	Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, à Avenida Rodrigues Alves, nesta Capital.....	Execução de obras de adaptações para laboratórios, oficinas e almoxarifado do Serviço de Expansão do Trigo no edifício da referida Divisão	3.991.350,00	Exercício 1960

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO C:§	DOTAÇÃO 1959 C:§
2843	28-12-59	Departamento Nacional da Produção Vegetal..	Execução de obras de construção de oficinas, de uma casa popular para guarda, de um reservatório subterrâneo e abertura de poço, para a instalação de Patrulha Motorizada em Botucatu, Estado de São Paulo.....	1.722.365,00	50.000.000,00
2866	29-12-59	Pósto Agropecuário de Bambuí, no Estado de Minas Gerais.....	Execução de obras de construção de um estábulo para 25 animais, uma estremeira e de uma pocilga, nos Cursos Rápidos de Tratorista anexo ao referido Pósto.....	1.777.973,00	100.000.000,00
2875	30-12-59	Escola de Iniciação Agrícola Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte.....	Construção de uma maternidade com ceva para suínos, de uma casa colônia para 100 aves, de estábulo para 24 animais, de um galpão para máquinas e oficinas e de uma casa popular na referida Escola.....	1.888.080,50	2.000.000,00
		Total 157 Exp. Mot.	TOTAIS.....	526.857.727,70	747.376.448,00

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO Cr-\$	DOTAÇÃO 1959 Cr-\$
498	3- 4-59	Colégio Pedro II — Externato — Seção Norte, nesta Capital.	Execução de obras no próprio edifício.	496.140,00	30.000.000,00
594	15- 4-59	Escola de Farmácia de Ouro Preto — Estado de Minas Gerais.	Obras de acréscimo de um pavimento no corpo posterior do edifício da referida Escola.	8.041.965,00	3.000.000,00
595	15- 4-59	Colégio Pedro II — Externato — antigo Colégio Felisberto de Menezes, nesta Capital.	Construção da Casa de Máquinas e Caixas para elevadores no citado Colégio.	659.370,00	15.000.000,00
596	15- 4-59	Colégio Pedro II — Externato — nesta Capital.	Construção da Casa de Máquinas e Caixas para elevadores no citado Colégio.	816.263,00	Incluída na dotação da E.M. 595
598	15- 4-59	Escola Paulista de Medicina no Estado de São Paulo.	Construção do prédio destinado à Biblioteca da citada Escola.	17.427.560,00	10.000.000,00
601	15- 4-59	Faculdade de Direito de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.	Execução de obras de ampliação e reforma no próprio edifício da Faculdade.	14.203.030,00	5.000.000,00
851	15- 5-59	Colégio Pedro II — Internato, nesta Capital.	Prosseguimento das obras de construção dos pavilhões de Assistência Social, Administração e Auditório no citado Colégio.	113.112.750,00	70.000.000,00
855	15- 5-59	Observatório Magnético de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro.	Execução de obras na residência do Diretor e dos astrônomos em dois Pavilhões, Casa do Zelador na Sede do dito Observatório.	4.317.425,00	1.000.000,00
857	15- 5-59	Museu Nacional de Belas Artes nesta Capital.	Prosseguimento de aquisição e montagem de equipamento para a instalação de ar condicionado das galerias e salão do 5.º pavimento do referido Museu.	5.067.600,00	5.000.000,00

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO Cr\$	DOTAÇÃO 1959 Cr\$
858	15-5-59	Observatório Nacional, nesta Capital.....	Execução de obras de construção e reparos no dito Observatório.....	1.585.550,00	3.000.000,00
1051	9-6-59	Serviço de Radiodifusão Educativa, nesta Capital.....	Execução de obras de reforma e ampliação do referido Serviço.....	4.815.631,00	5.000.000,00
1053	9-6-59	Biblioteca Nacional, nesta Capital.....	Execução de obras de fechamento das caixas dos elevadores e monta-livros na referida Biblioteca	1.446.405,00	23.500.000,00
1200	29-6-59	Faculdade de Direito de São Luís, Estado do Maranhão.....	Aquisição e colocação de um elevador na referida Faculdade.....	1.088.000,00	1.000.000,00
1201	29-6-59	Museu Imperial de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.....	Serviços de instalação de ar condicionado e aquecimento no Auditório do referido Museu.....	267.500,00	2.000.000,00
1318	22-7-59	Biblioteca Nacional, nesta Capital.....	Execução de obras de adaptação no Laboratório de Microfilmes da referida Biblioteca.....	1.942.210,00	15.000.000,00
1324	22-7-59	Biblioteca Nacional, nesta Capital.....	Construção de estruturas de aço para ampliação das caixas dos elevadores e monta-livros da referida Biblioteca.....	5.983.203,00	Incluída na E.M. 1053
1446	12-8-59	Museu Imperial de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.....	Execução de obras de reforma no referido Museu	1.997.415,00	Incluída na E.M. 1201
1471	14-8-59	Instituto Eletrotécnico de Itajubá, Estado de Minas Gerais, (atual Instituto).....	Execução de obras de ampliação do prédio do referido Instituto.....	6.462.130,00	5.070.000,00
1499	20-8-59	Observatório Nacional, nesta Capital.....	Execução de obras de reparos, adaptações e de proteção em imóvel e terrenos do referido Observatório.....	1.928.484,00	Incluída na E.M. n.º 858
1978	12-10-59	Serviço de Radiodifusão Educativa, nesta Capital	Execução de obras de reparos na Estação Transmissora na Penha nesta Capital.....	203.040,00	Incluída na E.M. n.º 1051
2146	27-10-59	Serviço de Radiodifusão Educativa, nesta Capital	Serviço de instalação de uma torre de rádio na Estação Transmissora na Penha, nesta Capital	869.700,00	Incluída na E.M. n.º 1051
21 Exposições de Motivos				192.529.367,00	183.570.000,00
TOTALS.....					

MINISTÉRIO DA FAZENDA

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO Cr-\$	DOTAÇÃO 1959 Cr-\$	
1407	4-8-59	Delegacia Fiscal do Estado do Espírito Santo..	Construção de um edifício destinado às Repartições do Ministério da Fazenda, sediada em Vitória, Estado do Espírito Santo.....	95.000.000,00	6.000.000,00	
1	Exposição de Motivos	TOTAL.....			6.000.000,00

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO C-§	DOTAÇÃO 1959 C-§
458	21/3/59	Arquivó Nacional, nesta Capital.....	Execução de obras de reforma, adaptação e ampliação do Edifício do referido Arquivo.....	9.451.194,80	2.000.000,00
501	3/4/59	Escola Wenceslau Braz — Caxambu — Estado de Minas Gerais.....	Prosseguimento da construção de um castelo d'agua na referida Escola.....	800.000,00	800.000,00
571	14/4/59	Penitenciária Professor Lemos de Brito, em Bangu, nesta Capital.....	Construção de um pavilhão isolado destinado ao internamento de menores do sexo feminino na Penitenciária de Mulheres.....	4.056.102,90	20.000.000,00
573	14/4/59	Penitenciária Professor Lemos de Brito em Bangu nesta Capital.....	Construção de um pavilhão especial destinado ao isolamento de internos difíceis na Penitenciária de Mulheres.....	6.621.302,30	incluída na E.M. n.º 571
737	2/5/59	Penitenciária Professor Lemos de Brito em Bangu nesta Capital.....	Construção da Residência do Administrador, no Setor Agro-Industrial da referida Penitenciária.	1.645.270,00	incluída na E.M. n.º 571
741	2/5/59	Penitenciária Professor Lemos de Brito em Bangu nesta Capital.....	Construção de 15 casas para funcionários do Setor Agro-Industrial da referida Penitenciária.....	9.981.075,00	incluída na E.M. n.º 571
742	2/5/59	Colônia Agrícola do Distrito Federal na Ilha Grande.....	Prosseguimento dos serviços de substituição da tubulação de pressão da Usina Hidroelétrica da referida Colônia.....	449.200,00	2.000.000,00
744	2/ 5/59	Penitenciária Professor Lemos de Brito em Bangu nesta Capital.....	Construção de uma casa de secretário (tipo 3) no Setor Agro-Industrial da referida Penitenciária	825.450,00	incluída na E.M. n.º 571
745	2/ 5/59	Penitenciária Professor Lemos de Brito em Bangu nesta Capital.....	Construção de 25 casas dos tipos IA e IB para guardas do Setor Agro-Ind. na ref. Penit.....	13.410.058,00	incluída na E.M. u.º 571

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO C:R\$	DOTAÇÃO 1959 C:R\$
852	15/ 5/59	Território Federal de Rondônia.....	Prosseguimento das obras de ampliação do quartel da Guarda Territorial de Pôrto Velho no referido Território.....	1.500.000,00	1.500.000,00
853	15/ 5/59	Território Federal de Rondônia.....	Prosseguimento das obras de construção de Postos de Higiene no Interior do referido Território	2.000.000,00	2.000.000,00
908	20/ 5/59	Território Federal de Rondônia.....	Prosseguimento das obras de construção da sede da Divisão de Segurança e Guarda no referido Território.....	1.000.000,00	1.000.000,00
909	20/ 5/59	Território Federal de Rondônia.....	Prosseguimento das obras de construção do Hospital Infantil de Pôrto Velho no referido Território.....	1.500.000,00	1.500.000,00
911	20/ 5/59	Território Federal de Rondônia.....	Prosseguimento das obras de construção do Hospital de Clínicas em Pôrto Velho, no referido Território.....	2.000.000,00	2.000.000,00
915	20/ 5/59	Território Federal de Rondônia.....	Prosseguimento das obras de construção da Sede da Divisão de Educação no referido Território	1.000.000,00	1.000.000,00
927	22/ 5/59	Território Federal de Rondônia.....	Prosseguimento das obras de construção da Penitenciária Agrícola de Pôrto Velho no referido Território.....	1.000.000,00	1.000.000,00
928	22/ 5/59	Território Federal de Rondônia.....	Prosseguimento das obras de construção de Escolas Públicas no Interior do referido Território	2.000.000,00	2.000.000,00
929	22/ 5/59	Território Federal de Rondônia.....	Prosseguimento das obras de construção da Sede da Diretoria da Divisão de Saúde em Pôrto Velho, no referido Território.....	500.000,00	500.000,00
930	22/ 5/59	Território Federal de Rondônia.....	Prosseguimento das obras de construção do Campo de Educação Física de Pôrto Velho no referido Território.....	1.000.000,00	1.000.000,00
932	22/ 5/59	Território Federal de Rondônia.....	Prosseguimento das obras de construção do Ginásio « Paulo Saldanha » de Guajará-Mirim no referido Território.....	500.000,00	500.000,00
1.049	9/ 6/59	Território Federal de Rondônia.....	Prosseguimento das obras de construção do Edifício da Prefeitura Municipal de Pôrto Velho, no referido Território.....	1.500.000,00	1.500.000,00

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO Cr\$	DOÇÃO 1959 Cr\$
1.109	15/ 6/59	Instituto Profissional Quinze de Novembro, nes- ta Capital.....	Prosseguimento de obras do referido Instituto —	498.400,00	500.000,00
1.110	15 /6/59	Corpo de Bombeiros, nesta Capital.....	Prosseguimento de obras do Hospital Aristarco Pessoa do referido Corpo —	2.996.100,00	3.000.000,00
2.698	14/ 2/59	Departamento Federal de Segurança Pública, nes- ta Capital.....	Obras de reforma, adaptação e conservação de edifício da Polícia Marítima, Aérea e de Fron- teiras do referido Departamento.	3.449.610,00	Orçamento do exercício 1960
Total — 24 Exposições de Motivos			TOTAIS.....	59.682.713,00	43.800.000,00 ;

MINISTÉRIO DA SAÚDE

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO Cr\$	DOTAÇÃO 1959 Cr\$
1552	21-8-59	Centro Psiquiátrico Nacional Nesta Capital.....	Prosseguimento das obras de construção do Pavilhão anexo à enfermaria dos Grabatários do Hospital de Neuro Sifilis.....	54.995.799,00	15.000.000,00
1554	24-8-59	Serviço Nacional de Doenças Mentais nesta Capital.....	Prosseguimento das obras de reforma da sede do referido Serviço.....	558.150,00	2.000.000,00
1670	8-9-59	Centro Psiquiátrico Nacional, nesta Capital.....	Aquisição do equipamento para lavagem de veículos e conclusão da construção da garage e oficinas do referido Centro.....	1.255.710,00	1.500.000,00
1802	24-9-59	Manicômio Judiciário Heitor Garrilho nesta Capital.....	Construção de reservatório d'água e rede distribuição no referido Manicômio.....	1.458.530,50	2.000.000,00
1803	24-9-59	Hospital Gustavo Riedel nesta Capital.....	Prosseguimento e conclusão das obras de reformas recuperação e adaptações no prédio da referido Hospital.....	918.177,40	2.000.000,00
1805	24-9-59	Centro Psiquiátrico Nacional, nesta Capital.....	Prosseguimento das obras aquisição e montagem do equipamento elétrico para a reforma da Rede elétrica de alta-tensão e casa de força do referido Centro	9.669.899,00	7.000.000,00
1875	29-9-59	Departamento Nacional da Criança, à Av. Rui Barbosa, nesta Capital.....	Execução na obra para ampliação do 6.º pavimento do prédio do referido Departamento.....	2.171.725,00	11.000.000,00
2156	27-10-59	Hospital Nacional do Câncer, nesta Capital.....	Prosseguimento das obras de construção, aquisição e instalação de cozinha, de câmaras frigoríficas e de incenerador no bloco anexo do referido Hospital.....	39.515.350,00	25.000.000,00

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO Cr\$	DOTAÇÃO 1959 Cr\$
2645	10-12-59	Hospital do Serviço Nacional do Câncer nesta Ca- pital.....	Execução de obras do reforço da estrutura do 1.º e 2.º pavimento e obras de complementação da im- permeabilidade do subsolo do Bloco anexo do re- ferido Hospital.....	13.560.896,00	Orçamento Exercício 1960
TOTAL — 9 Exp. Motivo				105.904.537,00	65.500.000,00

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO Cr\$	DOTAÇÃO 1959 Cr\$
317	4-3-59	Viação Férrea do Rio Grande do Sul.....	Obras de construção da Estação Ferroviária de Montenegro.....	17.531.190,00	400.000.000,00
1980	12-10-59	Departamento Nacional de Estradas.....	Construção da Estação Ferroviária de Ubatuba no Estado da Bahia.....	1.578.744,30	50.000.000,00
2 Exposições de Motivos				TOTAIS	450.000.000,00

EDIFÍCIO-SEDE DO D.A.S.P., EM BRASÍLIA

A par dos serviços de rotina, mereceu especial atenção a construção do edifício-sede do D.A.S.P., em Brasília.

Foram elaborados dois anteprojetos, compreendendo duas soluções:

Solução A

Constitui-se o edifício de um único bloco com pavimento térreo, sobreloja, seis pavimentos-tipo, cobertura e um apêndice na fachada posterior onde se incluíram hall e sanitários apra o público.

O acesso estará dividido em 3, sendo o primeiro para o Diretor-Geral, Diretores e demais autoridades; o segundo, para funcionários e público; e o terceiro, para funcionários subalternos, carros, etc.

No pavimento térreo ficarão localizadas as dependências de contato imediato como o público, tais como posto de inscrições para concursos, protocolo, portaria, sanitários e acessos verticais. Ter-se-á uma área de circulação de 682,00 m².

A sobreloja, criada para equilibrar esteticamente a fachada, comportará as dependências do Diretor-Geral e dos órgãos que funcionam junto ao mesmo. Ao nível do gabinete do Diretor-Geral estará um jardim suspenso. A área útil líquida será de 600,00 m², enquanto a de circulação abrangerá 354,00 m².

Nos pavimentos-tipo estarão colocadas as Divisões, os Serviços, os Cursos de Administração, hall para o público e funcionários, hall de serviço com sanitários e vestiários, bem como acesso vertical. A área útil líquida total dos 6 pavimentos-tipo será de 7.435,50 m² e a de circulação de 3.751,50 m².

Na cobertura está prevista a localização de refeitório e bar, auditório e salas de aula.

Na Solução A haverá uma área total de 15.035,25 m², assim distribuída: 5.412,75 m² de circulação, 1.587,00 m² de dependências sanitárias e 8.035,50 m² de área útil líquida.

Solução B

Nessa solução o edifício será composto de pavimento térreo com piso elevado, oito pavimentos-tipo e cobertura.

Estarão situadas no pavimento térreo as dependências de contato imediato com o público, de modo idêntico à Solução A.

As dependências destinadas ao Diretor-Geral e aos órgãos que funcionam junto a êle, com os respectivos halls e acessos verticais, estarão em um piso elevado, de aproximadamente 1,50 m do pavimento térreo, constituído de um bloco que avança em sentido de tampo.

O pavimento térreo, com o piso elevado, terá uma área de circulação de 598,25 m² e área útil líquida de 515,00 m².

Nos pavimentos-tipo, em número de oito, ficarão as Divisões, os Serviços, os Cursos de Administração, com hall para funcionários e público, hall de serviço com sanitários e vestiários, e acesso vertical. A área de circulação nos oito pavimentos-tipo será de 3.826,00 m², enquanto a área útil líquida terá 6.762,00 m².

Em uma cobertura previu-se a localização de refeitório e bar, além de auditório e salas de aula.

Obter-se-á, na Solução B, uma área total de 13.615,96 m², sendo 4.424,25 m² de circulação, 1.584,46 m² de dependências sanitárias e 7.607,25 m² de área útil líquida.

Colaboração do D.A.S.P. a outras entidades

Como de hábito, colaboração valiosa foi prestada pelo D.A.S.P. a diversas entidades, no que se refere a obras.

Pode aqui ser citada a elaboração do projeto destinado ao Centro de Educação Física e Cultural, da Associação dos Servidores Civis do Brasil, para atividades recreativas, esportivas e culturais, bem como a modificação do projeto da sede dessa Associação.

Entre outros órgãos, a que o D.A.S.P. emprestou a sua cooperação, podem citar-se a Escola de Guerra Química, com levantamento e respectivo desenho para projeto futuro da Biblioteca da Escola; o Departamento Federal de Compras, com a execução de gráficos, tendo por finalidade a apresentação de nova modalidade de armazenamento de materiais; o Gabinete Civil da Presidência da República, com levantamento minucioso do pavimento térreo do Palácio do Catete, para futura reforma dos Gabinetes Civil e Militar; a Universidade do Brasil, com a execução de um projeto para a instalação das oficinas gráficas da Reitoria dessa Universidade; o Instituto Nacional de Óleos, com o estudo da situação de suas atuais instalações.

Continuou o D.A.S.P., em 1959, a manter a mesma colaboração dos anos anteriores com a Associação Brasileira de Normas Técnicas, conservando seus técnicos junto à referida Associação, nas Comissões de Instalações Hidráulicas Prediais e de Concreto, na elaboração de

normas, especificações e métodos de ensaio. Dentro do Programa de estreito entendimento observado, o D.A.S.P. em 1960 solicitará à A.B.N.T. o estudo do caderno de encargo de obras, a fim de que todas as entidades oficiais, associações de classe e companhias construtoras colaborem em assunto tão relevante.

Em matéria de obras e edifícios públicos, a atuação do D.A.S.P. se fez sentir junto ao Grupo de Trabalho encarregado da transferência do funcionalismo para a nova capital, com a elaboração do projeto de um galpão destinado ao almoxarifado geral.

Essa construção ocupará 1.800,00 m² de superfície, comportando dependências para escritório, administração, recepção, expedição, sanitários e vestiários, plataforma de carga e descarga e depósito geral de materiais.

Após concorrência pública, está sendo executada, com seu valor orçado em Cr\$ 9.890.000,00 (nove milhões e oitocentos e noventa mil cruzeiros).

Tratando-se de obra provisória foi prevista em estrutura metálica da maior simplicidade, tendo em vista a necessidade de montagem ou desmontagem.

Cidade Universitária da Universidade do Brasil

Relativamente à Cidade Universitária, em 1959 teve prosseguimento a construção dos edifícios destinados à Faculdade Nacional de Arquitetura, à Escola Nacional de Engenharia, ao Hospital de Clínicas, ao alojamento para estudantes e a construção da ponte Osvaldo Cruz, obras essas que em 1960 deverão estar em funcionamento.

Em face da conjuntura econômica, em 1959 a utilização da verba foi consideravelmente retardada. Somente em maio foi liberada a sua primeira parcela; e até novembro apenas Cr\$ 202.500.000,00 (duzentos e dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), da verba de Cr\$ 290.000.000,00 (duzentos e noventa milhões de cruzeiros), haviam sido recebidos.

Também dificuldades financeiras não permitiram a liberação do crédito especial de Cr\$ 126.000.000,00 (cento e vinte e seis milhões de cruzeiros) destinado a complementar os reduzidos recursos do ano anterior.

Apesar de não se haver alterado o programa estabelecido de não terem início novas construções, a fim de aplicar-se a verba disponível na conclusão dos edifícios destinados à Faculdade Nacional de Arqui-

tetura, à Escola Nacional de Engenharia e ao Hospital de Clínicas, os fatos citados determinaram o retardamento das obras.

Mesmo com a concentração de recursos, o montante reduzido das disponibilidades financeiras impossibilitou o funcionamento, em 1959, da Faculdade Nacional de Arquitetura, cuja mudança, entretanto, poderá ser levada a efeito em 1960, quando já estarão concluídas as instalações, inclusive cozinha, refeitório e alojamento para estudantes.

Situação dos edifícios da Cidade Universitária

O edifício da Faculdade Nacional de Arquitetura acha-se com a estrutura dos seus quatro blocos totalmente concluída. No bloco A, principal, está sendo executada a colocação de armários, a regulação dos elevadores e outros pequenos retoques finais. Nos blocos B e C estão sendo colocadas as esquadrias, revestidos os pisos e paredes e terminadas as instalações elétricas e hidráulicas. No bloco D, onde se encontra em execução a instalação de águas pluviais, o acabamento depende da impermeabilização da cobertura.

No conjunto destinado à Escola Nacional de Engenharia foi paralisada a concretagem do bloco I, destinado aos laboratórios industriais, a fim de que os recursos financeiros fôssem concentrados no bloco A. Acha-se em fase de acabamento a superestrutura do bloco B e da ligação do A com o B. Os blocos C, D, E, F, G e H estão com as estruturas completas. No bloco A, destinado aos laboratórios leves, de física, química, matemática e desenho, foram terminados os revestimentos externos e internos, estando em andamento as instalações de águas pluviais, de energia elétrica, da subestação transformadora e dos elevadores. Os contramarcos das esquadrias externas de alumínio estão colocados, executando-se as esquadrias internas de madeira e a impermeabilização da cobertura.

No Hospital de Clínicas, foram concluídas as estruturas dos blocos B e C, destinados às clínicas médicas e cirúrgicas, prosseguindo a concretagem do bloco A, destinado às enfermarias. Dos doze pavimentos desse bloco, dez já estão prontos. Iniciaram-se as instalações de águas pluviais do bloco B, para que possa ser executada a impermeabilização da cobertura e as alvenarias. Os blocos D e E estão com parte da estrutura executada, aguardando maiores verbas para o seu prosseguimento. Dentro de dois anos, a metade do Hospital, com capacidade para atender a 900 leitos, deverá encontrar-se em funcionamento.

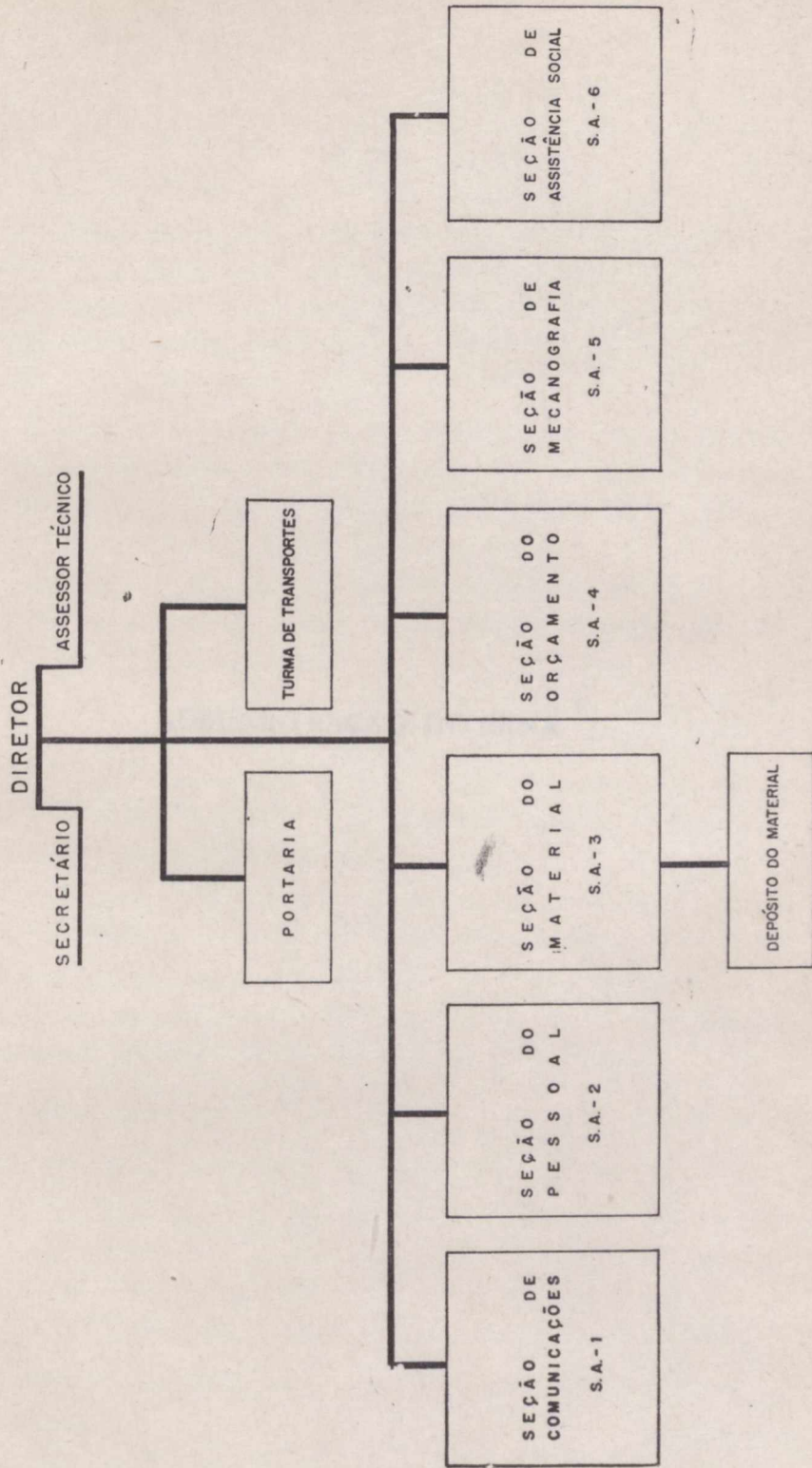
A par das atividades pròpriamente de construção, foram elaborados projetos para a Oficina Gráfica e para a Lavanderia Central, além de estudos, planos e detalhamentos dos laboratórios dos Departamentos de Física e Química, no bloco principal da Escola Nacional de Engenharia e das instalações especializadas do Hospital de Clínicas, inclusive do pavilhão mecânico, com as instalações de vapor, gás, energia elétrica de emergência, água, oxigênio, tratamento e incineração de lixo. Projetou-se, também, o lançamento de uma central telefônica e respectiva rêde, a fim de permitir o funcionamento das unidades escolares, enquanto não fôr possível instalar o sistema geral de comunicações da Cidade Universitária.

O Instituto de Puericultura, unidade em funcionamento desde 1953, foi inteiramente abastecido de gás combustível, vapor, água tratada e energia elétrica e assistido por um serviço de manutenção e conservação das instalações do edifício.

No que se refere à Ponte Osvaldo Cruz, foram terminados os dois encontros e um dos apoios, achando-se em fase de conclusão os três últimos pilares.

Em 1960 os trabalhos deverão prosseguir de maneira a completar-se integralmente o conjunto da Faculdade Nacional de Arquitetura e continuar a instalação dos blocos de departamentos e a superestrutura do bloco I da Escola Nacional de Engenharia.

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO



ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Pode alinhar-se como fato de relêvo, em 1959, na administração interna do D.A.S.P., a reestruturação da série funcional de Assistente de Administração e a criação de funções isoladas de Professores de Administração Pública, pelo Decreto n.º 46.983, de 8 de outubro de 1959.

O objetivo de tal providência foi solucionar, em parte, a situação no que se refere a pessoal, visto como ao acréscimo dos encargos que são afetos ao D.A.S.P. não correspondeu o do elemento humano necessário à execução desses encargos.

Atualmente, o conjunto de quadro e tabelas de pessoal do D.A.S.P. se compõe de, apenas, 821 cargos e funções, dentre os quais 179 não estão preenchidos.

Além disso, 97 servidores do D.A.S.P. encontram-se afastados, na maior parte requisitados por outras repartições federais ou por sociedades de economia mista, no exercício de cargo em comissão ou função gratificada, ou, ainda, prestando colaboração a entidades internacionais ou em aperfeiçoamento no exterior.

Conta assim o D.A.S.P. com pouco mais de 500 servidores para a realização de tôdas as suas complexas e múltiplas atribuições.

A movimentação de papéis, em 1959, no D.A.S.P., foi mais intensa que nos anos anteriores. O quadro abaixo demonstra o que representou êsse movimento, em suas diversas modalidades.

Processos entrados no D.A.S.P.	25.297
Processos informados pelos diversos órgãos do D.A.S.P.:	
com Exposição de Motivos	2.536
com pareceres	5.000
com ofícios	4.720
arquivados	10.000
Telegramas expedidos	3.976
Portarias	474
Circulares	11

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
Rio de Janeiro — Brasil — 1960

BIBLIOTECA DO D. A. S. P.

v. Crô

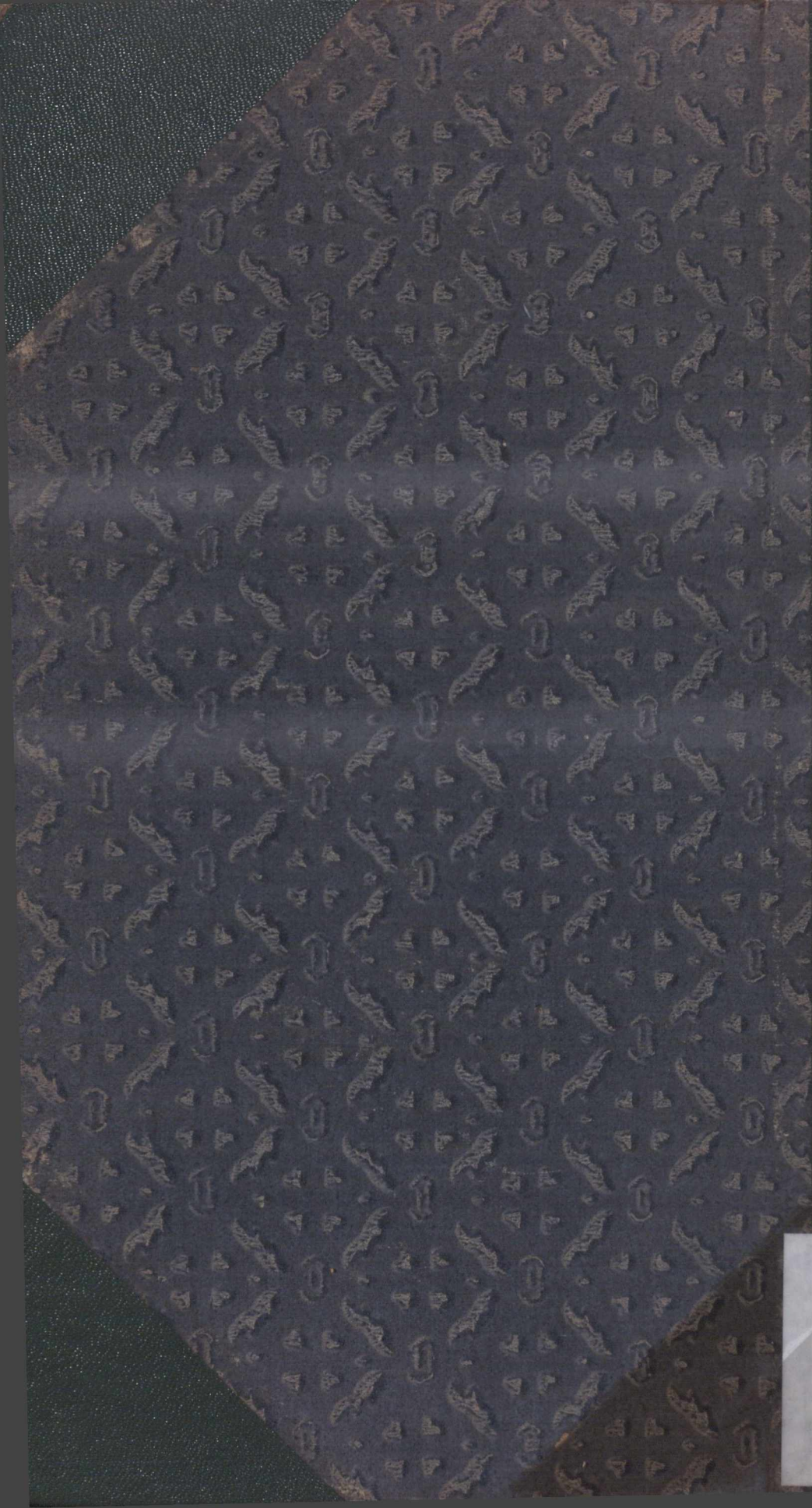
Vendedor

/ /

Data

140 000F SAIB 00
RELOTION

140 000F SAIB 00
RELOTION



100302